



**Universidade de Brasília  
Instituto de Ciências Sociais  
Departamento de Antropologia  
Curso de Graduação em Antropologia**

**PONTEZINHA:  
“TERRA DE HERDEIROS”, “TERRITÓRIO” DOS  
PEREIRA BRAGA**

**VERALUCIA PIMENTA DE MOURA**

**Brasília  
2016**

VERALÚCIA PIMENTA DE MOURA

PONTEZINHA:  
“TERRA DE HERDEIROS”, “TERRITÓRIO” DOS  
PEREIRA BRAGA

Orientador: Professor Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos

Monografia apresentada ao final do  
Curso de Graduação em Antropologia  
para a obtenção do grau de Bacharel em  
Antropologia

Banca Examinadora:  
Professor Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos  
Professor José Pimenta

Brasília, 28 de julho de 2016

**Dedicatória:**

À minha mãe Edith Pimenta (*in memoriam*)

À família d'Os Braga da Pontezinha

## AGRADECIMENTOS

A primeira pessoa que conheci no DAN há quase 20 anos, foi Dona Rosa Venina Macedo Cordeiro, a quem pedi informações sobre matrícula de aluno especial no guichê da Secretaria. Eu estava interessada em conhecer os métodos de pesquisa em Antropologia. Ela me orientou a começar pelas disciplinas de graduação para ter uma base em Antropologia, mas eu insisti nas disciplinas do Mestrado, pois já tinha um curso de graduação. Só em 2006, já com um novo interesse em conhecer melhor as Ciências Sociais, decidi cursar uma matéria da graduação do DAN, Introdução à Antropologia, indicada por D. Rosa, como ouvinte e mais duas, como aluna especial, TA 1 e TA 2, até que em 2011 fui admitida no ICS, para cursar Antropologia. Foi aí que pude comprovar que ela desde o início estava certa. Vindo de um curso Médio que não tinha nenhuma disciplina das Ciências Sociais no currículo, eu não tinha a menor condição de avançar na área queimando etapas. A ela o meu agradecimento especial por estas orientações e por todas as outras que solicitei continuamente nos anos subsequentes. Como constatei, até o último minuto, foi realmente muito difícil, pois não foi simplesmente uma “mudança de área” (da Biologia para a Antropologia!), mas uma transformação, decorrente de mudanças profundas nas estruturas do que eu carregava como “conhecimento”. Foi com a ajuda, paciência e tolerância dela e de todos e todas que nomeio abaixo, que consegui terminar o curso e fazer a monografia e defendê-la em tempo hábil para a formatura.

Ao Professor Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos, meu orientador na pesquisa de Campo e na redação da Monografia agradeço inicialmente por me indicar, assim que lhe falei dos Pereira Braga da Pontezinha, literatura concernente à problemática quilombolas. Foram as minhas primeiras leituras sobre o tema e eu tive um longo caminho a percorrer e muitos textos para ler até me sentir segura para realizar as análises dos dados que eu tinha em mãos. Quase não deu tempo, mas agora divido com ele a minha felicidade por ter conseguido concluir, já no 2º tempo da prorrogação, este trabalho. Agradeço também pela sua disponibilidade em ler e comentar as inúmeras versões do meu texto, recomendando as leituras certas para cada etapa, até que pude andar sozinha. Sei que o Prof. Carlos compartilha comigo da esperança de que essa monografia, na sua versão final, possa ser aproveitada em benefício da família d’Os

Braga da Pontezinha na questão da legalização de suas terras. Caso isso ocorra, terei necessariamente que dividir com ele o mérito, e o farei com muito gosto.

Agradeço também à Professora Ellen Woortmann e ao Professor Klaas Woortmann, meus professores na disciplina Seminários de Leitura, Campesinato, disciplina do Mestrado, em 2006. O fato de ter assistido às suas aulas e a releitura dos textos que eu xeroquei durante o curso, de autoria deles, foram fundamentais para a compreensão do projeto “camponês” dos Pereira Braga da Pontezinha.

O Professor José Pimenta, na última disciplina que cursei para conclusão do programa de graduação em Antropologia, me levou a reler os textos de Barth ([1969], 2000), Sahlins (1997) e Little (2002) que eu já conhecia de leituras apressadas. Mas muito antes, fui sua aluna na disciplina Teoria Antropológica 1 do curso de graduação, que cursei duas vezes, uma como ouvinte e outra como aluna especial, em 2006, onde ele nos apresentou Mauss e o seu “*Ensaio sobre a Dádiva...*”. A ele os meus agradecimentos por tudo isso e por aceitar fazer parte da minha banca de defesa da monografia, em pleno período de férias da UnB.

As aulas da Professora Soraya Resende Fleischer me voltaram à lembrança insistentemente durante o trabalho de campo na forma do ensaio etnográfico que fizemos durante o curso de MTAS, com apresentação e discussões pelos alunos e alunas em cada uma das etapas da atividade. Este aprendizado me ajudou a quebrar o bloqueio de realizar o trabalho de campo numa situação inusitada onde eu tinha a certeza de conhecer de longa data as pessoas que eu estava entrevistando, o que naturalmente resultou em espanto, pois a Antropologia me mostrou o lado desconhecido, sequer suspeitado ou mesmo enxergado, dos Pereira Braga. Agradeço igualmente à Professora Soraya por ter me apresentado a Professora Mariza Peirano, através do seu “*Etnografia, a teoria vivida*”.

Agradeço a todos e todas da família Pereira Braga que participaram, de uma forma ou de outra, deste trabalho, e de modo especial aos meus interlocutores citados no texto, Seu Osmar Pereira Braga, Dona Carlinda Pereira Braga, Professor Naum Pereira Braga, Seu Amaro Pereira Braga, Seu Ernesto Pereira Braga, Dona Rosa Rodrigues de Souza Braga, Seu Elizeu Pereira Braga, Dona Rachel Pereira Braga, Seu José Pedro de Souza, Seu Artênio Severino Botelho, Dona Etelvina Braga Botelho, e tantos outros, que entrevistei, mas cujas informações não incluí diretamente no texto. Um

agradecimento especial vai para Dona Jovina Pereira Braga, da Quarta-feira, que me deu informações indispensáveis para elucidar definitivamente a questão de quantos e quais foram os ancestrais fundadores da família d'Os Braga da Pontezinha. As suas falas não foram transcritas no texto, mas estavam sempre presentes nas minhas considerações.

A Dona Jovina Souza e Silva, a minha interlocutora mais antiga, nem sei como agradecer. Sem ela esta monografia não seria a mesma, pois com sua memória privilegiada e disponibilidade ela se lembrava de “tudo”! No “tempo” dela fomos construindo a etnografia do jeito que a sua memória foi remontando as cenas do passado: com vida, com emoções, com entusiasmo. Ela sabia que era necessário que alguém um dia contasse a “história da família” e colaborou comigo com todo o empenho. Talvez as minhas reflexões antropológicas tenham tornado o texto diferente do que ela imaginava, e com certeza não pude incluir tudo sobre o que conversamos. No entanto, fiz o possível para redigir o texto, com a orientação sempre atenta do Professor Carlos nesse sentido, de uma forma que ela possa um dia lê-lo ou pelo menos folheá-lo. A ela a minha admiração e respeito pelas suas lutas nos tempos difíceis e pela forma como cumpre a sua sina de mulher camponesa. Obrigada, Dona Jovina.

Da mesma forma Seu Modesto Pereira, Dona Neném (Gercina Maria de Jesus Lima) e Dona Maria de Souza Lemos, que não pertencem à família Pereira Braga, contribuíram para que as informações que eu já tinha “fechassem” e o texto se tornasse coerente. O olhar de fora sobre os Braga e o registro dos seus “pousos” na Fazenda Jacobina, antiga fazenda de trabalhadores escravizados, foi uma surpresa e me ajudou a desatar o nó cego de toda esta trama da ocupação da Pontezinha pelos Pereira Braga. Agradeço de coração a eles por terem me conduzido nas trilhas daquele labirinto.

Quero agradecer igualmente a Dona Ana Lúcia Pereira Braga Dourado, que me ajudou passando os questionários. Do mesmo modo agradeço às pessoas que se dispuseram a respondê-lo, mesmo sem entender exatamente onde é que eu queria chegar com aquilo. Agradeço também a paciência e a confiança dos que posaram para as fotos, tanto as que incluí quanto as que não incluí no texto.

Agradeço a Professora Antonádia Borges, a quem estou devendo um texto de final de curso (curso do Mestrado do qual participei como ouvinte), e que era sobre a problemática dos impactos sociais da Corumbá IV na comunidade d'Os Braga. Não

pude terminá-lo na época, 2010, porque eu precisava conhecer antes de tudo este lado especificamente camponês deles para entender a sua relação com a terra. Vou providenciar para que uma cópia do texto chegue às suas mãos, com um pedido de desculpas pela demora em entregá-lo.

Agradeço ao MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) por ter me ensinado a enxergar as injustiças sociais embutidas nos projetos de desenvolvimento do sistema capitalista. Outras incoerências do sistema, bem como as da própria Ciência e da Tecnologia, eu fui descobrindo ao longo do curso de Ciência Sociais e por isso sou grata a todos os meus Professores e Professoras nas disciplinas que cursei bem como a todos os alunos e alunas meus colegas da Antropologia e da Sociologia, com quem compartilhei as salas de aula e o cotidiano da UnB.

## RESUMO

A monografia começa pela descrição historiográfica da mineração aurífera no arraial de Santa Luzia, Goiás, no século XVIII, e situa a origem dos Pereira Braga no trabalho escravo em uma das lavras daquele município. Prossegue com a pesquisa etnográfica do seu cotidiano e das memórias de pessoas que nos levaram a refazer a sua trajetória no tempo e no espaço e a chegar com eles, uma vez libertos, até à Pontezinha, por volta de 1850 onde implantaram o seu “projeto camponês”, o qual persiste nos dias atuais, à revelia da BR 060, da nova capital Brasília e da UHE Corumbá IV. O nosso estudo mostra que foi a dinâmica circular deste “processo de territorialização” fundado na organização social e princípios morais camponeses produzidos e reproduzidos pela família que permitiu e permite aos Pereira Braga fazer face às mudanças impostas ao seu território pelos projetos mencionados e a se manterem diferenciados. Mostramos também a situação em que se encontra a regularização das suas terras, “terras de herdeiros” transformadas em “território” pela sua luta.

**Palavras-chave:** Comunidades tradicionais. Projeto camponês. Organização social. Territorialidade específica. Reprodução social. Sistema de “trocas”-dádiva. Princípios morais.



## SUMÁRIO

### INTRODUÇÃO

O interesse de pesquisa.....	11
Fundamentação teórica e metodológica.....	15

### CAPÍTULO I – A conquista e o povoamento do sertão: Goyaz no período colônia e império.....

1.1 – O sucesso da indústria açucareira e a demanda crescente de mão de obra.....	20
1.2 – A exploração das terras do Sertão dos Goyases.....	22
1.3 – A resistência indígena e a reorganização do território.....	22
1.4 – A mão de obra africana em Goiás: o contrabando de escravos.....	24
1.5 – Os núcleos mineradores e a distribuição dos escravos.....	26
1.6 – A agricultura, a pecuária, a fixação do colono na terra: as Sesmarias.....	27
1.7 – As Sesmarias em Santa Luzia. O nome Pereira Braga.....	29
1.8 – O declínio da mineração em Santa Luzia segundo Saint-Hilaire.....	30
1.9 – A origem dos fundadores da Pontezinha.....	31
1.10 – Os Pereira Braga do povoado do Mesquita.....	41

### CAPÍTULO II – O projeto “camponês” dos Pereira Braga: A família, o trabalho, a terra.....

2.1 – A primeira geração dos “nascidos aqui”: os tempos difíceis.....	45
2.2 – A caça.....	50
2.3 – O café que chegou em boa hora.....	52
2.4 – As roças de antigamente e as de hoje em dia.....	58
2.5 – Os que permanecem na Pontezinha.....	66

### CAPÍTULO III – A “territorialidade específica” dos Pereira Braga.....

3.1 – O <i>cadastro</i> do território dos Pereira Braga e a <i>categorização</i> do grupo.....	80
3.1.1 – As “terras de uso comum”.....	82
3.1.2 – A história <i>documental</i> do “território” dos Braga:	

“terra de herdeiros”.....	86
---------------------------	----

3.1.3 –Direitos quilombola? Usucapião.....	89
3.2 – Estratégias do “processo de territorialização” para a sobrevivência.....	90
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>95</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>97</b>
<b>ANEXOS</b>	
Anexo I – Mapa do Município de Santo Antônio do Descoberto.....	99
Anexo II – Cópia do Registro Paroquial nº52.....	100
Anexo III – Documento de Partilha, página 1.....	101
Anexo III – Documento de Partilha, página 2.....	102

## INTRODUÇÃO

### O interesse de pesquisa

Em 1987 comprei um Sítio<sup>1</sup> na região de Pontezinha, área rural de Santo Antônio do Descoberto, estado de Goiás, que pertencera a Dona Calvina Pereira Braga e a seu marido o Professor Samuel Gomes<sup>2</sup>. Em fevereiro de 1999, já aposentada, resolvi me mudar definitivamente para lá. Como os Pereira Braga residentes na vizinhança, parentes de Dona Calvina, costumavam trabalhar, eventualmente, como fazem até hoje, como caseiros ou diaristas para os que não são da família, meu primeiro contato com eles foi através de um casal, Dona Rosa e Seu Eliseu, que contratei para me ajudarem nos trabalhos da casa e do quintal. Através deles fui conhecendo o restante da família, e sempre que encontrava alguém indo a pé até a BR 060, onde pegavam condução para a cidade de Santo Antônio do Descoberto ou para Alexânia<sup>3</sup>, eu oferecia carona no meu carro.

Foi por meio destas caronas que, conversando com eles, percebi que eram todos parentes, pois estavam sempre se referindo ao primo ou prima, tio ou tia que eu também conhecia e sabia onde moravam. Não se interessavam em saber de onde eu era: para eles eu era “*de Brasília*”. Já eles eram “*daqui mesmo*”, como fazem questão de reafirmar sempre que surge uma oportunidade: “*Nós somos daqui mesmo, uma mistura de índio com negro, pai, avô, bisavô, há mais de 200 anos*”.

No ano seguinte, ou seja, no ano 2000, surgiu a notícia de que a região seria inundada porque o governo ia construir uma barragem no rio Corumbá, no município de Luziânia. Logo apareceram os militantes do MAB (Movimento dos Atingidos por

---

<sup>1</sup> Estou chamando o meu Sítio de “Sítio” com “S” maiúsculo devido à sua área, de acordo com uma convenção usada em Goiás: não é tão pequeno quanto uma Chácara, pois tem 8 alqueires (40 hectares), e nem tão grande quanto uma Fazenda. Em geral, neste Estado, considera-se uma Fazenda a partir dos 12 alqueires (60 hectares). Já no contexto dos estudos sobre a comunidade negra rural dos Pereira Braga, sigo a distinção que Klaas Woortmann (1990) faz dos tipos de sítios a partir de seus estudos com campesinos no Sergipe. Ver citação pp.17.

<sup>2</sup> O marido de Dona Calvina, o Professor Samuel Gomes, é lembrado e reverenciado por todos como o alfabetizador dos descendentes da 2ª geração dos Pereira Braga. Lecionou n’Os Braga (esse “sítio” será descrito no capítulo II) e na Escola das Areias, que fica um pouco antes da entrada de Santa Rosa (ver mapa à p.56, em branco, nº 0,3), até se aposentar. Morreu em 2001 em Goiânia, onde morava, aos 91 anos de idade e foi enterrado no Cemitério dos Braga ao lado do túmulo de sua esposa.

<sup>3</sup> Alexânia, Goiás. Cidade a 32 quilômetros da Pontezinha na BR 060 direção Sul. Por ser mais perto dos sítios aos quais nos referiremos no capítulo II do que Santo Antônio do Descoberto, os Pereira Braga frequentam o comércio (Farmácias, Agropecuárias, Mercados) e utilizam serviços de Bancos e de Saúde desta cidade.

Barragens) para nos acompanhar naquele processo. Junto com estes primeiros militantes vieram alguns quilombolas do Vale do Ribeira, região localizada no litoral sul do estado de São Paulo. Na apresentação das pessoas para o começo das reuniões de esclarecimento sobre a construção das Usinas Hidroelétricas em todo o país e os impactos sociais que causam, fiquei sabendo que em terras de quilombolas “*dá para segurar*” o andamento de um projeto deste tipo e até mesmo embargá-lo, devido às suas origens históricas e tradições culturais. Na época, o projeto de construção de barragem no Vale do Ribeira estava parado. Como eu não via os Pereira Braga como quilombolas, não me ocorreu incluir nas nossas pautas de luta um pedido de embargo da barragem por esse motivo.

Para mim, na época, o termo quilombola estava associado a negros rebelados que fugiam das senzalas e formavam comunidades isoladas em lugares ermos, e este não era o caso dos Pereira Braga da Pontezinha! Além disso, fenotipicamente<sup>4</sup>, eu não os considerava negros: como a maioria dos brasileiros, sou capaz de distinguir várias tonalidades de cor da pele, e mesmo sabendo que alguns deles, dentro de uma mesma irmandade, eram mais “*morenos*” do que os outros, eu identificava a alguns como sendo do minha cor, ou seja, pardos, e a outros como brancos<sup>5</sup>.

Logo em seguida (2004) à entrada do MAB e do Ministério Público na região, a Corumbá Concessões S/A contratou dez antropólogos de uma só vez, para trabalharem nos cinco municípios diretamente impactados pela barragem. Como moradora e engajada na luta para impedir a barragem, participei de todas as reuniões para as quais fui convidada pelos antropólogos, sempre ao lado dos Pereira Braga, e fui entrevistada por um deles.

Com a minha pouca experiência política e confiando na ciência e na tecnologia e nos relatórios destes especialistas e dos demais profissionais que trabalhavam no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis –

---

<sup>4</sup> Como ressalta Leite (2000: 345), o direito constitucional no que se refere aos grupos culturalmente diferenciados contempla, ao invés de um direito relacionado à *herança*, à *história* e ao *fenótipo* como organizadores sociais, “a participação na vida coletiva e o esforço de consolidação do grupo”. Inspirando-se em Barth (1976) e na sua crítica a um conceito estático de cultura, os antropólogos acionados para discussão do Artigo 68 da ADCT da Constituição de 1988, que delibera sobre o direito de propriedade da terra aos remanescentes dos quilombos, sugerem mais do que a cor da pele para identificar e decidir quem é quem dentro de um grupo, “a capacidade de auto-organização e o poder de autogestão dos grupos” (idem: 345). A questão será discutida no capítulo III, mais adiante.

<sup>5</sup> No Canadá, onde morei alguns anos, as pessoas só enxergam duas cores de pele, o preto e o branco. No meio deles eu era considerada negra. Interessante que os Inuits e muitos canadenses, são capazes de distinguir várias tonalidades de cor para a neve, num total de aproximadamente 100, enquanto eu só conseguia ver a neve como branca.

IBAMA e no Ministério Público que foi acionado através de Representação Civil Pública com abaixo-assinado de cerca de 3 000 (três mil) assinaturas, eu tinha certeza de que o projeto da Hidroelétrica Corumbá IV não sairia, pois eram evidentes os impedimentos ambientais e sociais irreversíveis que não apareceram no EIA-RIMA (Estudo e Relatório do Impacto ao Meio Ambiente) do projeto e que podiam ser relacionados como justificativa para um embargo. Só que isso não aconteceu, o projeto foi efetivamente implementado e o Lago Corumbá IV e a Hidroelétrica do mesmo nome já completaram nove anos<sup>6</sup>.

Pois bem, em 2011, depois de cursar algumas disciplinas como ouvinte e como aluna especial no Departamento de Antropologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, fui admitida como aluna regular do curso pelo sistema de Portadora de Diploma de Curso Superior. Ora, na medida em que tomava conhecimento dos conceitos e métodos da Antropologia, os meus questionamentos sobre as mudanças sociais ocorridas na Pontezinha por causa da barragem tomaram a forma de pré-projeto, insistentemente reapresentado a cada final de disciplina. No dia a dia da implantação desse empreendimento desde o ano 2000 e convivendo com o MAB e os antropólogos do MP e da Corumbá Cocessões S/A que nos visitavam na Pontezinha, a minha procura por “explicação científica” e justificativa para o que eu assistia só foi exacerbando.

Quando em 2015 elaborei o pré-projeto para a monografia de final de graduação, apontei como meu interesse de pesquisa o estudo dos impactos sociais da barragem Corumbá IV sobre os residentes na região da Pontezinha, município de Santo Antônio do Descoberto, mais especificamente, os Pereira Braga. Em conversa com o meu orientador, Professor Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos, procurei fundamentar a minha escolha descrevendo um pouco como é que eu os via naquele contexto de mudanças no seu território. Ele então sugeriu que eu incluísse no projeto uma pesquisa da trajetória dos mais antigos, perguntando se eles nasceram na Pontezinha e se sabem ou ouviram contar onde nasceram ou de onde vieram os seus pais, avós, bisavós e mais longe, na própria história do povoamento do estado de Goiás.

Acatei imediatamente a ideia, pois, de fato, antes de estudar os impactos da construção da barragem na terra onde eles nasceram e foram criados, eu precisava conhecer melhor a família. Além disso, o território que os Pereira Braga ocupam nos dias de hoje, segundo documentos paroquiais datados de 1857, é parte da Fazenda

---

<sup>6</sup> A data de início de funcionamento da UHE foi o dia 1º de abril de 2006. Mas as comportas foram fechadas alguns anos antes para enchimento do reservatório.

Pontezinha do Mato Grande<sup>7</sup>, situada à margem direita do Rio Descoberto, pertencente ao município de Santo Antônio do Descoberto, estado de Goiás. Como este município só foi criado em 1982, as terras da Fazenda Pontezinha fizeram parte, até aquela data, da área rural do município de Luziânia, antigo arraial de Santa Luzia, fundado em 1746. Tendo como referência aquele arraial do Brasil Colônia, que, segundo reporta Mello Álvares (em Bertran 2000:181), no auge da exploração do ouro, em 1763, chegou a ter 18 lavras em pleno funcionamento e um número de 12 900 escravos (número que Bertran acha exagerado), pensei logo que eu poderia encontrar na historiografia de Santa Luzia algum registro da trajetória dos Pereira Braga por aquelas paragens<sup>8</sup>.

Tendo em vista a mudança de foco da minha pesquisa, e me apoiando em leituras sobre o campesinato realizadas durante o curso Seminário de Leituras: Campesinato, ministrado pelos professores Klaas Woortmann e Ellen F. Woortmann em 2006 optei por chamar os Pereira Braga da Pontezinha, num primeiro momento, de “campesinos” e a abordá-los a partir dessa perspectiva. Esse é um termo bastante abrangente, que inclui tanto as comunidades rurais que vivem na barranca dos rios como os das chapadas e não limita o tamanho das terras ocupadas nem as atividades que podem ser de “apanha” (coleta) de frutos, caça, pesca, agricultura de subsistência e (ou) criação de galinhas e bovinos com o mesmo fim.

Mas no Plano Diretor do Município de Santo Antônio elaborado em 2006 e que contou, entre outros técnicos, com a participação de antropólogos a serviço da Corumbá Concessões S/A, os Pereira Braga foram categorizados como “comunidade tradicional”. O dito Plano Diretor ainda não foi votado pela Câmara de Vereadores do Município, e mesmo tendo sofrido inúmeras alterações ao longo de mais de dez anos de espera por uma decisão, conserva a designação dos Pereira Braga como uma “comunidade tradicional”. A esse respeito o decreto presidencial nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007 estipula que Povos e Comunidade Tradicionais são:

---

<sup>7</sup> Cópia do documento no anexo II. É esse documento histórico que comprova que as terras da Pontezinha pertenciam ao Senhor Manoel de Souza Lima, que a deixou como herança a seus netos, entre eles Dona Maria Francisca Afonso do Rego, que veio a se casar com Seu José Pereira Braga. Esse último casal são os pais dos que nessa monografia estou chamando de “os Pereira Braga fundadores”. O assunto será desenvolvido no capítulo III.

<sup>8</sup> No mesmo município de Santa Luzia está situada a Fazenda Mesquita, que fica junto ao ribeirão do mesmo nome, hoje Cidade Ocidental, Goiás. É onde vivem atualmente quilombolas que também se chamam Pereira Braga. Os quilombolas do Mesquita foram reconhecidos como tal pela Fundação Palmares em junho de 2006 e aguardam demarcação e legalização de suas terras pelo Incra. Voltarei a me referir aos Pereira Braga do Mesquita no final do capítulo I.

*[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (em Almeida, 2008: 28).*

Diante dessas argumentações, mesmo concordando que os Pereira Braga se enquadram efetivamente na condição de “comunidades tradicionais”, considero importante um aprofundamento dessas “formas próprias de organização social” referidas na citação acima, que no caso do grupo em estudo estão relacionadas ao uso comum do solo e à reprodução dessa prática ao longo do tempo. Por isso, me propus iniciar o estudo etnográfico dos Pereira Braga, uma vez definida a sua origem histórica nos Sertões dos Goyases, continuar acompanhando a sua trajetória buscando identificar o que resultou do acampesinamento<sup>9</sup> da família desde a chegada dos seus fundadores nesta “terra de herdeiros”<sup>10</sup> que é a Pontezinha. Para tanto, sem me ater de antemão a qualquer definição generalizante, para efeito da presente monografia vou considerar os Pereira Braga como uma grande família, como eles próprios se veem, inserida no meio rural, mais precisamente, constituindo uma comunidade negra rural.

O meu interesse de pesquisa, portanto, no presente trabalho, pode ser resumido como sendo o de resgatar a história dos Braga da Pontezinha, mostrando a sua relação com esse território, continuamente exposto a mudanças decorrentes da implantação de projetos econômicos na região e arredores.

## **Fundamentação teórica e metodológica**

Como indicado, no primeiro capítulo apresento o resultado de uma revisão bibliográfica que trata especificamente da história do Brasil colônia e da ocupação pelos portugueses e seus escravos africanos da área do território que corresponde atualmente ao estado de Goiás. É aí que se situa a cidade de Luziânia, antigo arraial de Santa Luzia, onde vamos encontrar pela primeira vez uma referência ao sobrenome português Pereira

<sup>9</sup> O acampesinamento decorreu do “processo de territorialização” (Almeida, 2008) do grupo na Pontezinha, com a implantação naquela área e adjacências de seu “projeto camponês” (Woortmann, 1990). Voltarei a me referir a esse processo nos Capítulos II e III.

<sup>10</sup> “Terras de herdeiros” são terras sem formal de partilha que são mantidas sob uso comum (Almeida, 1989: 183-184, em Almeida 2008: 52). Um formal de partilha de herdeiros de parte da gleba da Pontezinha (ver cópia de dessa partilha no que se refere a uma herdeira no anexo III) foi realizado em 1974, mas a gleba total no documento permanece indivisa. A questão será apresentada e discutida no capítulo III dessa monografia.

Braga. Ora, sendo o negro um grupo proveniente de um processo histórico, que, como explica Leite (1990: 39), “*transforma africanos em escravos e em seguida em negros – grupo que tem ocupado os piores lugares no processo de expansão do capitalismo no Brasil*”, tudo o que tem a ver com essa temática precisa ser acompanhado destas referências históricas.

Quanto à prática etnográfica, ela será feita através de gravação de narrativas e diálogos, além de anotações no caderno de campo, em várias situações do dia a dia dos entrevistados e também da observação direta de eventos situados como Festas, Enterros e Solenidades (políticas e religiosas). A aplicação de questionários completa estas informações necessárias para a análise das especificidades do grupo referidas acima.

A utilização que faço da etnografia é a que sugere Peirano para o “exercício pleno da produção monográfica”, ou seja, a de uma prática onde etnografia e teoria se fundem numa coisa só e passam a constituir “*a própria teoria vivida*”. Deste modo a etnografia deixa de ser apenas um método e passa a constituir “*uma forma de ver e ouvir, uma maneira de interpretar, uma perspectiva analítica, a própria teoria da ação*” (Peirano, 2008:3). Este casamento se dá através da linguagem, que na maior parte das vezes naturalizamos ao considerar que a sua função principal é relacionar uma palavra a uma coisa, e que, portanto, não tem nada a ver com os outros fenômenos sociais. No entanto, é a linguagem que nos permite, como argumenta Peirano, citando entre outros Malinowski (para quem a linguagem tem poder, como, por exemplo, nos encantamentos), não apenas nomear e designar, mas também apontar, acentuar, evocar, “*e até cria[r] os contextos nos quais ocorrem*” (Peirano, 2008: 08).

Estes contextos são os gestores do diálogo da macro com a micro história destes povos. É a memória individual das pessoas mais antigas da comunidade (e mesmo das mais jovens por terem ouvido contar) que vai constituir a memória coletiva dos Pereira Braga da Pontezinha, na medida em que elas, nas narrativas e diálogos, revisitam o passado e recriam o presente através de suas lembranças, de forma retroativa, como “*uma serpente que morde a sua própria calda*” (Keeney, Bradford P., 1983, em Segal, 1986: 164). É deste modo que a memória coletiva do grupo se insere na história do povoamento de Goiás nos tempos do Brasil colônia e passa a constituir o nosso objeto de análise.

Os questionários, que ajudaram a “desenhar” o contexto da região pesquisada, foram elaborados a partir de um modelo utilizado pelos pesquisadores na



produção dos RTIDs (Relatório Técnico de Identificação e Delimitação). Colaborou comigo na aplicação dos mesmos Ana Lúcia Pereira Braga Dourado, da família Pereira Braga da Pontezinha.

No decorrer da redação do presente texto faço, como Woortmann (1990: 31) uma diferenciação entre *Sítio* com *S* maiúsculo e *sítio* com *s* minúsculo. Como o autor, utilizo *Sítio* para me referir à comunidade de parentesco dos Pereira Braga, ao espaço onde se reproduzem socialmente as várias famílias de parentes, descendentes dos fundadores que foram identificados na pesquisa de campo<sup>11</sup>. Já o *sítio* com *s* minúsculo significa uma área de terras trabalhadas por uma das famílias nucleares, ou várias como é o caso das que descrevo no texto mais adiante, localizado no interior ou proximidades do *Sítio* com *S* maiúsculo. Trata-se de uma distinção puramente descritiva, que utilizo para facilitar a comparação da minha pesquisa com a dos trabalhos do autor e os de Ellen Woortmann, quando se referem aos “espaços” de um Sítio camponês. Os Pereira Braga não utilizam estes termos para especificar as suas glebas.

Nos próximos capítulos, sempre que houver uma citação dos meus interlocutores, transcrevo suas falas sem tradução para a norma culta do português falado. Optei por fazê-lo porque o meu objetivo naquelas partes do texto não é apenas o de recuperar dados históricos sobre a trajetória dos Braga, da sua entrada na Capitania dos Goyases até a chegada ao território construído e ocupado por eles ininterruptamente a partir do século XVIII. O meu interesse também é o de ilustrar, ou transformar em imagens animadas e contextualizadas, a sua maneira própria de utilizar o idioma. Procuo desta forma, tornar “viva” a pessoa que participa da etnografia, de modo a ressaltar a construção dos seus conceitos sobre todas as coisas, mais especificamente, sobre a saga dos negros escravos e seus descendentes em terras goianas e a forma como possivelmente ocuparam o seu território, a Fazenda Pontezinha, ao serem “convidados” a voltar o seu olhar para acontecimentos do passado.

A partir dos dados da história oficial e da etnografia referidos acima poderei voltar então à questão que me interessou ao ler Woortmann (1990), que é de buscar esclarecer como fez o autor, “*as disposições internalizadas*” que configuram o *habitus* ou “*campesinidade*” nesta comunidade negra rural cujo território é atingido pelos projetos de desenvolvimento como as construções de Brasília, da BR 060 e da UHE Corumbá IV. O autor, ao invés de estudar o campesinato a partir da lógica do

---

<sup>11</sup> Os próprios Pereira Braga se referem a estes fundadores como “*os primeiro que chegaro aqui*”.

capitalismo, ou seja, como sendo produzido-reproduzido pelo sistema, prefere construir o seu objeto de estudo a partir de uma ideia de “sociedade camponesa”, onde: “*Vê-se a terra, não como natureza sobre a qual se projeta o trabalho de um grupo doméstico, mas como patrimônio da família, sobre a qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor. Como patrimônio, ou como dádiva de Deus, a terra não é simples coisa ou mercadoria*” (idem:12). Para Woortmann, portanto, a “campesinidade”, é um valor cultural em contraponto com os valores econômicos, com valores próprios, que são os valores do uso, da honra, da hierarquia, da reciprocidade, da *oeconomia*<sup>12</sup> (ibidem: 64). É nesse sentido, e levando em conta que a dinâmica das transformações sociais, através das estratégias do *habitus*, que como ressalta Bourdieu (2010: 90 nota 4) é capaz de “*inventar, em presença de situações novas, meios novos de preencher as funções antigas*” que pretendo aprofundar os meus conhecimentos sobre Os Braga da Pontezinha e tecer considerações finais sobre estas “*disposições internalizadas*” acionadas por eles em decorrência de mudanças no seu território que levaram à migração de muitos deles, sobretudo os mais jovens, para Brasília e cidades do seu entorno.

---

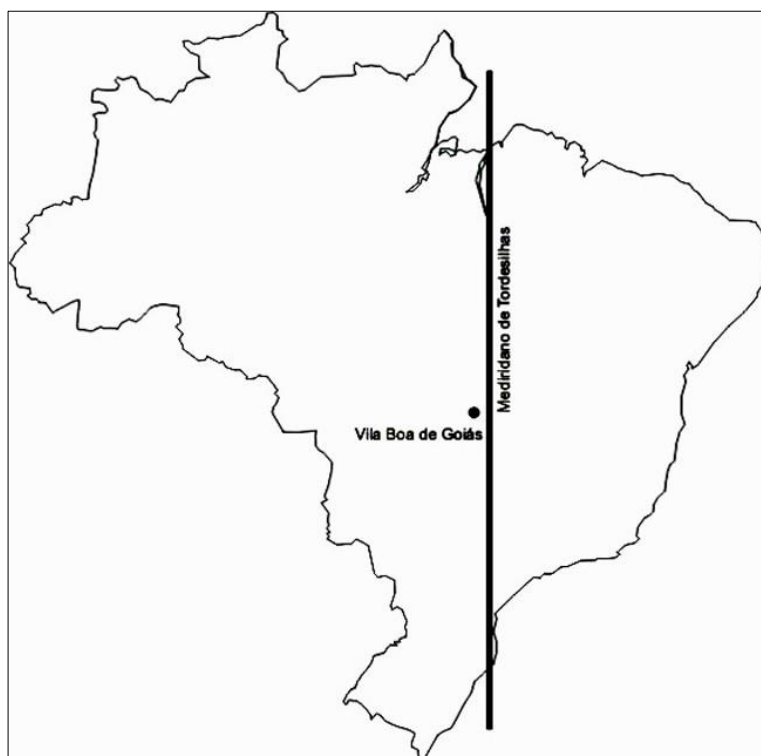
<sup>12</sup> A *Oeconomia* como oikos (casa) (em Polanyi, 1971, citado por Woortmann, 1990).

## CAPÍTULO I

### A conquista e o povoamento do sertão: Goyaz no período colônia e império

A história que nos interessa recuperar começa com a ocupação pelo reino de Portugal de uma grande área de terras situada a Oeste do Tratado de Tordesilhas, ou seja, adentrando o território que coube à Espanha na partilha de 1494 e onde se situa, atualmente, parte do estado de Goiás. Podemos observar no mapa abaixo, além da divisão do tratado acima referido, a localização da capital da Província de Goyaz, Vila Boa de Goyaz, a Oeste desta linha.

O Tratado de Tordesilhas resultou da insistência do Rei D. João II, conhecido como o “Príncipe Perfeito”, para que a divisão fosse estabelecida a partir de 379 léguas a Oeste das Ilhas de Cabo Verde. Os reis Fernando e Isabel da Espanha queriam que a linha passasse a 100 léguas daquele marco. O Tratado foi assinado na cidade de Tordesilhas em 07 de junho de 1494.



**Fig. 1 – A linha do Tratado de Tordesilhas indicando Vila Boa a Oeste (copiado de Boaventura, D. 2007: 66)**

A transposição dos nossos questionamentos para o contexto histórico da ocupação das terras a Oeste daquele Tratado de Tordesilhas por Portugal e o fato de colocarmos em evidência a sua motivação econômica e política de expansão territorial nos séculos XVII e XVIII vai nos ajudar a esclarecer sobre a origem dos Pereira Braga da Pontezinha. Como mostra a historiografia, negros africanos entraram no território do Brasil para trabalhar como escravos. No começo esta mão de obra foi destinada à indústria do açúcar. Só posteriormente passaram para a mineração e depois, ou ao mesmo tempo, como reportam alguns autores, foram trabalhar na agricultura e na pecuária.

### **1.1 – O sucesso da indústria açucareira e a demanda crescente de mão de obra**

O desafio inicial tanto de Portugal quanto da Espanha na América foi de encontrar atividades econômicas que legitimassem a ocupação de suas novas terras. A Espanha não teve grandes problemas, descobriu logo o seu eldorado, mas Portugal, na falta de metais preciosos que pudessem cobrir os gastos com a defesa da nova terra que lhe coubera pelo Tratado de Tordesilhas, teve que tomar medidas políticas para garantir o início de uma exploração agrícola no litoral da colônia, sendo a primeira delas a divisão do território em capitânicas hereditárias. Foi assim que entrou em cena o cultivo da cana de açúcar no litoral brasileiro e a produção e comercialização do açúcar em pontos estratégicos que facilitavam o transporte. O sucesso daquele empreendimento tornou Portugal reconhecido como a “*grande potência colonial da América*”<sup>13</sup> (Furtado, 2010: 30). O açúcar era de fato “*uma das especiarias mais apreciadas no mercado europeu*” (idem: 31).

Mas o “*pequeno reino*” (Furtado, 2010: 36) queria muito mais: sempre desejou encontrar na nova colônia o ouro propalado pelas lendas indígenas. Foi assim que o dinheiro do açúcar, que já era utilizado para cobrir os gastos com a defesa do território, financiou a política portuguesa de exploração de terras ao Sul, Norte e Oeste dos engenhos do litoral, e dessa forma, Portugal expandiu suas fronteiras. Quando no

---

<sup>13</sup> Portugal na época já detinha o domínio da técnica de produção do açúcar de qualidade e comercialização do mesmo devido à sua experiência na ilha da Madeira e outras colônias portuguesas do Atlântico. Mas para essa última atividade contava com a parceria da Holanda.

século XVII muda a relação de forças do domínio econômico global<sup>14</sup> e passam a predominar no cenário mundial a Holanda, França e Inglaterra, que tinham ficado de fora na primeira partilha entre Portugal e Espanha, a metrópole portuguesa já havia ultrapassado e muito “*a ocupação efetiva da parte que lhe coubera*” (Furtado, 2010: 36).

É na história do desenvolvimento da indústria açucareira, tal como relatada por Furtado (2010), que ocorre o principal encontro do branco, que chegava com o propósito de tirar proveito econômico das “suas” terras, e do índio, o nativo, que assistia o seu território ser invadido pelos “visitantes”. Daí, como descreve o autor, as dificuldades iniciais que a instalação desta indústria teve que transpor, como as decorrentes do meio físico e do custo dos transportes, mas sem dúvida, a mais importante delas, que foi a constante hostilidade dos índios. O sucesso da empresa só foi possível devido ao esforço do governo português, que se empenhava em ver progredir aquele setor. Para superar as dificuldades iniciais a Coroa oferecia várias regalias aos donatários dos engenhos, como a autorização para utilizar “em número ilimitado” a mão de obra indígena.

Mas esta, que surgiu como solução “óbvia” nos primeiros momentos devido ao fato da presença dos naturais da terra nas áreas próximas aos engenhos, não funcionava na escala de produção dos engenhos: as grandes empresas açucareiras requeriam um número cada vez maior de mão de obra. Foi aí que entrou em cena outro grupo de pessoas: os africanos, trazidos escravizados para a costa brasileira.

A mão de obra africana chegou ao litoral açucareiro em número reduzido e aos poucos foi aumentando principalmente com a expansão dos negócios das empresas já devidamente instaladas. Para mostrar a importância desta mão de obra no final do século XVI Furtado (2010) apresenta alguns números: a produção do açúcar superava os 2 milhões de arrobas, “*umas 20 vezes maior do que a cota que o governo português havia estabelecido um século antes para as ilhas do Atlântico*”. Na mesma época, para um total de 120 engenhos estimava-se a existência de 20 mil escravos (idem: 78).

---

<sup>14</sup> Outros fatores importantes foram: a absorção de Portugal pela Espanha e a assinatura do Tratado de Methuen com a Inglaterra em 1703.

## 1.2 - A exploração das terras do Sertão dos Goyases

A ruptura do sistema de cooperação que Portugal tinha com a Holanda para a comercialização do açúcar teve como resultado a queda dos preços do produto. No terceiro quartel do século XVII os preços do açúcar foram reduzidos à metade e persistiram em nível relativamente baixo durante todo o século seguinte (Furtado, 2010). O foco dos colonizadores se volta então para o desenvolvimento da agricultura e pecuária no Norte e Nordeste e para a mineração no Sertão dos Goyases, primeiro em Minas Gerais, depois em Mato Grosso e por último em Goiás. A cana de açúcar, o pau-brasil e a agricultura de subsistência ficaram restritos ao litoral brasileiro.

Os que se aventuraram a explorar o sertão nos primeiros anos vieram, sobretudo, em busca de índios para o trabalho escravo e atrás do enriquecimento com o ouro e outros metais preciosos. Mas os empreendimentos que garantiram efetivamente a interiorização e a ocupação territorial da colônia do século XVI até o XVII foram a agricultura e a criação de gado, pois favoreciam a fixação dos desbravadores dos sertões em volta das fazendas.

Alguns autores, dentre eles Boaventura (2007) ressaltam que nas regiões mais a Oeste do litoral como a de Goiás, a agricultura e a pecuária chegaram antes da mineração. Nos sertões do Tocantins e do São Francisco, fazendeiros ocupavam terras de pastagens naturais, e daí convergiram para o Planalto Central. Nestas regiões do Centro-Oeste, a agricultura teve maior impulso somente a partir da mineração, quando passaram a complementar o abastecimento dos arraiais (Boaventura, 2007).

## 1.3 - A resistência indígena e a reorganização do território

Como vimos, do final do século XVII até a primeira metade do século XVIII o Brasil passou de colônia agrícola, especializada na produção do açúcar, para colônia de exploração aurífera. Inúmeras vilas e cidades foram fundadas no interior da colônia. Na verdade, conforme relata Boaventura (2007: 128), com isto, para a autora, Portugal mostrava a sua intenção de “*consolidar outro desenho do território colonial brasileiro*”.

Ao mesmo tempo em que ocorriam as fundações dos novos arraiais, foram nomeados novos administradores para as terras onde se extraía o ouro, principalmente as localizadas além da linha do Tratado de Tordesilhas. Essa nova reorganização

territorial começou em 1748, com o desmembramento do extenso território da capitania de São Paulo para dar origem às capitanias de Goiás e Mato Grosso. A decisão sobre esta divisão mostra a preocupação de Portugal com a definição das fronteiras a oeste da colônia e de um controle mais eficiente das minas, como fica claro no texto da “Consulta do Conselho sobre os novos governos em Goiás e Mato Grosso” transcrito abaixo:

*[...] das muitas povoações [mineiras] que já existem cotendidas por mais de trezentas legoas como vão deste a passagem do Rio grande até com fins do Governo do Maranhão sendo a maior parte deste espaço de terras minerais de ouro e também em razão de haverem no mesmo districto dous, ou três Rios em que se achão diamantes onde será preciso todo o cuidado de hum bom Governador para que se observe a prohibição de extraílos, a respeito da qual há notícia de muitas transgressões sem se poder até agora achar remédio eficaz. Acresce a isto aquele districto rodeado de gentis dos mais bárbaros até aqui se encontrarão no Brasil, e ser presiza para rebater os seus insultos prompta providencia de hum Governador (AHU Goiás. Doc. 249, 1748, em Boaventura, 2007:128).*

Foi por esta época que surgiu como solução para os problemas assinalados no documento acima, a criação de Vila Boa de Goiás. A ideia, lançada em 1736, só ganhou corpo com a demarcação efetiva das “*quatro léguas de terra*” destinadas à construção do arraial, que deveria ser em lugar onde tinha água boa e lenha suficiente para o abastecimento (idem, 2007).

Boaventura destaca dois momentos na política indigenista do século XVIII: o primeiro foi o da captura indígena, que começa no século XVII, para mão de obra, evangelização e formação de aldeamentos. Essas práticas tiveram como resultado um efetivo avanço em direção ao que viria constituir o território de Goiás. Para isto contou com a ajuda de missionários provenientes do Pará, que utilizaram trilhas margeando o rio Tocantins.

O segundo momento, nos anos setecentos, foi marcado por conflitos entre indígenas e colonos, e coincidiu com o auge do período da mineração. Para garantir a posse do ouro e da terra a Coroa portuguesa incentivou, na primeira metade do século XVIII, os primeiros aldeamentos em Goiás. Mas somente dois deles, o de São José de Mossâmedes e a Aldeia Maria I, já no período pombalino, tiveram sucesso.

Com relação aos indígenas do cerrado, Bertran (2000) trás alguns detalhes:

*Os Jê dividiam-se em diversas nações individualizadas e, não raro, rivais entre si. Para lembrar apenas o mais antigo e impactante desses povos – do ponto de vista histórico – o primeiríssimo que nos ocorre é sem dúvida, o Caiapó, índio que a historiografia do conquistador abomina, por sua alta capacidade de resistência e retaliação contumaz, “o mais bárbaro e indômito de quantos produziu a América”, no dizer de João Manoel de Mello, governador de Goiás em 1760. Em expansão desde o século XVIII, teriam reduzido os índios Goiá – outrora numerosíssima nação ocupante do norte de Minas e Goiás – a uma centena de pessoas, como vem demonstrando a documentação inédita da conquista, confirmando as antigas assertivas de Diogo de Vasconcelos (Bertran, 2000: 32).*

De fato, o Governador da Província João Manoel de Mello mencionado acima considerava os Jê “os donos primitivos da área goiana da mineração” (Bertran, 2000: 32).

Dentre as etnias indígenas existentes na época da colonização decorrente da exploração do ouro “desde a latitude de Brasília para o Norte, até a confluência do Araguaia” (ou seja, aproximadamente dentro dos limites do que se conhece hoje como o estado de Goiás) tiveram muita fama, segundo Bertran, os Macro-Jê Acroá e Xacriabá. Os Acroá foram extintos ou tomaram outro nome, os Xacriabá ainda existem no trecho mineiro do São Francisco (Bertran, 2000).

#### **1.4 - A mão de obra africana em Goiás: o contrabando de escravos**

Na sua *História Econômica de Goiás*, Salles (1992) identifica três fases que lhe parecem comuns a todas as histórias de conquista e povoamento como a que aconteceu no estado de Goiás. A primeira fase é a de desbravamento heroico, com combates sangrentos com os indígenas e de sonhos de riqueza com as descobertas de minerais preciosos. A segunda, de exploração do ouro e de formação dos arraiais e aldeias. E a terceira, a do trabalho agrícola, da fixação na propriedade rural e do trabalho artesanal. Essas fases não se sucedem necessariamente, podendo ocorrer ao mesmo tempo e mesmo se integrar. É bem este o caso da fase do combate aos indígenas e a da exploração do ouro em Goiás. Isso posto passamos então para a segunda fase que, como veremos, está imbricada na terceira.

Como destaca Salles, a chegada do negro a Goiás começou nos primeiros anos de sua ocupação e continuou de forma regular e consistente durante o tempo da mineração (Salles, 1992). Mas oficialmente, o primeiro comboio de escravos só chegou



a Goiás em 7 de setembro de 1752. Não se conhece o número exato deles, pois o imposto de capacitação e os dízimos, que também eram obrigatórios, levavam os colonos a ocultá-lo como forma de sonegar os valores devidos ao fisco e à Igreja. É o que comprova, por exemplo, o fato de que nas duzentas petições de sesmarias consultadas por Salles da década de 1760, os requerentes “*nunca citavam o número de seus escravos*” (Salles, 1992: 229).

No entanto, em 1732, ou seja, bem antes da data da primeira entrada oficial de escravos, um comboio clandestino chegou da Bahia com alguns deles e gado (Salles, 1992). Em 1760, Dom João Manoel de Mello, Governador da Capitania, cujas Cartas constam do acervo consultado por Salles na sua pesquisa, denuncia que no governo do Conde de São Miguel chegaram “*três lotes de negros em diferentes tempos*”. Em outro documento Salles encontra que, no total dos três lotes, foram ao todo 160 e tantos negros contrabandeados. Mas foi no final do ano de 1760, em dezembro, que chegou o maior comboio, com cerca de 770 negros, talvez “*a maior leva de escravos chegados à Capitania*” (Salles, 1992: 229).

Mas apenas 13 anos depois, em 1773, Dom José de Almeida Vasconcelos, “*o mais amado dos governadores de Goiás*”, segundo Americano do Brasil (Bertran, 2000), quando de sua viagem pela Capitania, já lamentava a falta de escravos devido à dificuldade encontrada em substituí-los depois que morriam, “*pois sua resistência era limitada em anos, pelo acúmulo de trabalho que suportavam, sem que outras opções os favorecessem*” (Salles, 1992: 229). Além disso, como consta de um relatório do Ouvidor da Capitania ao Capitão-General datado de 1804, os negros não deixavam descendência, segundo ele, por falta de incentivo aos casamentos e ao costume de se dar preferência a escravos homens, “*excluindo-se as fêmeas*” (idem: 229).

Quanto à suas origens africanas, nos documentos consultados por Salles (1992), sobretudo nos registros de batismos, aparecem com maior frequência em Goiás os sudaneses provenientes de diversas regiões da África, daí as denominações específicas de “Yorubas”, “Gêges”, “Haussás” e “Minas”. Estes chegavam à Capitania pela estrada da capitania da Bahia com destino a Meia Ponte, hoje Pirenópolis. De lá eram distribuídos para as outras regiões auríferas. Mas nos registros das Igrejas dos arraiais goianos Salles encontrou também escravos “Bantus” (“Angolas”, “Congos”, ou “Cabindas” e “Benguelles”), das regiões mais ao sul do continente africano. Estes chegaram a Goiás a partir das capitanias do Rio de Janeiro, de Alagoas, de Pernambuco, do Maranhão e do Pará.

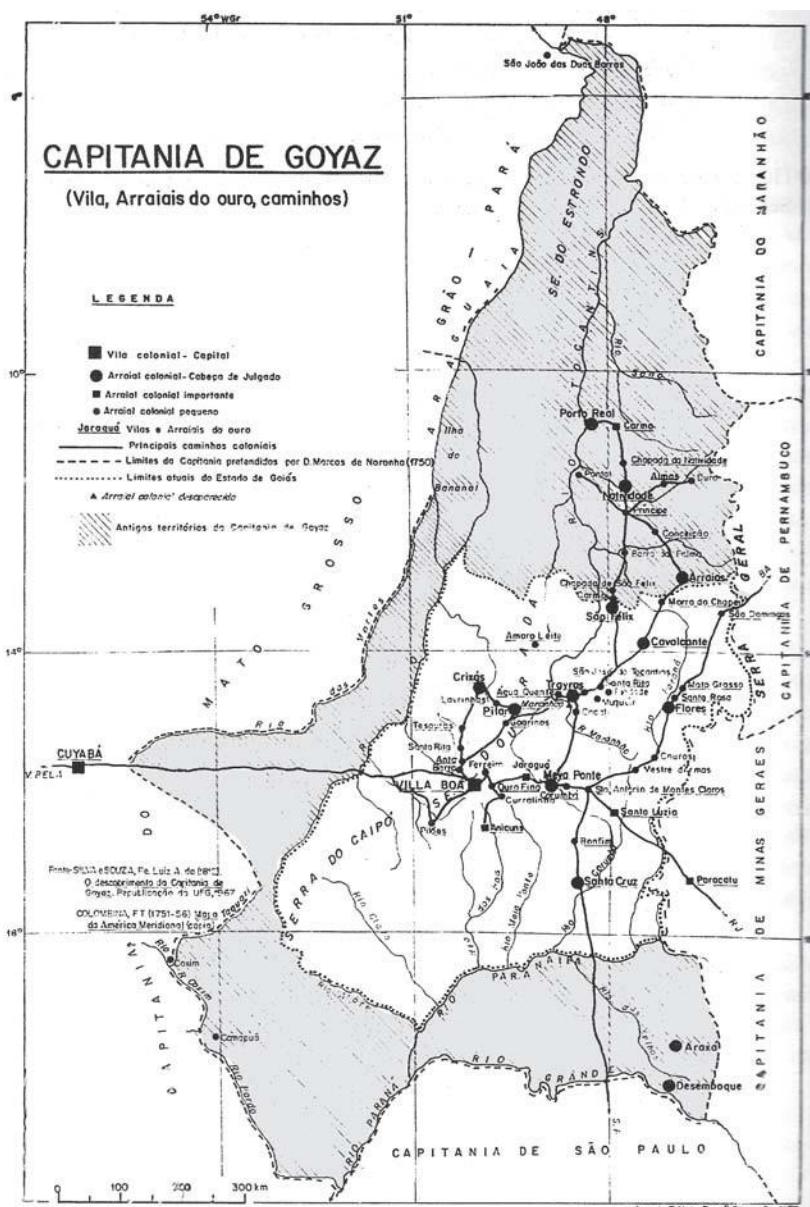


Fig1- Mapa da Capitania de Goiás.

Fonte: Teixeira Neto, A. In: PALANCÍN, Luís, GARCIA, Leônidas. AMADO, Janaína. *História de Goiás em Documentos: Colônia*. Goiânia. Goiânia: UFG, 1995, p.44

Mapa de Goiás antigo mostrando os arraiais (copiado de Boaventura, D. 2007: 37)

### 1.5 - Os núcleos mineradores e a distribuição dos escravos

Segundo Sérgio Buarque de Holanda, citado por Salles (1992), os mineradores portugueses não tinham experiência na prospecção do ouro. O africano que contribuiu com a mão de obra na mineração também não tinha maior conhecimento técnico específico, e se ocupou principalmente da lavagem da areia que continha o metal. Daí a afirmação da autora de que o ouro em Goiás, no início da mineração, era descoberto “por acaso”. Este quadro foi se alterando no decorrer do século dezoito.

Os primeiros núcleos mineradores se situavam próximos ao arraial de Sant'Anna, às margens do rio Vermelho (ver mapa de Goiás mostrando os arraiais, acima). Numa sequência cronológica, estas primeiras descobertas ocorreram entre 1725 e 1731. Em seguida veio o do arraial de Meia Ponte, também em 1731. Mais para o norte, ladeando o Rio Tocantins, entre 1730 e 1736 surgem às minas do Maranhão, Água Quente, Traíras, São José, Cachoeira e Crixás, esta última próxima ao rio do mesmo nome. Continuando para o Nordeste, entre 1735 e 1741, são fundados os núcleos populacionais de Natividade, São Félix, Pontal, Porto Real, Arraias, Cavalcante e Pilar. Daí, voltando para o sul da Capitania, em uma região próxima a Sant'Anna, entre 1746 e 1749, o ouro é encontrado no Carmo, Santa Luzia e Cocal. Dez anos mais tarde vêm as minas de Bonfim e Tesouras. Santa Luzia é o núcleo ao qual nos referimos quando falamos da Fazenda Pontezinha do Mato Grande, hoje município de Santo Antônio do Descoberto, onde está localizada a comunidade negra rural Pereira Braga. É aí também, agora no município chamado Cidade Ocidental, que vivem os quilombolas do Povoado Mesquita.

Como vimos, a distribuição dos escravos na Capitania acompanhava as descobertas do ouro, porém a mão de obra africana era empregada também, em menor número, na lavoura, para a produção dos alimentos que sustentavam os núcleos populacionais. Salles relata que nos primeiros anos de mineração a mobilidade da população era intensa, o que impediu concentrações efetivas. Por exemplo, no arraial de Sant'Anna, que deu origem à capital Vila Boa, as lavras ficavam próximas ao arraial, sendo que a maior aglomeração deles ocorreu ao longo do rio Vermelho. As lavouras acompanhavam os pequenos aglomerados de mineradores: *“Ao Nordeste do mesmo arraial, num raio de 48 quilômetros até os limites de Meia Ponte, cativos ainda eram encontrados”* (Salles, 1992: 231). As moradas dos escravos, como já foi dito, acompanhavam o leito dos ribeirões.

### **1.6 - A agricultura, a pecuária, a fixação do colono na terra: as Sesmarias**

Os primeiros mineradores que vieram explorar o ouro das minas de Goiás não tinham interesse em se fixar na terra. Queriam enriquecer e voltar para as cidades litorâneas, geralmente mais desenvolvidas. Por isso não se interessavam com a titulação da propriedade. Como já foi dito anteriormente, estas ficavam nas imediações dos

núcleos mineradores. Foi somente a crise da falta de alimentos que os levou à plantação de roças.

*A ocupação das terras se fazia por concessão de sesmarias, mas o lavrador independente, sem preocupação com títulos de propriedade, sem recursos para construir engenhos, apoderava-se delas à margem da lei, escudando-se na exploração agrícola para construir sua habitação* (Salles, 1992:63).

A exceção a esse costume era apenas o registro das terras que se mostravam produtivas ou que tivessem “*veios minerais*”. Até 1750 o governo, que se interessava principalmente pelo povoamento das minas, não deu maior importância ao fato. Somente no governo do Conde de São Miguel (1755-1759), quando o ouro começou a rarear, aumentou o número de requerimentos de registro de terras. Mas pelo que nos relata Bertran (2000: 88) a empreita do reconhecimento de sesmarias, que na verdade eram quase de graça, era realmente desanimadora. Além da falta “*absoluta de agrimensores no Brasil colonial*”, custava ao requerente:

*[... uma] longa viagem até Vila Boa, a hospedagem aí por longos dias, a contratação de um advogado peticionário, o pagamento das propinas de direito aos oficiais dos Conselhos, aos da Provedoria Real e da Secretaria de Governo – para dali sair 20 ou 30 dias depois, com um papelucho assinado pelo governador que mandava o roceiro haver-se, no curto prazo de um ano, a carregar consigo, pagando-lhe todas as despesas de viagem e os pró-labores de estilo, ao juiz de sesmarias, da única câmara que houve no período colonial de Goiás – para medir-lhe e dar-lhe posse dali a 60 ou 70 léguas em escassos 900 hectares perdido em alguma boca de sertão. Depois, ainda, o processo ia a Lisboa, para voltar com o selo real”* (Bertran, 2000: 88).

Em Minas Gerais, comenta Bertran, onde as lavras eram concentradas em uma meia dúzia de comarcas e com um número igual de juízes sesmeiros, as terras foram legalizadas em maior número do que em Goiás. Afora isso, continua Bertran: “[...] os mineiros, desde cedo, habitaram-se aos cuidados cartoriais com a propriedade fundiária” (2000: 88). Em Goiás, ao contrário: “*Deve ter-se formado um consenso de que bastava o requerimento de sesmaria para configurar-se a propriedade de fato, transacional*” (idem: 88). Mas a sesmaria, efetivamente, “*nada mais era do que uma precária e condicionada autorização de posse*” (idem: 88).

Para os indígenas e os negros, bem como para os seus descendentes, a legislação fundiária, nos tempos do Brasil colônia, era inexistente (Little, 2002). Mesmo porque os indígenas aldeados eram tidos como “administrados” e os escravos negros entravam nos inventários como “bens” do proprietário. Como descreve Bertran, eles eram um legado dos donos de engenhos e dos fazendeiros:

*Os engenhos de madeira, de tração animal e humana, as casas de moradia com suas senzalas e currais, o gado existente e as tropas cavалares, as roças de mantimentos e os móveis e utensílios: roupas, cadeiras, mesas, tachos, arreatas, caçambas de montar, um ou outro lampadário de prata, o carroção de bois. E o principal legado: os escravos, sobre os quais havia minuciosa descrição de destinos nos inventários: uns – geralmente os mais velhos e os filhos adulterinos – declarados livres pelo senhor e os demais assignados a diversos filhos [...] (Bertran, 2000: 89).*

As terras nuas não tinham nenhum valor e nos velhos inventários eram designadas por “cascos”.

### **1.7- As Sesmaria em Santa Luzia. O nome Pereira Braga**

Com relação a origem da família Braga, encontrei em Bertran (2000), a transcrição de um documento de concessão de Sesmarias na comarca de Santa Luzia, onde consta que um dos requerentes denominava-se Pereira Braga:

*1775 - Manoel Pereira Braga - Morador de Santa Luzia “ribeirão Descoberto”. Confronta de uma parte com João Martins e pelas outras “com quem de direito for” - meia légua. R. P. faz. Santa Maria – Basílio Pereira Braga. AHEG (Arquivo Histórico Goiânia - Sesmarias). [...]. 1777 – João Peixoto dos Santos – meia lg nas vizinhanças de Manuel Pereira Braga, chamado Cubatão [Cubatão – margem direita do rio Descoberto]. (IG n°25). (em Bertran, 2000:179-171).*

Antes de comentar este documento, devo esclarecer que quando faço a referência acima a um Pereira Braga com posses e situação social que lhe permite requerer uma sesmaria, estou pensando em um emigrante português ou descendente dele, e me fundamento para isso em Joseph de Mello Álvares, no seu livro do final do século XIX, o *História de Santa Luzia* ([1886] 1978). Nessa obra ele se esmerou

trazendo listas de emigrantes portugueses que chegaram à cidade, desde a sua fundação, trazidos por Antônio Bueno de Azevedo, em 1746, até 1776. Em 1749 ele reporta:

*Tem decorrido apenas 3 anos depois do estabelecimento das minas de Santa Luzia, e em tão pequeno período a emigração estabelecida de Portugal e de diversos pontos do Brasil foi tão crescida, que a sua alta sociedade compunha-se de um elevado número de pessoas ilustres, entre as quais ocupam distinto lugar as seguintes, cujos nomes declinamos, para que a geração presente e as futuras bem conheçam os fundadores do município e rendam o devido preito e homenagem à memória deles.* (Mello Álvares, [1886] 1978:24).

Da extensa lista que Mello Álvares apresenta em seguida ao texto que transcrevemos acima encontramos, na página 27, última linha, os nomes de Lourenço *Pereira Braga*, Leandro Nunes (Nunes já na página 28), Luiz Ferreira da Silva, Luiz Antônio de Bastos e D. Joana Garcia Betha, *portugueses*, padre Manoel D'Oliveira Galvão, *fluminense*, Manoel de Souza Moreira e Antonio Bezerra Cortes, *portugueses*. (Mello Álvares, 1978; os grifos são meus) Aí termina essa lista, na página 28. É dessa forma que o autor apresenta as suas listas, dando primeiro os nomes e em seguida a origem. O Lourenço Pereira Braga morador de Santa Luzia em 1749, portanto, era português.

Estas informações de Bertran mencionadas acima e a menção ao “ribeirão Descoberto”, rio que margeia pela margem direita a região da Fazenda Pontezinha, coloca em cena, no cenário da mineração em Santa Luzia, os Pereira Braga da Pontezinha, desde a segunda metade do século dezoito.

### **1.8 - O declínio da mineração em Santa Luzia segundo Saint-Hilaire**

Segundo Bertran (2000: 181), o declínio da extração do ouro em Santa Luzia teve início por volta do ano de 1780 “*para não mais reerguer-se, a não ser como atividade garimpeira eventual, o que ainda ocorre*”. O relato de viagem de Saint-Hilaire, cientista francês que esteve no arraial de Santa Luzia em 1819, ou seja, 29 anos após a data indicada por Bertran, mostra como estava esse lugar com a decadência do ouro. Ele começa o seu relato falando da celebração da Festa de Pentecostes, da Cavalhada, do café e dos doces. É esse autor que nos trás, dentre todos os historiadores consultados, a dimensão do Arraial de Santa Luzia: “[...] *a sede, compreende (1819)*

*uma população de 3 a 4 000 mil almas disseminadas por uma superfície de 50 leguas de comprimento e 30 de largura”* (em Saint-Hilaire, 1819, citado por Bertran, 2000: 210). Ora, tomando uma légua como o equivalente a seis quilômetros, temos 300 quilômetros de comprimento por 180 quilômetros de largura.

Ao descrever o desenho do povoado, Saint-Hilaire fala das Igrejas:

*A primeira, a de Nossa Senhora do Rosário, foi construída pelos negros no tempo em que se encontrava ouro em abundância nos arredores da povoação; hoje em dia, que o número destes diminuiu bastante e todos os que ainda restam, livres ou escravos, vivem na indigência, a sua Igreja cai em ruínas. A segunda foi começada pouco tempo antes da minha passagem, e prosseguiram na construção apesar da pobreza extrema a que estavam reduzidos os habitantes de Santa Luzia.* (Saint-Hilaire, 1819, em Bertran, 2000: 208)

Sobre o garimpo, Saint-Hilaire relata que quando esteve lá em 1819, “*não havia em Santa Luzia uma única pessoa que se ocupasse em grande no trabalho das minas, e apenas quatro ou cinco negros crioulos iam ainda a procurar palhetas de ouro nos córregos*” (Saint-Hilaire, 1819, em Bertran, 2000:208). Ainda segundo este autor, exceto um pequeno número de artífices e comerciantes, todos os habitantes de Santa Luzia cultivavam a terra, indo ao arraial apenas aos Domingos e dias de festa.

Considerando verdadeiras as descrições de Saint-Hilaire, do cenário de pobreza e decadência do arraial de Santa Luzia e regiões do seu entorno urbano, podemos imaginar que a situação era a mesma nas áreas rurais mais distantes, mas ainda assim pertencentes ao município, que como vimos acima, compreendia uma área de 300 quilômetros de comprimento por 180 quilômetros de largura! Pois bem, é justamente naquela zona rural, e por esta época, que vamos ter as primeiras notícias dos Pereira Braga descendentes de escravos negros na região, como mostramos no próximo item.

### **1.9 - A origem dos fundadores da Pontezinha**

Na versão de Seu Osmar Pereira Braga, 50 anos, Seu Manuel de Souza Lima e Dona Cecília Camilo do Sacramento trouxeram os primeiros Pereira Braga “*prá cuidar dessas terras*”, as terras da Fazenda Pontezinha, de sua propriedade. Perguntei então sobre a condição de trabalho deles, se eles vieram como escravos ou como libertos. A resposta foi que ele achava que já estavam libertos:

*Osmar: [...] Eles vieram, eu acho (grifos meus), como capataz de Fazenda, alguma coisa assim. E quando Manuel de Souza Lima morreu e a esposa dele, não tinha então herdeiros, quem herdou essa terra foi essa família. [...] não tem parentesco nenhum (Osmar. está se referindo a parentesco dos Pereira Braga com o Manuel de Souza Lima). Eu acho que ele conhecia alguém em Paracatu dessa família Braga e trouxe essa família prá cá. Depois, através deles, já situado aqui na região, vieram atrás os Severino Botelho, que também são de Paracatu, depois os Cornélios, que são de Buritis de Minas, tudo vieram atrás dessa família Braga que já tava aqui”.*

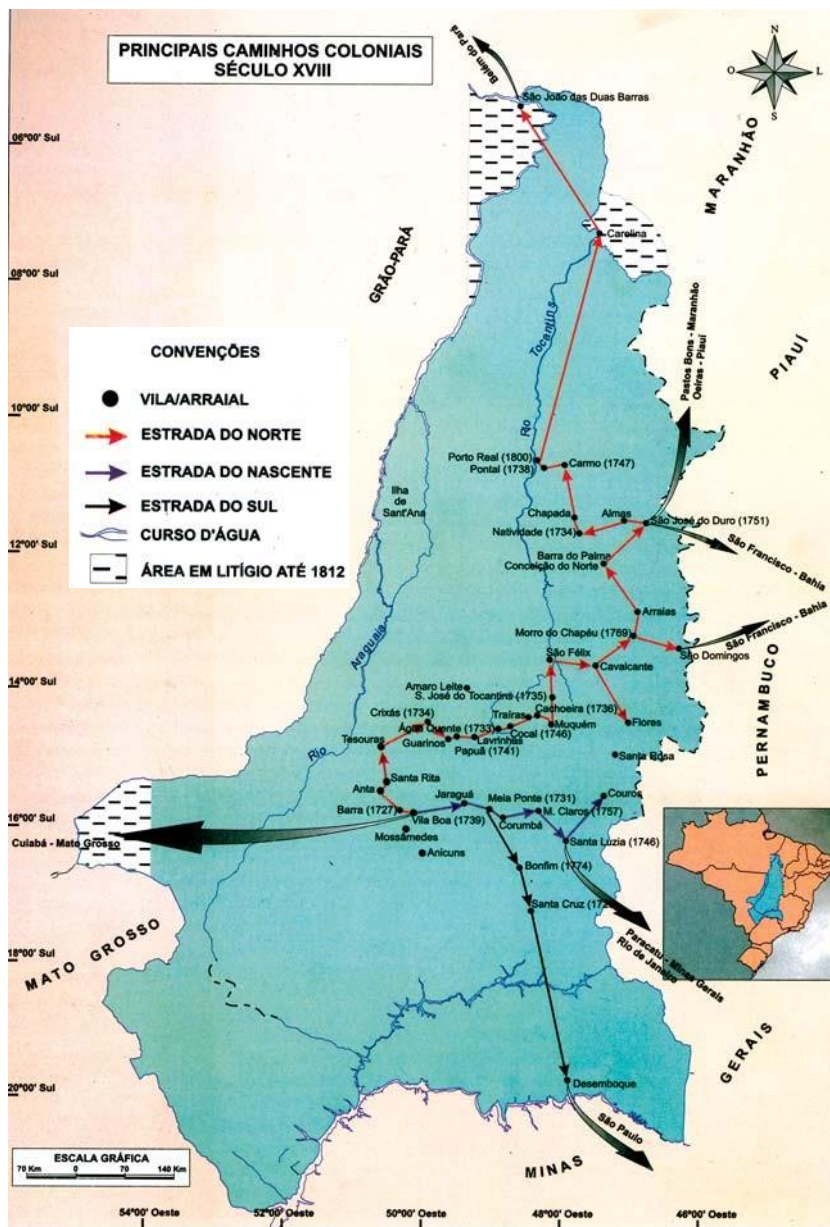
A essa primeira entrevista com Seu Osmar sobre a origem dos Braga se seguiram vários encontros casuais onde o assunto “de onde eles vieram” voltou à tona. Em um deles falávamos sobre o programa de TV que mostrou uma Festa no Povoado do Mesquita, onde se reuniam todos os parentes. Dona Carlinda, também Pereira Braga, 73 anos, tia e sogra de Seu Osmar, que viu o vídeo, foi quem falou sobre o programa: “*uns foi prá lá, levou um mucado, né? Depois levaram os outros*”. Seu Osmar lembra que essa é uma tradição que eles tinham: “*Aonde ía um levava outros junto*”. Segundo ele, foi isso mesmo o que aconteceu aqui. “*Foi como por exemplo, ele veio prá cá e foram trazendo os outros parentes, então provavelmente tem gente perdido aí nessa história*”.

Quando eu quis saber se os Pereira Braga tinha vindo do Mesquita, porque lá eles também são Pereira Braga, Seu Osmar reitera a sua opinião de que os primeiros que chegaram à Pontezinha vieram de Paracatu, Minas Gerais (O mapa à página 33 mostra a estrada antiga que ligava Santa Luzia a Paracatu e ao Rio de Janeiro): “*Esse Mesquita aí eu achei que eles vieram e fizeram uma parada lá, mas depois tem uma outra história que eles fizeram foi voltá daqui prá lá*”.

Eu comentei que conversando com Seu Naum Pereira Braga, um dos primos de Seu Osmar e de Dona Helena sua esposa, sobre a origem dos Braga, ele tinha me contado essa versão de que eles tinham ido da Pontezinha para o Mesquita. “*Então eles fizeram foi voltar daqui prá lá. E aí assim, tem eles lá no Mesquita, tem em Luziânia, tem perto de Silvânia, tem em Vianópolis também, próximo a Vianópolis*”, concluiu Seu Osmar.

É isso, Seu Osmar é caminhoneiro de profissão e conhece bem estes lugares, todos próximos a Luziânia, e pode muito bem ter “esbarrado casualmente” em algum destes Pereira Braga “*perdidos nessa história*”!





**Mapa de Goiás mostrando os caminhos antigos  
(Boaventura, 2007: 111)**

Ora, o arraial de Santa Luzia ficava na rota da estrada real do Nascente, que ligava Paracatu a Vila Boa, a primeira capital da capitania de Goiás. Acrescentando a esse fato o de que na época o município de Santa Luzia compreendia toda a região do quadrilátero onde foi construída Brasília e os municípios que atualmente constituem o seu entorno, dentre eles Valparaíso, Cidade Ocidental (onde fica o Mesquita) e Santo Antônio do Descoberto (onde fica a Fazenda Pontezinha), podemos ver que Mesquits e Pontezinha ficam a distâncias que podiam ser percorridas a pé ou a cavalo, pelas trilhas

antigas, o que torna procedente o comentário de Osmar sobre os que “*ficaram perdidos nessa história*”. Supondo que todos os Pereira Braga pertencem a uma mesma família ou então que vieram de um mesmo lugar, com a decadência do ouro eles podem ter procurado um lugar para se fixarem dentro do município de Santa Luzia ou em outro qualquer na vizinhança. Os municípios mencionados por Seu Osmar são todos próximos ao de Luziânia ou se limitam com ele.

Outra pessoa que entrevistei sobre o assunto “origem dos primeiros que vieram parar aqui” foi Dona Jovina Souza e Silva, que nasceu em 1922 na Gamela, em algum lugar às margens desse córrego, na área compreendida pela Fazenda de nome Cajundó. Em outros depoimentos sobre as suas origens ela mesma reconhece que tem avô indígena e que sua família é proveniente “*da outra banda do Corumbá*”. Dona Jovina foi a segunda esposa de Seu Domingos Pereira Braga, filho de Seu Romualdo e de Dona Antônia, os bisavós de Seu Osmar. Ela afirma que ouviu dizer que “*esse povo era ali do Mesquita*”, mas que não tem certeza disso. E não sabe dizer quantos vieram de lá. O “*ali do Mesquita*” da fala de Dona Jovina indica que no imaginário dela que nunca esteve no Mesquita, Pontezinha e Mesquita são lugares próximos.

Ora, hoje em dia, saindo da Pontezinha e pegando primeiro a BR 060 até Brasília e depois a BR 040 até a Cidade Ocidental para se chegar de carro à comunidade quilombola são 120 km de distância, o que não pode ser representado por um *ali*, como disse Dona Jovina. Mas esta distância, como já foi dito, pode ser bem menor se os caminhos pensados (lembrados) são as trilhas ou “*triero*”, onde se passava a pé ou a cavalo, por dentro das picadas no Cerrado, nas Matas Ciliares, atravessando córregos e rios nas partes rasas, os “*vau*”, durante a seca. Além disso, convém lembrar que Brasília só foi fundada em 1960 e as BRs referidas acima foram construídas dois ou três anos antes da inauguração da nova capital do Brasil. Os mais antigos da Pontezinha com quem conversei viveram grande parte das suas vidas num tempo em que não existia Brasília nem “a pista”, que é como eles chamam a BR 060 e são até hoje exímios caminhantes.

O relato que segue do Seu Modesto, proprietário da Fazenda Lagoinha, da região do mesmo nome (Lagoinha)<sup>15</sup>, nascido e criado no outro lado do Descoberto (margem esquerda) e margem direita do ribeirão Lagoinha, ambos afluentes do rio

---

<sup>15</sup> A região conhecida como Lagoinha compreende várias fazendas, inclusive a de Seu Modesto Pereira. Quando no texto me refiro à propriedade de Seu Modesto especifico que se trata da Fazenda Lagoinha, pois é esse o nome da sua Fazenda.

Corumbá (Ver mapa do município de Santo Antônio do Descoberto, no capítulo II, p. 55 e no anexo I), esclarece melhor esse ponto sobre as *distâncias* naqueles tempos do final do século XIX e começo do século XX nas áreas rurais de Santa Luzia, Goiás.

Começo a conversa perguntando ao Seu Modesto (86 anos) se ele faz uma ideia de onde é que vieram os Pereira Braga, se o pai dele, Seu Abel Pereira<sup>16</sup>, comentou alguma vez de onde é que eles vieram. Ele diz simplesmente que “*já lembra é deles aí*”. Insisto, quero saber se o pai dele comentava ou não sobre a origem dos Pereira Braga, mas ele não acrescenta muito, só afirma que o pai “*devia sabê de onde qu’eis era*”, e que “*aqui da Santa Rosa ele falava, numa família aí qu’eis veio de Paracatu...*”. Pegando como referência o local onde estava sendo gravada a entrevista, Fazenda Lagoinha, margem Esquerda do Descoberto, Santa Rosa, bem como a Pontezinha, ficam “na banda de lá”, na margem direita desse rio. No entanto, Santa Rosa está bem em frente à Lagoinha, onde além de um vau que podia ser atravessado pelo gado e pelas pessoas, existia também uma ponte de madeira ligando os dois lados. A Pontezinha já fica a 22 quilômetros mais acima, na direção Noroeste, mais próxima à BR 060. Hoje em dia, com a construção do lago Corumbá IV, essas passagens foram destruídas.

Pois bem, diante de sua dificuldade em associar as minhas perguntas às suas lembranças, a partir daí a nossa conversa correu solta sobre todos os assuntos. No entanto, antes de encerrar a entrevista lembrei-me de mais duas perguntas objetivas que tinha me programado fazer a ele, uma sobre o ouro e outra sobre as Escolas.

*V: [...] O Senhor já ouviu falar de ouro aqui na região?*

*M: É, ouro, tinha, inclusive a Fazenda que foi nossa, lá na Jacobina. Era dum, naquele tempo eles falava, Sinhô, José Corumbita Meireles, famozão aí, mais rico dessa época, comprava os negros lá, né, vinha da África, né, prá garimpar. Lá, a Fazenda lá, a casa lá era...*

*V: Trazia os negros prá garimpá?*

*M: Garimpá. A casa lá tinha até um quarto de prendê os negros lá...*

*V: Jacobina?*

*M: Prá num fugi.*

---

<sup>16</sup> Seu Abel Pereira era o dono de toda a Fazenda Ponte Alta e do Gama. Estas terras foram desapropriadas para a construção de Brasília.

A minha estranheza com a “descoberta” de uma Fazenda dessas antigas com vestígios dos tempos da escravidão foi porque eu nunca tinha ouvido falar, nem lido nada a respeito, de uma Fazenda de escravos em Goiás chamada Jacobina<sup>17</sup>. Paulo Bertran (2000: 123), numa referência às famílias Luzianenses notáveis no apogeu do seu período aurífero, traz o nome de um José Gonçalves de Meirelles, dizendo ser ele o genearca dos Meireles existentes até hoje em Luziânia, e que foi “*um dos maiores comerciantes das minas de Santa Luzia*”, mas sem fazer nenhuma referência a uma Fazenda Jacobina. O autor Joseph de Mello Álvares (1978: 114) afirma que aquele Senhor faleceu em 6 de setembro de 1773, em São Salvador, Bahia, onde estava em viagem de negócios e lá foi sepultado. Para os seus herdeiros, que eram a mulher e os filhos Manoel, Brígida, José, Francisco e Domingos, José Meirelles deixou, segundo registra o autor: “*18 escravos, grandes terras minerais na chapada do Loureiro, Rio Vermelho abaixo, casa no arraial, tropa de cavalos e uma carregação de fazendas na importância de 3560 oitavas, que depois de sua morte chegou da Bahia*”. Essas “terras minerais” podem ser as que constituíam o território em questão. Os indícios trazidos pelas datas são de que o Sinhô de que fala Seu Modesto pode ter sido um dos descendentes deste Seu José Gonçalves Meirelles, com o mesmo nome, José<sup>18</sup>, talvez um dos seus netos.

De fato, Dona Neném, que estava fazendo queijos na queijeira, veio por uns instantes até a cozinha, onde estávamos Seu Modesto e eu, e confirma que a Jacobina foi comprada por seus avós, Seu Elói Ferreira Mendes e Dona Maria Rita da Cunha de José Corumbita Meireles, por volta de 1920. Mas esclarece que o fundador não foi ele, foram uns *alemães*:

*N: Lá foi construído num foi pelo Corumbita não, foi pelos alemão.*

*M: Pois é, mas diz que a Jacobina foi feita por escravos...*

*N: Foi feita por escravos, mas na unha dos alemão.*

Quem contou para D. Neném foi o seu avô Seu Elói. Ela nasceu em 1936 na Jacobina e foi criada pelos avós. A casa não existe mais, como pude confirmar em

<sup>17</sup> A Fazenda Jacobina lembrou-me outra, a Fazenda Babilônia, antiga fazenda de escravos em Goiás, situada no município de Pirenópolis, que é tombada pelo patrimônio histórico nacional.

<sup>18</sup> Segundo consta em Joseph de Mello Álvares (nota à p. 114), primeiro livro a tratar da História de Santa Luzia (O semanário onde os artigos circularam pela primeira vez é de 1910), a família Meireles é uma das mais antigas e numerosas do Planalto.

conversa por telefone com funcionária dos atuais proprietários do lugar, os Roriz<sup>19</sup>, que agora tem o nome de Agropecuária Palma. Mas Seu Modesto, e mais para o final da entrevista, D. Neném, com a força das suas memórias, trouxeram a Jacobina para dentro da cozinha onde estávamos. Seu Modesto descreve a casa da Fazenda, que pelas datas que levantamos já devia ter mais de 100 anos quando veio parar nas mãos do Seu Elói, como sendo “*a coisa mais linda do mundo*”. Dizendo ele, a casa tinha: “[...] *aqueles teião de aroeira, aquela tabuona, [...]. As portas, cada portona pesada, de duas abas. Cada pau dessa grossura, os caibros lá.*”.

Eu quis saber onde é que eles garimpavam e ele relata: “*No terreno lá mesmo tinha garimpo. Lá perto de Luziânia, prá cá, tinha. Na beira do Rio Santa Maria, tinha muitos garimpo lá. Aqueles buracão lá, lá ainda existe muito buracão, até hoje ainda existe lá.*”.

Eu comento, repetindo Bertran (2000), que com o sucesso do ouro Luziânia foi “*lá em cima, no estado de Goiás*” e quando o ouro acabou eles foram embora e que “*aí teve a decadência*”. Mas me surpreendo mais uma vez com as memórias do Seu Modesto: “*Foi. Aí é, uns foi embora, outros ficô aí, foi lá prá Fazenda Mesquita. Ainda existe lá esses negros até hoje lá, na Fazenda Mesquita.*”

Fazenda Mesquita? Novamente a Fazenda Mesquita! Eu pergunto, usando parte do que ele acabava de dizer, se os negros da Jacobina foram para a Fazenda Mesquita e ele confirma: “*Foi*”.

Comento que eles são Pereira Braga e pergunto se ele sabia. Ele responde que sim, sabia:

*M: É, tem um mucado que é Pereira Braga. Até um que trabaió uns tempo aqui. Nêgo trabaidô, mas gostava de uns... (indica com a mão um copo indo até à boca). Lá tem uns Pereira Braga mesmo [...] [Esse Antônio] veio tirá umas lenhas lá na Jacobina lá, ajudando um outro lá. E aí nós chamô ele prá cá e ele veio.*

Enquanto a avó de D. Neném, D. Rita, viveu, o Seu Modesto e a D. Neném ficaram lá e cá nas duas propriedades, a Fazenda Jacobina e a Fazenda Lagoinha. Quis saber a distância que separava uma fazenda da outra, pois hoje em dia só existe estrada

---

<sup>19</sup> A família Roriz é outra das famílias notáveis de Santa Luzia, referida tanto por Joseph de Mello Álvares (1978) quanto por Paulo Bertran (2000).

para carros automotores que não transitavam por estas paragens na época. Ele explica que pela estrada antiga tinha uns 24 quilômetros: “*Que era um pulo era. Nós levava gado lá, ia tocando o gado, chegava lá, trazia outra moita de gado. No mesmo dia nós fazia isso.*”

A viagem era encurtada por causa de uma ponte de madeira sobre o rio Alagado, o último afluente do Corumbá, já próximo de onde foi construído o muro da barragem para dar origem à UHE Corumbá IV, que afetou todo o sistema de rios da região. Construíram uma outra ponte, mas segundo Seu Modesto esta “*fica muito lá em cima*”.

Todas estas informações trazidas por Seu Modesto me asseguram de que a Fazenda Mesquita mencionada por ele é o Mesquita anteriormente citado por Seu Osmar e Dona Jovina. Com a afirmação dele de que os escravos da Jacobina que foram para lá eram Pereira Braga, vejo que a investigação da origem dos Pereira Braga da Pontezinha está atrelada ao estudo do destino dos escravos depois da decadência do garimpo em Santa Luzia e à história da Fazenda Jacobina como fazenda de escravos que trabalhavam na mineração.

Perguntei então ao Seu Modesto a distância da Fazenda Jacobina à Fazenda Mesquita se pela estrada antiga era longe ou perto. Ele disse que era longe, que era uns 50 quilômetros de distância, mas que dava bem para ir a cavalo: “*Já fui lá. É igual Santa Rosa, lá a Mesquita. É um corgo e as casinhas d’êis na beira do corgo, até em baixo. É tudo a mesma coisa.*” E acrescentou: “*Lá tudo é preto. Se tivé um branco lá é porque mudou prá lá, mas os que criou lá é tudo preto*”.

Ainda sobre os escravos que ficaram “*prá trás*” ou no dizer de Osmar “*perdidos nessa história*”, Seu Modesto acrescenta que “*êis era muitos*” e que lá em Luziânia também tinha escravos. Eu observo que certamente os escravos em Luziânia estavam envolvidos em outras atividades, como o comércio, o trabalho nas residências das famílias. Ele diz que não, que tinha garimpo lá prós lados de Luziânia também, pois “*lá era ponto de garimpo*”. Ora, difícil imaginar uma cidade como a Luziânia de hoje sendo “*ponto de garimpo*”. Foi preciso me projetar no tempo ao qual ele se refere para ver que é isso mesmo, pois, além da rua que subia até a Igreja do Rosário construída em 1769, e lembrando que o auge do garimpo foi nos anos 1773, o que dominava o cenário era o Rio Vermelho e seus afluentes, onde os escravos garimpavam e moravam nas suas margens. Hoje em dia mal dá para enxergar o rio em uma das entradas da cidade, a que dá para a BR 040.

Enfim, o que conta Seu Modesto dos escravos negros é que após a decadência do garimpo do ouro na região de Santa Luzia “*uns foi embora, outros eis levô prá essa Fazenda Mesquita, tá lá até hoje*”. Eu quis saber então do que é que eles podiam viver lá. Foram cultivar o quê? Foram viver da cana, do gado, do quê? “*Tem que tê uma coisa, uma renda, uma renda*”, insisti. E mais uma vez o meu interlocutor me surpreende com as suas respostas diretas: “*Marmelo. Eles foram fazê marmelada. Êis faz até hoje, êis.*” E completa contando que o Antônio que veio trabalhar com eles na Fazenda Lagoinha “*fazia um doce de marmelo bom só vendo*”.

Já os Pereira Braga da Pontezinha também fazem marmelada, mas em pequena quantidade, somente para consumo próprio. Como veremos em outro capítulo, eles se dedicam a outras atividades.

Depois que terminou o seu trabalho na queijeira, D. Neném voltou para a cozinha e enquanto terminava de “ajeitar” o almoço participou da conversa. Eu expliquei novamente o meu trabalho e perguntei a ela se ela sabia de onde tinham vindo os Pereira Braga da Pontezinha. Ela disse que os conhecia desde menina, pois eles “pousaram” muitas vezes na Jacobina. E os nomes que ela se lembra dos que passavam por lá na viagem para Luziânia eram os da 1ª geração dos Pereira Braga já nascidos na Pontezinha: Daniel Rosa, Luís Rosa, Mitõe, Joaquim Braguinha, Romualdo.

Claro, eles se lembravam dos mais velhos, dos já falecidos. Hoje a Jacobina nem é mais do “Elói” e nem é mais “ponto de pouso”. Como mostro em outro capítulo, a “viagem” a Luziânia demorava uma semana, com duas paradas para dormir, uma no “Elói” e outra no Palmital. Eram três dias para ir e três para voltar. D. Neném contou ainda que quando iam para os casamentos na cidade (para eles “*rua*”), era uma festa, com muita gente, muitos biscoitos e que a sua família era convidada a comer junto com eles.

Mas como chegar à Jacobina a pé ou a cavalo vindo da Pontezinha? Seu Modesto me explica que era possível sim, ir da Pontezinha, onde estão atualmente os Pereira Braga, objeto da presente monografia, à Jacobina. Nem precisava ir até Santa Rosa<sup>20</sup>, onde tinha uma ponte, pois dava para ir de lá mesmo, “*por dentro*” (para uma ideia da localização geográfica da Pontezinha em relação à de Santa Rosa, ver mapa do município no capítulo II, p. 56 e no anexo I):

---

<sup>20</sup> Ver nota 46 sobre Santa Rosa, à p. 58 e mapa à p. 56, nº03.

*V: Saindo daqui (eu me referia à Pontezinha) ia dá lá na Jacobina?*

*M: Já dá na Lagoinha (ver nota 1), depois pegava a estrada nossa lá (Idem. Ele se refere aos os triéiros por onde levava e trazia o gado).*

Ora, se existia de fato “*um caminho por dentro*”, encurtando a distância entre a Jacobina e a Pontezinha, e admitindo a presença de escravos Pereira Braga entre os que garimpavam “*na unha dos alemão*” uma hipótese plausível é de que eles são descendentes dos escravos que trabalhavam na Fazenda Jacobina, e que, uma vez libertos, tomaram o rumo da Pontezinha ou da Fazenda Mesquita, ou ainda *um e outro!*

Antes da UHE Corumbá IV, portanto até o ano 2001, existiam na região duas pontes de madeira sobre o Rio Descoberto, uma logo depois de Santo André (já encostado na BR 060), que dava na Quarta Feira e em seguida na Lagoinha; a outra ficava mais longe da BR 060, localizada na travessia de Santa Rosa para a sede da Fazenda Lagoinha, onde Seu Abel Pereira morou e criou os seus filhos, ponte também de madeira, menos imponente do que a primeira, mas igualmente muito segura. Para a pessoa que chega atualmente à região, é difícil imaginar que alguém possa chegar a pé da Pontezinha à Lagoinha e daí à Fazenda Lagoinha mais adiante e muito menos à Jacobina (atual Agropecuária Palma). Ainda mais que essas duas pontes foram submersas pelas águas após a barragem do Corumbá!

Atualmente só existem duas possibilidades para atravessar o rio: ou pela estrada nova, que aproveita um trecho da BR 060 e a ponte de concreto na BR sobre o Rio Descoberto e logo em seguida vira à direita na estrada de chão já do outro lado do Rio; a outra é a travessia do lago por lancha a motor, ou barco a remo, nos pontos mais estreitos. É importante ressaltar também que todos os vaus do rio que permitiam a passagem de pessoas e animais na época da seca foram submersos pela água desse lago. Mas ainda assim posso imaginar o cenário no tempo da ocupação da Pontezinha pelos Pereira Braga no final do século XVIII, tal que reconstruído pelas memórias de Seu Modesto e Dona Neném: as trilhas estavam em pleno funcionamento e as pessoas transitavam a pé, a cavalo e em carros de bois da Pontezinha para a Jacobina e daí até Luziânia e vice versa.

E só me resta concluir que qualquer uma das versões trazidas pelos meus interlocutores sobre a origem dos Pereira Braga da Pontezinha é procedente e faz



sentido. Além disso, temos também o *espaço âncora de memória*<sup>21</sup> da Fazenda Jacobina, trazido por eles, onde era utilizado o trabalho escravo, e que posteriormente foi ponto de pouso na Estrada Real do Nascente, sendo utilizado não só pelos Pereira Braga da Pontezinha, mas também pelos Pereira Braga do Mesquita, nas idas e vindas a Luziânia, reforçando a hipótese de que os dois grupos têm a mesma origem.

### 1.10 - Os Pereira Braga do Povoado do Mesquita

Segundo consta do processo do Ministério Público referente à representação que solicita a legalização das terras ocupadas pelos quilombolas do Mesquita, a área pretendida foi adquirida em 27 de janeiro de 1855 por Delfino Pereira Braga, à época tesoureiro da Igreja do Rosário de Santa Luzia, por compra feita a Delfino Machado<sup>22</sup>. Mas existe também no processo outra versão, a de que “*duas irmãs escravas*” teriam ganhado a Fazenda, que possuía 761 hectares, por doação de João Mesquita, entre 1800-1840.

Já Suelen Gonçalves dos Anjos (2006) relata que as fundadoras da comunidade foram “*três mulheres negras forras*”, que receberam as terras como doação de seu antigo senhor, “*um certo Mesquita*”. Lá elas se fixaram e constituíram as suas famílias. A autora afirma ainda que “*formado há 150 anos, por uma população quase que totalmente negra, o Arraial do Mesquita comporta descendentes dos escravos trazidos na época da mineração para a antiga cidade de Santa Luzia, hoje Luziânia*” (Gonçalves dos Anjos, 2006: 108).

A autora faz também uma referência à religiosidade no Povoado Mesquita. A Folia de Reis representa o ciclo da Santíssima Trindade. Os cavaleiros da folia saem num “giro”, e as mulheres são as responsáveis pela festa, um jantar que é um verdadeiro banquete, e pelo pouso. A folia reflete então a divisão de gêneros na comunidade. Uma outra celebração religiosa importante no Povoado é a da Folia de Nossa Senhora da Abadia, nos mesmos moldes que a Folia de Reis. Outra tradição preservada pelos quilombolas do Mesquita é a prática da cura pelas plantas e pela benzeção. A

<sup>21</sup> Woortmann, E. (1998) e Plínio dos Santos (2012). Citação à p. 47.

<sup>22</sup> Como pode ser conferido na Certidão nº004/2010 do Registro Paroquial das terras da Pontezinha do Mato Grande no nome de Seu Manoel de Souza Lima, o escrivão que fez o registro foi o Padre Simeão Estylita Lopes Zedes e o Vigário *Delfino Machado de Far.*. Como os dois registros foram feitos com a diferença de dois anos, 1855 e 1857, é possível que o vigário Delfino Machado do documento referido acima fosse a mesma pessoa que assinou o registro em nome de Seu Manoel.

benzedeira pode curar doenças de todos os tipos, inclusive mau-olhado, vento caído de criança e livrar de encosto (Gonçalves dos Anjos, 2006).

São famosos e distribuídos em vários estados brasileiros os doces produzidos no Mesquita como a marmelada e a goiabada. Produzem também farinha e hortaliças de modo geral.

Como vimos, nesse e nos itens anteriores referentes às origens dos Pereira Braga, indica a possibilidade de uma origem como para a comunidade que prosseguiu fazendo a sua história no Mesquita e a que se instalou na Pontezinha para desenvolver um “projeto camponês” (Plínio dos Santos, 2013). É sobre esse período histórico mais recente e o atual que falaremos no próximo capítulo, tendo como objeto os Pereira Braga da Pontezinha.

## CAPÍTULO II

### **O “projeto camponês”<sup>23</sup> dos Pereira Braga: a família, o trabalho e a terra**

Para apresentar o processo de ocupação do território da comunidade negra rural Pereira Braga e a manutenção dele, começando pelos primeiros que lá chegaram e continuando com os seus descendentes que lá nasceram, organizei este capítulo em duas partes. Na primeira, por meio das memórias dos meus interlocutores sobre a 1ª geração dos nascidos na Pontezinha, irei demonstrar como eles se organizaram para superar as dificuldades encontradas no território que se propuseram ocupar, a partir de temas privilegiados por Dona Jovina, a mais antiga deles, e os construídos ao longo das entrevistas tanto com ela quanto com outros interlocutores da família. Em seguida demonstro o dia a dia dos que permaneceram no território, descrevendo dois sítios de famílias nucleares, tal como se encontram no contexto atual, fazendo um contraponto com as estratégias do “projeto camponês” de outrora.

A partir das memórias de alguns representantes da família Pereira Braga esse capítulo demonstra então que os irmãos e irmãs fundadores do território se organizaram interagindo dentro e fora do grupo familiar e que através da reprodução social de “práticas” do cotidiano constituíram a comunidade negra rural que é reconhecida por eles e por seus vizinhos como “Os Pereira Braga”, ou simplesmente “Os Braga” da Pontezinha.

Como observado, os casamentos entre parentes desde os fundadores e que foi se intensificando a partir da 1ª geração, formou um território de uso comum onde se praticavam várias atividades como: de caça; de coleta de frutos do Cerrado; de construção das suas moradias, as “casas de capim”; de plantação do café e sua comercialização. Nesse sentido, apresento a comunidade negra rural Pereira Braga, da Pontezinha, como um exemplo do que Borjas (1995) - que atualiza a expressão “memória coletiva” de Halbwachs (2004) chama de uma “comunidade de memória”, ou seja, uma memória que:

---

<sup>23</sup> Klaas Woortmann, 1990.

*[...] opera nos grupos humanos cujos indivíduos se conectam entre si e geram uma rede preferencial, espacial e temporal, onde compartilham, como um todo, o repertório de experiências acumuladas, através de múltiplos meios. Seus membros adscrevem-se nesse todo através de um interjogo que lhes permite particularizarem-se dinamicamente, abrindo a comunidade de memória a um processo de construção intrageração e intergeração (Borjas, 1995, em Plínio dos Santos, 2012: 81 nota 34).*

No que segue, tomando como eixo os temas surgidos nas conversas que tive em várias oportunidades com a minha principal interlocutora Dona Jovina, resgato as histórias desta “comunidade de memória”, para situar o seu começo na região da Pontezinha do Mato Grande, que fica atualmente no município de Santo Antônio do Descoberto, Goiás (mapa à p. 56, região 0.2) e sua formação, construída através das gerações de descendentes dos primeiros Pereira e Braga.

O recuo no tempo da memória de Dona Jovina já nos “ancorou”<sup>24</sup> na passagem dos Revoltosos<sup>25</sup> na região em 1925, onde surge em cena pela primeira vez o “*véi Tõe*”, um dos fundadores da comunidade. Mas além da memória privilegiada de Dona Jovina, suas observações são também diferenciadas pelo fato de que ela tinha, na maioria das vezes, dois posicionamentos diante das minhas perguntas: a umas ela respondia se estendendo nos detalhes, a outras ela dizia simplesmente: “*Isso eu num sei dizê porque eu num posso explicá*”. Em outras palavras, como “positivista nata” ela nunca opinava com um *eu acho*, pois só sabia dizer o que ela conhecia de fato!

Com esse seu jeito próprio de ver e de falar sobre os acontecimentos do passado e os do presente, Dona Jovina reconstituiu, com sua emoção, o contexto da época em que se casou com Seu Domingos Pereira Braga (da 1ª geração Pereira Braga) e os temas do cotidiano que foram relevantes na consolidação da sua família e na permanência deles na região da Pontezinha do Mato Grande.

As estratégias reproduzidas nos permitirão, após análise do conjunto dos depoimentos, fazer um elo entre essa primeira geração dos “*nascidos aqui*”, ou seja, na Pontezinha, e os seus pais. Após 1888, estes libertos foram os primeiros a chegarem à região da Pontezinha do Mato Grande, onde reproduziram sua condição camponesa ao desenvolverem o “projeto camponês”, ou seja, ter acesso a terra, formar suas famílias e possuir certo grau de autonomia na vida cotidiana, o controle dos meios de produção e

<sup>24</sup> Woortmann, E (1998). Ver citação com a definição de memória âncora pela autora à página 47.

<sup>25</sup> “Os revoltosos” é como os Pereira Braga se referem aos integrantes da Coluna Prestes que passaram pela região, deixando apavorados os seus habitantes devido à violência como atuavam. Dona Jovina situa a passagem deles pela tortura infringida a Seu Antônio Pereira Braga e o assassinato de Delfino Pereira Braga em 1925, quando ela tinha menos de três anos de idade (D. Jovina nasceu em 1923).

do processo de trabalho. Nesse sentido, terra, família e trabalho, objetivo primaz desses libertos, era o “projeto camponês” a ser conquistado (Plínio dos Santos, 2013).

## 2.1 - A primeira geração dos “nascidos aqui”: Os tempos difíceis

O termo “*nascidos aqui*” é utilizado pelos próprios Pereira Braga para se referem a eles mesmo. Nesse texto eu me aproprio do termo para usá-lo com a mesma conotação e ainda para diferenciá-los dos fundadores da família, pois daqueles não obtive informação, até o presente momento, do lugar onde nasceram: se na Pontezinha ou em algum lugar próximo ou mais longe. Mas posso adiantar que o cenário geográfico do século XVIII até início do século XX, que colocava a Pontezinha e adjacências em pleno Sertão dos Goyases, expressão muito usada pela historiografia da época (Bertran, 2000), já começou a mudar com a construção da BR 060: deu um giro de 180 graus e o Sertão, ou os “fundo”, passou a ser o que era antes a longínqua “*banda de lá do Corumbá*”<sup>26</sup>.

Aliás, merece atenção a diferenciação que a comunidade faz ao se referir aos “lados” ou “margens” dos rios: algumas vezes usam as expressões “*a banda de lá*” quando se trata de território que não é o deles e “*a banda de cá*” para indicar o lugar onde estão. Dona Jovina, por exemplo, usou “*a banda de lá do Areia*” para se referir ao local onde os Revoltosos estavam acampados e onde torturaram e mataram Delfino Pereira Braga (ver nota 25). Dona Etelvina e Seu Artênio usaram com frequência “*prá banda de lá do rio*” (ou “*prá lá*”, quando se tratava de Brasília) para se referirem aos Pereira Braga da 2ª geração que se casaram com gente de fora e foram morar nas terras dos sogros. Com uma entonação característica que vem sempre acompanhada de um gesto de mão, esta expressão indica a discriminação que os Pereira Braga fazem dos “de dentro” e dos “de fora” do seu território, mas ao mesmo tempo estão se representando a “si mesmos” face aos “outros”, ou seja, os da “*banda de lá*”, os que foram “*prá lá*”. Neste processo eles estão reafirmando a sua identidade, na medida em que distinguem os outros como diferentes de “si mesmos” (Plínio dos Santos, 2012).

O mesmo não acontece, por exemplo, quando as mesmas pessoas usam estas expressões (banda) para indicar margem, como em “margem esquerda” e “margem

---

<sup>26</sup> A Fazenda Cafundó onde encontramos hoje em dia descendentes de Seu Isidoro Pereira Braga e Dona Joana Afonso do Rego, um dos casais fundadores, era conhecida como “aqueles fundo do Cafundó”. Cafundó é de fato uma palavra de origem africana que significa lugar distante de difícil acesso (www.aulete.com.br).

direita”, pois nesse caso estão falando simplesmente dos lados do leito de um mesmo rio. Esse é o caso dos exemplos trazidos por Dona Jovina, quando ela conta que os seus familiares vieram “da banda de lá” do Corumbá, porque aí ela se identifica com eles, e atravessar o rio não tem nenhuma outra conotação, ou quando conta da comercialização do café pilado em Vianópolis, na “*banda de lá*” do Corumbá, aonde chegavam os cargueiros levados por “*êis*”, os Pereira Braga. Da mesma forma quando Dona Jovina chama o marido e os irmãos de “*êis*” ela se diferencia deles, porque a sua família é a Souza e Silva, que é o sobrenome que ela manteve depois de casada.

Pois bem, a família dos Souza e Silva era muito próxima à dos Pereira Braga: elas eram umas das poucas existentes na região naquela época, e foram várias as trocas matrimoniais entre elas. Em vista disso, D. Jovina atendeu à insistência do seu pai, Seu Paulo Souza e Silva e aceitou se casar com Seu Domingos e vir com ele para o que ela classificou de “*Sertão...assim... Cerradão*”. Efetivamente, o lugar onde Dona Jovina foi morar, aos vinte anos, portanto já em 1942, com o seu marido, o viúvo Seu Domingos Pereira Braga (na época com 32 anos) e com os cinco filhos dele, segundo ela “*não tinha nada*”! Eu fiquei admirada<sup>27</sup> e refiz a pergunta: “*Como não tinha planta? Não tinha planta nenhuma? Só tinha gado*<sup>28</sup>?” e ela confirmou que não tinha plantação nenhuma: “*Êis tinha duas vaquinhas que era dos meninos, meus enteados. As duas vaquinhas, a “casinha de capim” ali em baixo, agora num tem nem mais sinal dela lá. Eu morei nessa “casinha de capim” um bucado de tempo*”.

Sobre as casas de capim, o Professor Naum<sup>29</sup> Pereira Braga (65 anos), filho de Dona Maria Pereira Braga, da 1ª geração depois dos fundadores, como Seu Domingos, e de Seu Oséas Pereira Braga, seu primo, pertencente à 2ª geração, explica que não existem atualmente vestígios das casas dos antigos porque elas eram “*casas de capim*” ou de “*pau a pique*”. O telhado era de palha de coqueiro ou de capim, daí o nome:

<sup>27</sup> A minha “admiração” ou “espanto” em muitos momentos desta e de outras entrevistas se deve a que a minha referência da Pontezinha é a do momento presente, enquanto que, por exemplo, Dona Jovina, conheceu a região em tempos onde o cenário era outro. Isso torna evidente o que me referi acima, sobre a importância dos elos temporais que as observações como as de Dona Jovina nos permitem estabelecer.

<sup>28</sup> Reforça o que disse na nota anterior. Mesmo hoje em dia os Pereira Braga da Pontezinha não podem ser considerados pecuaristas.

<sup>29</sup> O Professor Naum Pereira Braga começou a dar aulas para o Ensino Fundamental na Escola d’Os Braga, como auxiliar do Professor Samuel Gomes (ver nota 2), em substituição à Professora Maria dos Anjos, em 1980. Já com carteira de trabalho assinada, fez o curso de Magistério e continuou lecionando até se aposentar em 2010. É licenciado e pós-graduado em Pedagogia. A antiga Escola continua no mesmo lugar, só que fechada. Ver genealogia de seus pais à p. 69.

*Elas era feita de esteiro de pau, travamento todo de madeira e era cheio de varas. Então colocava as varinhas fazendo as paredes, colocava caibro, esses caibro mais fino. Colocava eles assim, tudo juntinho assim e depois colocava uma varinha assim, juntinha, e colocava barro<sup>30</sup>.*

O Professor Naum, que só foi calçar o primeiro par de sapatos comprados em 1965, ou seja, depois da inauguração de Brasília, que fica a apenas 80 quilômetros da região em questão, ainda viveu numa destas casas.

Ao lembrar-se do passado, Dona Jovina assevera que “*aqui*” (na Pontezinha, mais precisamente no seu sítio da família nuclear denominado Campo Limpo<sup>31</sup>) quando se casou com Seu Domingos “*e eu posso até mostrá procêis*”, existia um pé de manga que ficava próximo de onde depois construíram a primeira casa feita de adobe do casal. Foi a sua sogra, Dona Antônia Rodrigues de Faria, casada com o Seu Romualdo Pereira Braga, quem plantou a mangueira. Lembra Dona Jovina que,

*Só que é manga comum, uma manguinha gostosa (...). Ela criou um oco, tem uma broca no meio assim, um buraco no meio, mas num morreu”. No buraco da mangueira as patas aprenderam a botar e chocar, saindo com um bando de patinhos: Ó, mais isso prá mim era um prazer muito grande!*

Nesta época, por causa do falecimento de Dona Evangelina Gomes Aranha, primeira esposa de Seu Domingos Pereira Braga, sua mãe, Dona Antônia, saiu d’Os Braga, onde morava, para ajudar a cuidar dos seis pequenos netos. Ficou um ano cuidando das crianças. Foi exatamente neste um ano que Dona Antônia plantou a mangueira e esta é um marco na memória dos atuais descendentes dos Pereira Braga, principalmente dos mais idosos. Além disso, a mangueira pode ser caracterizada como um “espaço âncora da memória”. Segundo Ellen Woortmann (1998: 100), o “espaço âncora da memória” “*É um espaço construído como que misticamente pela memória, em torno do qual se polarizam as relações do presente, mas que ao mesmo tempo constrói a memória*”.

---

<sup>30</sup> Para melhor ilustrar a explicação do Prof. Naum solicitei ao Seu José Pedro de Souza, casado com Dona Rachel Pereira Braga, irmã do Professor Naum, que fizesse uma maquete da casa de pau a pique e da cerca antiga das roças. Ver foto à página 59.

<sup>31</sup> Os sítios das famílias nucleares têm nomes identificando cada um deles. O da família de D. Jovina é Campo Limpo. Nesse trabalho estou apresentando como Sítio (com letra maiúscula) a Pontezinha (Woortmann, 1988).



**Foto da mangueira plantada por Dona Antônia, sogra de D. Jovina**

As alegrias da jovem esposa de Seu Domingos contrastavam com o seu medo de morar neste lugar, pois como já registramos, para ela era *“um Sertão... assim... Cerradão, não tinha nada”*. Os bichos, principalmente os lobos de noite passavam *“impariadim”* na parede da casa! Apesar do medo inicial Dona Jovina continuou no local e junto com o marido, criaram os “novos” filhos dele. A vida, segundo ela, foi uma peleja. *“Aí, passô, a gente foi pelejando com a vida. (...) quem num tem nada aqui mora na beira da pedra. Aqui agora até que num é tanto não”*.

A palavra *“peleja”* já indica as muitas lutas que tiveram de enfrentar e que venceram: ela, o marido, os filhos e os enteados, se um dia moraram *“na beira da pedra”* hoje em dia não correm mais esse risco! De fato, Seu Domingos já estivera casado e como todos os irmãos, procurou para começar a vida com a primeira esposa *“um lugar bom de água”* para fazer a sua *“casa de capim”<sup>32</sup>*, e veio parar no sítio Campo Limpo, onde o mato cobria tudo. Mas o que encontrou Dona Jovina quando diz que *“não tinha nada”* quando veio morar *“aqui”*, indica que no primeiro casamento Seu Domingos não conseguiu desenvolver o seu *“projeto camponês”*, que só foi plenamente implantado com a ajuda da nova esposa.

De acordo com informações da comunidade, Dona Evangelina Gomes Aranha, a primeira esposa de Seu Domingos, adoeceu logo que casou e só foi piorando

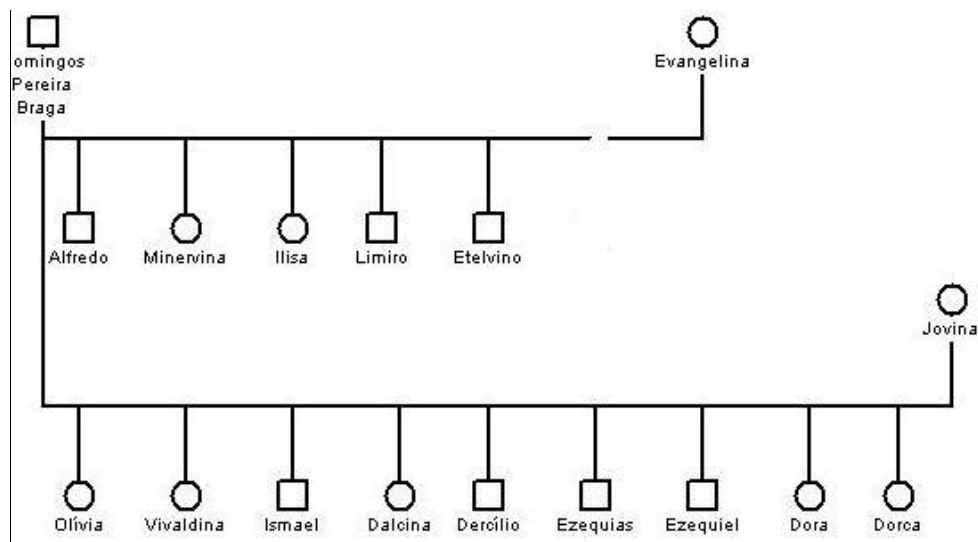
---

<sup>32</sup> A mãe de Seu Domingos, como soube por Dona Jovina, morava n’Os Braga, o núcleo onde tudo começou: tive confirmação de que aí neste lugar os 8 irmãos, 4 homens e 4 mulheres, foram casando e construindo as suas primeiras moradias. Já os seus filhos e os filhos dos seus filhos, enquanto a terra era comum, se organizavam para ocupar o território construindo casas em outros pontos da região.



até que morreu, o que pode ajudar a explicar as dificuldades de Seu Domingos no começo da sua vida.

O casamento de Dona Jovina, que como já vimos, foi arranjado pelo seu pai, durou 31 anos. Nesta relação ela teve nove filhos, todos nascidos e criados na Pontezinha.



**Genealogia de Seu Domingos e Dona Evangelina (1º casamento) e Seu Domingos e Dona Jovina (2º casamento)**

Sobre Seu Domingos, ela fala que ele “*não era muito interessado nesse serviço de roça, ele gostava muito era de caçar*”. Para o trabalho na roça ele geralmente pagava alguém para fazer o serviço. Com relação aos seus filhos, dois deles, Seu Dercílio Pereira Braga e Dona Olívia Pereira Braga, essa casada com Seu Amaro Pereira Braga e já falecida, nunca moraram na cidade. Os outros todos, meninos e meninas, se casaram e foram trabalhar e morar em Samambaia, Ceilândia ou Santo Antônio.

Apesar dos Pereira Braga não possuírem o título registrado de suas terras, Dona Jovina fez a partilha do sítio Campo Limpo com os seus herdeiros. Atualmente, todos já tomaram posse dos seus terrenos e construíram ou estão construindo no momento, as suas casas. Os que se aposentaram e puderam voltar plantam na roça milho, feijão e mandioca. Possuem pomar, horta e criam galinhas, reproduzindo nos

espaços dos seus sítios<sup>33</sup>, agora sem a pressão de ter que tirar o sustento da terra, o costume dos seus pais. Três deles criam também umas poucas cabeças de gado e têm pasto. Em toda a área são três nascentes em atividade. Os sítios de cada um estão divididos por cerca de arame.

## 2.2 A caça

A caça e a pesca antigamente eram atividades de subsistência. Tanto os homens quanto as mulheres Pereira Braga caçavam e pescavam. As mulheres, em geral, corriam atrás dos animais de pequeno porte, nas roças. Já os homens caçavam com armadilhas, espingardas. Na região, como, aliás, foi até bem pouco tempo, porque ocorriam em grande quantidade, eram comuns a caça ao tatu, ao teiú, à capivara, aos porcos do mato, à queixada, às pacas, às cotias, e aos veados (catingueiro, mateiro e galheiro). Mas caçavam também as antas, as onças, os macacos e as aves como mutum, jacu, jacutinga, codornas, emas, dentre outras. Os antigos e muitos dos de hoje, comiam qualquer tipo de carne<sup>34</sup> e, portanto, caçavam qualquer tipo de animal, mas poupavam a siriema, por ser ela comedora de cobras e as próprias cobras.

Tenho a confirmação deste gosto pela caça presente nos irmãos Pereira Braga, legado que eles também deixaram para os seus descendentes<sup>35</sup>, nos depoimentos de Dona Maria de Souza Lemos, vizinha da região chamada “Areia” e Seu Modesto Pereira, vizinho da Lagoinha.

Perguntei primeiro a Dona Maria a “notícia” que eles tinham dos Pereira Braga, dali onde está a sua Fazenda, a uns 20 quilômetros da Pontezinha, na margem direita do Rio Areias, portanto do outro lado da Rodagem<sup>36</sup>, já próximo à entrada que

<sup>33</sup> Ver sobre os espaços do “sítio camponês” (Woortmann, E. 1983) dos Pereira Braga nos dias atuais mais adiante no texto.

<sup>34</sup> É do meu conhecimento que alguns dos Pereira Braga até hoje não comem carne de açogue.

<sup>35</sup> Um grupo dos Pereira Braga se junta algumas vezes no ano para pescar em lugares distantes da Pontezinha, como os rios Maranhão, das Almas, Paranã e outros, como Serra da Mesa, no Estado de Goiás

<sup>36</sup> A estrada de terra que todos chamam de Rodagem “divide” a região que fica entre as margens direita do Rio Descoberto e a margem esquerda do rio Areias, tendo ao fundo (Sudoeste) o rio Corumbá. As fazendas e os Sítios, dos que não são da família Pereira Braga, além dos sítios das famílias nucleares objeto do nosso estudo, ou ficam de um lado ou do outro da Rodagem. Apenas a Fazenda Juiz de Fora, já chegando ao Corumbá, ocupa os dois lados da Rodagem, bem como as duas margens do Rio Corumbá. A Fazenda Juiz de Fora tinha, antes da barragem, 600 alqueires de terra.

leva a Santa Rosa<sup>37</sup>. Eu não imaginava que as duas famílias pudessem ter um vínculo próximo de amizade, mas ela foi logo explicando: “*A notícia é que pai gostava muito d’êis. Uma conversa, que a gente num pode tá falando muito hoje porque é proibido, êis juntava a moita do Pereira Braga e vinha prá cá prá caçá cum pai*”.

Eu comentei que hoje era proibido, mas que naquele tempo não era e ela continuou: “... *vinha o Domingo, o Joaquim irmão dele, vinha o Anjo*”. O Domingo é justamente o marido de Dona Jovina. Eles traziam um monte de cachorros e Dona Maria lembra que era a mãe dela que cozinhava para todos, até para os cachorros: “*fazia aquele comezão!...êta, mais êis ficava satisfeito!*” e reitera: “*Pai gostava d’êis*”.

O relato de Seu Modesto a respeito da caça naqueles tempos é muito parecido: “*Êis vinha caçá cum pai aqui, ó. Posava. Com aquela cachorrada... Soltava os cachorros e era aquela brincadeira que...*”.

Eu observo que fui informada de que os Pereira Braga eram muito brincalhões, e Seu Modesto confirma. Da mesma forma que a mãe de Dona Maria, Seu Modesto conta que “[...] *minha mãe sofria prá cozinhá praquele povão!*”.

A propósito da caça, posso relatar a minha própria experiência: na época do preenchimento do Lago Corumbá IV os animais começaram a subir para a chapada, procurando uma maneira de escapar. Sendo o meu Sítio<sup>38</sup> passagem natural para eles na travessia do rio Descoberto para o rio Areias e como tem bastante mata preservada e água, eles ficavam perambulando do Descoberto para o Areias, do Areias para o Descoberto, até serem pegos pelos caçadores. Ora, antes da barragem os Pereira Braga já caçavam e eu nunca tinha percebido nenhuma movimentação diferente neste sentido. Estava acostumada a ver pacas e cotias comendo mangas tranquilamente no meu quintal, patos selvagens nas nascentes, saguis, porcos espinho mansinhos, que não se assustavam com a minha presença. Até que depois da barragem foram sumindo. Quer dizer, a caça predatória que assisti durante três ou quatro anos não tem nada a ver com a caça dos antigos, que os Pereira Braga reproduziam antes da Corumbá IV. Essa última não comercializava a carne (as peles sim), e nem interferia na reprodução biológica deles. Logo, tinha um critério, que fica para ser estudado noutra oportunidade.

---

<sup>37</sup> Para quem vai no sentido da Fazenda Juiz de Fora, ou seja, onde passava o rio Corumbá e que agora é parte do lago Corumbá IV, a porteira da Fazenda da família de Dona Maria fica à direita (vertente do rio Areias), e a entrada de Santa Rosa mais adiante, à esquerda (vertente do rio Descoberto). Ver nota 46.

<sup>38</sup> Ver nota 1 a respeito da utilização do termo *Sítio* com “S” maiúsculo para o caso da moradia de alguém de *fora*.

Um registro trazido por Seu Modesto confirma que na virada do século a caça era abundante nesta região do Planalto Central do Brasil: “*cansei de ver na Ponte Alta manadas de veados, prá mais de 200*”. Tapuio (nome verdadeiro Jeremias de Souza Lemos, 86, já falecido, morador “das Areia”) também falava muito sobre a caça nos tempos antigos. Um dos causos que ele gostava de repetir era o de uma vez, numa caçada, quando pegou 10 porcos do mato, um atrás do outro.

A prática da caça, portanto, além de uma diversão, reunia os homens da família na busca do alimento. Mas pelos relatos de Dona Maria e Seu Modesto, vê-se que teve igualmente função importante na delimitação das “fronteiras sociais” de que fala Barth (2000). No caso estas fronteiras tinham contrapartida territorial, embora as implicações transcendam o aspecto puramente geográfico, pois, por um lado, nota-se que havia o pressuposto entre os irmãos Pereira Braga de que eles estavam “jogando o mesmo jogo” e compartilhavam “*critérios de avaliação e de julgamento*” (2000: 34), o que reafirma o seu pertencimento a um grupo. Isto ocorria também com as famílias vizinhas de Dona Maria e de Seu Modesto, pelo menos no contexto do recebimento da visita dos Braga. Mas, por outro lado, a dicotomização entre os grupos é evidente (reafirmando o pertencimento de cada grupo à sua família específica), mesmo diante das afirmações de apreço e consideração, o que de modo algum, com afirma Barth (idem), os distancia, pelo contrário, permite que os grupos distintos continuem caçando juntos.

### **2.3 O café que chegou em boa hora**

Voltando a Dona Jovina, ela conta que o arroz e o feijão eles plantavam, porque senão não tinha o que comer: “*Fazia tuiona de arroz, tuiona de feijão*”. Com a conversa sobre o que produziam perguntei então pelo café, que eu já ouvira alguém comentar que plantaram antigamente em alguns dos sítios da Pontezinha. Aí ela se animou: “*Café? Foi o que levantô a gente. Ele [Seu Domingos] plantô dois quintal, tinha aí em baixo, na beira da água [ela se refere aqui ao Rio Descoberto]. Hoje tá tudo cheio d’água em algum lugar*”.



**Foto de Dona Jovina Souza e Silva e sua neta Magna Pereira Braga no seu “chão de morada” em 15/07/2016**

Quando Dona Jovina se casou tinha pouca coisa para trazer com ela para a sua nova residência, só trouxe uma roda de fiar, que ela comprou novinha: “já *fiei muito nessa roda aqui*”<sup>39</sup>(o aqui de Dona Jovina se refere ao seu sítio, lugar onde estávamos). Pois bem, Seu Domingos lhe prometeu que quando o cafezal produzisse 100 alqueires de café<sup>40</sup> ele comprava uma máquina de costurar para ela. Dito e feito, “*Num lembro se foi no 3º ou no 4º ano ele deu esse 100 alqueire, era pézím assim ó que a gente pegava carregadim de café!*” Levaram 1 mês trabalhando, ela, o enteado Etelvino, os filhos pequenos e mais gente que pagaram para ajudar, colhendo café. Ela ganhou a máquina e pode sair da “casa de capim”: “*E aí, quando a gente deu de colhê café desse quintal é que a gente deu jeito de construí aquela casa veia ali. Porque antes disso êi num fazia, num garô um jeito de fazê. Mas eu queria, queria, êi num pode falá nada*”. A insistência de Dona Jovina no sentido de melhorar a qualidade de vida da família surtiu efeito: a casa nova tinha 4 quartos, suficiente para abrigar ao longo dos anos os seus 9 filhos mais os 5 enteados!

<sup>39</sup> A roda de fiar é um instrumento de trabalho, com roda e pedal, todo em madeira, que as mulheres usavam para preparar os fios diretamente do algodão que plantavam, fazendo as bolas de fios. Em seguida usavam o tear, outro instrumento em madeira, para fazer os tecidos. A antiga roda de fiar de Dona Jovina não existe mais.

<sup>40</sup> O alqueire é utilizado atualmente para medir extensão de terras. Em Goiás equivale a 5 hectares de terra. Dona Jovina utiliza aqui o alqueire para medir volume que equivale a 4 (quatro) latas de 20 litros, ou seja, 80 litros.

O café era levado a cavalo “*cargueirado*” para vender em Vianópolis<sup>41</sup>: “*Era uns 8 dias pr’êis í a Vianópolis e voltá. Prá vendê as coisas prá comprá o sal lá. Quem podia ia lá e comprava, quem não podia [...]*”. Dona Jovina acrescenta ainda, reclamando, que “*até hoje eu não conheço Vianópolis*”. De fato, como vou desenvolver um pouco mais adiante nesse capítulo, pela forma como se organizavam socialmente nos espaços dos sítios e que definiam as atribuições de trabalho do homem e da mulher neles, nessas viagens só os homens iam. Como observado por Woortmann, E. e Woortmann, K. (1997), em trabalho de campo realizado no estado de Sergipe e que pode ser aplicado às situações semelhantes encontradas no presente trabalho, pois ambos se inserem na problemática da articulação dos espaços no sítio camponês, D. Jovina, por ser mulher, não podia mesmo se afastar do “chão de morada” do seu núcleo familiar:

*[...] é ele [o homem] quem deve enfrentar o desconhecido, a força da natureza e os perigos do mato, seguindo sempre o mesmo sentido, do já dominado (casa, terreno cultivado, rotação) para o mundo. Esta última expressão designa um universo desconhecido, onde reside o perigo, e engloba desde a natureza desconhecida até os grandes centros urbanos, como São Paulo. O mundo corresponde também à categoria fora, [...].* (Woortmann, E. e Woortmann, K., 1997: 39)

Pelo que pude observar, antes de Brasília, as mulheres Pereira Braga só acompanhavam os homens nos casamentos, quando tinham que se deslocar até Santa Luzia para assinar os papéis do casamento civil. No caso delas e da cosmografia Pereira Braga<sup>42</sup>, Vianópolis já é na “*banda de lá*”, e, portanto, *fora*.

Outras pessoas entrevistadas também falaram desta época em que o café “levantou” as famílias. Uma delas é Seu Amaro Pereira Braga, da 2ª geração, filho de Seu Mitõe (ou Seu Antônio Primo), da 1ª geração, que, como Seu Domingos, marido de Dona Jovina, é um dos filhos de Seu Romualdo e Dona Antônia Rodrigues de Faria. Empregando a mesma discriminação utilizada por Dona Jovina quando fala dos que “*podiam*” dos que “*não podiam*” para indicar as pessoas com poder econômico maior e menor, ele conta que o pai dele mexia com fumo, até que depois plantou café e as coisas

<sup>41</sup> Vianópolis é uma das cidades goianas que fica na rota da antiga estrada que ia dar em São Paulo.

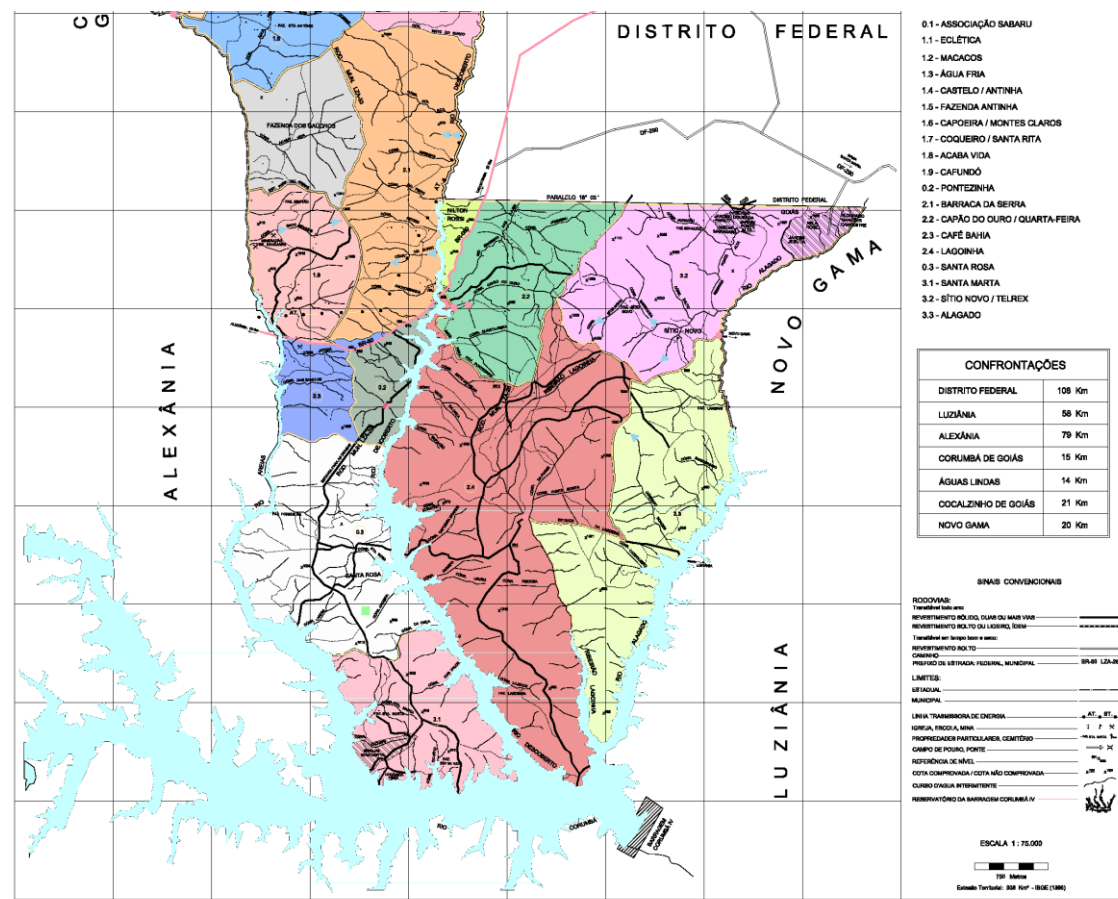
<sup>42</sup> Cosmografia é um conceito utilizado por Little (2002) que ajuda a entender a relação que os Pereira Braga têm com o seu território e que cria entre outras coisas essa distinção entre homens e mulheres, cuja definição é: “*os saberes ambientais, ideologias e identidade – coletivamente criados e historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território*” (2002: 04).

mudaram completamente para ele. Seu Mitõe e seus primos Seu Joel e Seu Ciciliano passaram a ser “*os três que mais podia*” na região.

Seu Amaro relata que os três também foram os primeiros a plantar capim e a criar umas vaquinhas. Naquela época quem tentava criar e não tinha dinheiro para pagar o imposto de produção rural, se dava mal, pois vinha o “*cobrador de imposto*” de Luziânia e levava até a vaca: “*Num tinha esse negócio de dó não, levava era a vaca de leite dos meninos bebê. Levava, esse povo mais veio contava. Eu num cheguei a esse tempo não*”.

Como o meu informante não é mais jovem, pois tem 76 anos, podemos ver que o a administração do governo do estado de Goiás, pelo menos no que se refere ao fisco, não foi parceira no esforço dos fundadores para permanecerem no território. Pelo contrário, pode ser considerado como mais um obstáculo que o grupo teve que enfrentar para ficar onde estava, pois o que as vacas produziam era para o consumo da família e não para a obtenção de renda extra.

O café de Seu Mitõe era comercializado em Luziânia. Segundo Dona Etelvina, também filha dele e, portanto, irmã de Seu Amaro, os mais antigos passavam por uma ponte de madeira no rio Descoberto que ia dar primeiro no Quarta Feira (um dos sítios dos Pereira Braga, que fica na “*banda de lá*” do rio Descoberto, ver nota 55 e mapa I, abaixo). Em seguida, virando à direita na direção Sudeste, chegavam à Lagoinha. Seguiam em frente até alcançar a estrada Real que passava pela Fazenda Jacobina (lugar de pouso). Depois de 3 dias de viagem o comboio com a “*cargueirada*” de café chegava a Luziânia, sendo uma semana inteira para ir e voltar. Mais tarde foi construída outra ponte sobre o rio Descoberto. Esta já desembocava na Lagoinha e seguia pela mesma estrada descrita acima. Mas a opção de levar o café para Vianópolis, como o café de Seu Domingos, marido de Dona Jovina, também era utilizada, só que aí era a mais difícil: “*tinha que passar de canoa no Rio Corumbá, o cavalo atrás da canoa nadando, não podia passar na frente senão virava a canoa*” (ver mapa da região abaixo).

MAPA Nº 1<sup>43</sup>

O café também era cultivado na Fazenda Lagoinha, de Seu Abel Pereira, o pai de Seu Modesto (86 anos). Eles lá já utilizavam o carro de bois no transporte dos grãos e iam mais longe, na direção Norte, até Formosa. Ele mesmo conheceu Formosa já adulto, mas o pai e alguns peões levavam o café até Formosa, passando pelo Torto, Sobradinho, Santa Rita, Pípiripau, que eram ponto de pouso dos carros de bois. Modesto

<sup>43</sup> Recorte deste mapa, do município de Santo Antônio do Descoberto, é onde estão representadas as regiões: Quarta-Feira (em verde), Pontezinha (em cinza, 0.2), Cafundó (em azul, 1.8), Santa Rosa (em branco, 0.3) e Santa Marta (em rosa, 3.1) onde encontramos descendentes dos Pereira Braga fundadores. Como podemos observar, o mapa foi feito depois da barragem do rio Corumbá (município de Luziânia). Da direita para a esquerda temos na divisa com Luziânia, o Ribeirão Alagado, em seguida o Lagoinha, depois o Descoberto e por último, na divisa com o Município de Alexânia, o rio Areias. Cópia do mapa completo no Anexo I desse texto. O mapa é de autoria da equipe de Arquitetura e Urbanismo de Santo Antônio do Descoberto da gestão de 2006 e me foi cedida pelo arquiteto Sérgio Murilo Vasconcelos, chefe da equipe, que me autorizou fazer o recorte, pois a região em estudo tem como limite noroeste a BR 060.



observa que esses lugares: “já existia, já tinha esse nome”. Café limpo, 100, 120 arrobas, era a carga do carro. Era também em carros de boi que Abel Pereira, o pai de Seu Modesto, levava café a Luziânia: “a Luziânia eu fui muitas vez na carga do carro”.

O Professor Naum Pereira Braga lembra ainda a estrada que levava a Olhos D'Água, direção Sudeste, passando por uma ponte de madeira sobre o Rio Areias, como mais uma opção dos cargueiros carregados de café pilado, arroz pilado, rapadura, feijão: “*O que colhia aí, né? Prá trazê o querosene, o sal, a botina, a cela*”.

Convém destacar aqui que poucas famílias tinham carros de bois como a do Seu Abel Pereira, e este não era o caso dos que “*mais podiam*” entre os Pereira Braga. Como vimos acima nos relatos de Dona Jovina e Seu Amaro, quando eles criavam gado, eram apenas umas duas vaquinhas para o leite das crianças e continua do mesmo jeito até hoje. Os que voltaram aposentados do serviço público em Brasília têm um pouco mais. A diferença de classe econômica persiste até os dias atuais: Seu Modesto e os irmãos são pecuaristas produtores de leite na região da Lagoinha, na “*banda de lá*” do Descoberto, o que indica a reprodução social dessa diferença nos dois grupos.

Mas temos que lembrar também para uma análise mais completa desta situação, dos efeitos macro-históricos das manobras econômicas para proteção do café brasileiro que começaram com a depressão global de 1929 e que acabaram deixando o Estado de Goiás fora do circuito dos produtores, com efeitos sobre os pequenos produtores. Aí, os que tinham maior poder econômico, investiram na pecuária extensiva. Os demais voltaram à agricultura de subsistência, que é como encontramos os Pereira Braga que permanecem no território nos tempos atuais.

A depressão global de 1929 teve efeito sobre o café brasileiro<sup>44</sup> devido à política anterior do Estado de armazenar os grãos das supersafras que começaram em 1927 com o auge em 1929, pois todos os estados estavam plantando café e aumentando os seus quintais. Com a estocagem dos grãos conseguiram segurar o preço do café e não tiveram prejuízo na época que antecedeu a crise. Mas quando veio a depressão global, com a diminuição das exportações e dos financiamentos do exterior, não teve outro jeito de conter a superprodução: o governo passou então a indenizar os plantadores e as safras foram sacrificadas. A política para o café de 1937 a 1942, devido à 2ª guerra mundial e novamente à queda do preço do produto, foi a mesma que havia sido adotada em 1929 (Furtado, 2010), ou seja, o extermínio dos grãos. Em Goiás, por volta de 1945,

---

<sup>44</sup>A medida, como explicam os economistas, dentre eles Celso Furtado (2010) pretendia evitar a baixa do preço do café, reestabelecendo o equilíbrio entre a oferta e a procura.

os cafezais foram simplesmente queimados, de modo a não ter, além de tudo, um gasto inútil com a colheita. Os fazendeiros que mais ricos passaram a investir na pecuária.

#### **2.4- As roças de antigamente e as de hoje em dia**

Quem me conta como é que eram as roças nos tempos dos seus avós e cujo modelo permanece com algumas mudanças estruturais<sup>45</sup> entre os da sua 2ª geração dos Pereira Braga, é Seu Artênio Severino Botelho (79 anos), filho de Dona Calvina Pereira Braga e Seu Adriano Severino Botelho, ela da 1ª geração dos “*nascidos aqui*” e ele “*da Santa Rosa*”<sup>46</sup>. Seus filhos, portanto da 2ª geração dos Pereira Braga, nasceram e foram criados na Pontezinha.

Ele explica que uma roça podia ficar no mesmo lugar por três anos. A primeira coisa a fazer era derrubar o mato e queimar a madeira. Queimava tudo, até ficar preto. Com essa madeira eram feitas as cercas, sem pregos e sem arame. Como essas ferragens não existiam na época, fazer uma cerca requeria conhecimento e habilidade para que pudesse durar bastante tempo (ver foto de maquete da cerca à p.59, a seguir). O segundo passo era abrir as covas com a enxada. Plantavam milho em outubro e deixavam secar. Em fevereiro quebravam o milho e plantavam o feijão, para colher em maio ou junho. O arroz podia ser plantado de novembro até dezembro, nos lugares mais baixos, ou seja, lugares a que se chega tomando a direção do leito dos córregos e rios, que ficam em níveis mais baixos tomando como referência a chapada, que chega a mil e cem metros de altitude. A colheita do arroz era em abril.

---

<sup>45</sup> Ver no capítulo III sobre as mudanças estruturais e suas consequências na organização social da comunidade negra rural dos Pereira Braga.

<sup>46</sup> Santa Rosa é uma comunidade próxima à comunidade dos Braga (distante 13 quilômetros na direção Sudeste), onde famílias fundadoras dos tempos coloniais deixaram descendentes que se organizam e se reproduzem socialmente como uma família. Os Pereira Braga que lá se encontram têm vínculos de parentesco com essas famílias e não guardam mais o sobrenome Pereira Braga. Santa Rosa é uma das 32 comunidades tradicionais identificadas por antropólogos que trabalharam para a Corumbá Concessões S/A durante a implantação do projeto da UHE Corumbá IV.



**Foto da maquete da cerca de madeira e da casa de pau a pique feita por Seu José Pedro de Souza, casado com Dona Rachel Pereira Braga (sítio Cabeceira do Mato do Açude)**

No segundo ano começam a trabalhar na roça batendo a palhada com a enxada. Caso estivesse muito sujo, capinava, tendo o cuidado de leirar o cisco. Depois colocavam fogo nas leiras, onde em seguida faziam as covas e plantavam. Geralmente no 3º ano já abandonavam aquele lugar e procuravam outro para desmatar a roça.

**Distribuição das atividades na roças, pomares, hortas e cerrado por mês**

<b>Janeiro</b>	<b>Fevereiro</b>	<b>Março</b>	<b>Abril</b>
Colheita do milho verde para a alimentação: pamonha, caldos e curau.	Quebra do milho; Planta do feijão.	Coleta do articum ( ou araticum).	Preparo da terra para as hortaliças, adubar e plantar; Antigamente colhiam o arroz; Plantação na horta das cebolas de cabeça: a branca e a roxa.
<b>Maio</b>	<b>Junho</b>	<b>Julho</b>	<b>Agosto</b>
Colheita do feijão	Colheita do feijão; Colheita das cebolas de cabeça, a branca e a roxa; Coleta do baru.	Coleta do baru.	
<b>Setembro</b>	<b>Outubro</b>	<b>Novembro</b>	<b>Dezembro</b>
	Plantio c/ enxadão do milho, da mandioca, da cana, do quiabo, do maxixe e do feijão; Abertura das covas da banana, do quiabo, da cana e do maxixe. Adubar e plantar as mudas de banana, da cana, do quiabo e do maxixe; No próximo ano colheita da banana e da cana.	Limpeza da roça do milho, da mandioca, do quiabo, do maxixe e do feijão; Antigamente plantavam o arroz. Coleta da mangaba. Coleta do pequi.	Limpeza da roça do milho, da mandioca e do feijão; Colheita do quiabo, da pimenta e do maxixe; Antigamente plantavam o arroz; Coleta do caju e do pequi. Colheita de milho verde para alimentação: pamonha, caldos e curau.

O tamanho das roças variava: podiam ser pequenas, de ½ quarta, ou maiores, de 1 quarta e as grandes de 1 alqueire<sup>47</sup>. Fiquei pensando: “1 alqueire de roça? Sem trator”? “Ninguém tocava roça sozinho”, foi o que me explicou Dona Rachel Pereira Braga (65 anos), do sítio Cabeceira da Mata do Açude: “É como hoje, junta 3, 4 até 10 pessoas numa roça só”.

De fato, eles até hoje plantam roças onde uns ajudam os outros no sistema de rodízio de mutirão. Os cuidados com as roças “dos da família” são agendados para as Sextas Feira, quando os que trabalham como diaristas pegam uma folga. Aí, todos juntos vão para a roça de um deles, seja para limpar (capinar as pragas), plantar, colher ou fazer e reparar cercas. E vão trocando, de modo que todos eles têm os “*cumpanhero*” quando precisam. Perfeitamente organizado, o mutirão envolve toda a família: as mulheres vão para a cozinha e preparam comidas especiais: almoço, um lanche por volta de três horas da tarde e muitas vezes, a janta.

O termo “companheiro” ou “*cumpanhero*” é mais uma das categorias locais dos Pereira Braga. Especifica os que estão, ombro a ombro, trabalhando no mutirão. Eles utilizam “*cumpanhero*” em outras situações de encontro das pessoas do grupo para trabalho remunerado, por exemplo, para realizar uma empreita, paga, que ocupa mais de uma pessoa, como roçar um pasto ou fazer a cerca na fazenda de alguém de *fora*. Já o termo mutirão pode ser utilizado para outras atividades como: mutirão para roçar o mato do cemitério ou a grama da Associação, para levantar as paredes da casa de um deles, ou “*rebuçar*” uma casa nova (colocar as telhas), mas sempre na “base de troca”, nas Sextas Feira, como explicado acima.

O mutirão é mencionado por diversos autores que pesquisam o campesinato, entre eles Sabourin (2009) que distingue dois tipos: um cuja cooperação beneficia uma das famílias, como por exemplo, no caso em estudo, o roçado do pasto do Seu Dercílio; no outro caso o trabalho reverte em benefício de toda a comunidade. Plínio dos Santos (2010), ao estudar a comunidade Tia Eva do estado de Mato Grosso do Sul mostrou que lá ocorre a diferença entre o mutirão e surpresa: no primeiro caso o dono da casa tinha o conhecimento da empreitada, e ele mesmo a organizava; no segundo ele era pego de *surpresa* pelo grupo. Em Goiás é conhecido também o termo *traição* para essa segunda

---

<sup>47</sup> O alqueire era antigamente medida de volume, equivalente a 80 litros. Depois foi adotado para medir área e equivale a 4 hectares de terra ou 40 mil metros quadrado (pode variar de acordo com o Estado). Em Goiás 1 alqueire equivale a 5 hectares. A medida de área ½ quarta equivale a 1/2 hectare e 1/4 a 1 hectare.

modalidade, que ocorre quando os “*cumpanhero*”, com a ajuda da mulher do beneficiado, preparam tudo sem que ele saiba.

Sobre o aspecto de “troca” do mutirão Klaas Woortmann (1990: 32) ressalta que: “*No interior do Sítio, a troca de tempo, além de responder a uma necessidade prática, possui também um significado simbólico: não se está apenas produzindo um roçado; está-se reproduzindo uma comunidade*”. O que o autor comenta, a partir de suas pesquisas sobre o campesinato brasileiro, é o que caracteriza também o mutirão dos Pereira Braga. Um sistema de “trocas”- dádiva desse tipo já fora identificado por Mauss (1974) em clãs e tribos do Pacífico. Para o autor, foi devido à sabedoria e solidariedade intrínsecas a ele que “*esses povos souberam [...] se opor sem se massacrar, dando-se uns aos outros sem se sacrificar*” (Mauss, 1974:314). Com efeito, naquelas sociedades arcaicas as “trocas” eram diferentes das trocas mercantis e envolviam todas as instituições da vida social deles, não apenas as ditas “econômicas”. O contrato realizado entre eles era um contrato moral *perpétuo* (p. 194), pois o “bem” que circulava era portador de uma conotação simbólica, como mostrado na citação acima (Woortmann, 1990) e as partes *obrigavam-se* mutuamente de tal modo que a cada *prestação* correspondia uma *contra prestação*. Por causa disso Mauss chamou a essas manifestações naquelas sociedades de “*fenômenos sociais “totais”*” (idem: 187).

Como foi observado por Woortmann (1990) e por nós, neste trabalho, nos tempos atuais ainda encontramos sistemas de “troca-dádiva”, que além da obrigação de retribuir implicam também na “*obrigação de dar [...] na obrigação de receber [...]*” (Mauss, 1974: 201). No caso dos Pereira Braga, podemos afirmar que essas pessoas tem conhecimento do funcionamento do mercado, pois sabem muito bem quanto vale o seu dia de trabalho e estão acostumados a trabalhar como diaristas nas Fazendas vizinhas. Mas o princípio que os faz participarem dos mutirões é outro, é um princípio moral. É esse mesmo princípio da solidariedade e da reciprocidade, juntamente com o sentimento de pertencimento ao grupo que os faz participar de outros eventos comunitários como os Velórios - Enterros e as Festas de Casamento, Aniversários, Festas da Igreja e outros, como veremos mais adiante.



**Mutirão para limpar o pasto de Seu Dercílio Pereira Braga (filho de Seu Domingos e D. Jovina), casado com D. Célia Pereira Braga (filha de Seu Artênio e D. Etelvina), em 2015**

Nas roças da comunidade o uso do trator mudou muita coisa, sendo que a principal delas é que as roças podem ficar sempre no mesmo lugar. Com o advento do trator o primeiro passo é o corte com as lâminas, sendo que da primeira vez que passa em um terreno o corte tem que ser mais fundo. O segundo passo é o gradeamento para misturar bem a terra, nivelando. O terceiro passo é o da plantação propriamente dita, onde as sementes são colocadas na terra juntamente com o adubo, o que em alguns casos requer a ajuda de “*cumpanhero*”. Bem entendido, como exposto acima, a ajuda aqui se trata de um gesto de solidariedade, portanto não é paga, é retribuída.

Hoje em dia os Pereira Braga plantam em suas roças o milho, o feijão, a mandioca, a abóbora e a cana, como já disse anteriormente, as mesmas coisas que os antigos, exceto o café e o arroz, que compram no supermercado. Os produtos das roças não são vendidos, todos são aproveitados nos respectivos sítios de cada uma das famílias nucleares, quer seja para a alimentação das pessoas, quer seja para a alimentação dos animais. Quando a roça é muito grande, ou no caso eventual de uma cultura específica como quiabo e maxixe, que vem como uma onda ou pressão do mercado consumidor à que todos aderem, os produtos vão para a CEASA (Central de Abastecimento do Distrito Federal). Através da Associação dos Trabalhadores Rurais da

Pontezinha, a CORPO<sup>48</sup>, eles recebem sementes e adubos da Prefeitura de Santo Antônio do Descoberto, através da EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural).



**Dona Eleuza Pereira Braga, Donas Luíza Pereira Braga, Seu Virgílio Pereira Braga (Presidente da Associação), Seu Elizeu Pereira Braga, Dona Vera Lúcia Pereira Braga e Dona Rúbia Moreira da Silva aguardando na frente da sede da Associação o início de um curso sobre embutidos de carne de porco, em julho de 2016**

O “*terrero*” é o espaço em volta da casa onde são plantadas árvores frutíferas variadas, principalmente jaboticabeiras, mangueiras, bananeiras, juntas e misturadas às frutíferas do Cerrado que já existem no lugar quando chega o casal para construir uma nova moradia. As mudas ou sementes são plantadas ao acaso, sendo um critério o de aproveitar bem o espaço, mas exceto as mangueiras, os pés de fruta não

---

<sup>48</sup> A Associação dos Trabalhadores Rurais da Pontezinha foi fundada em 03/12/1988, com estatuto próprio. Este estatuto foi recentemente refeito por um advogado da Corumbá Concessões S/A, aprovado em Assembleia em 13/12/2014. A quase totalidade dos seus associados pertence à família Pereira Braga e são tanto moradores dos sítios nucleares quanto moradores da cidade. Nas reuniões mensais são combinados mutirões segundo a necessidade da comunidade e comemorados com bolos e biscoitos os aniversários dos aniversariantes do mês, além de tomadas de decisão para solução de problemas emergenciais e realização de cursos. As festas, como veremos no capítulo III, tem função específica no “processo de territorialização” que mantém a organização social da comunidade.

estão amontoados, mesmo estando misturados. Na distribuição de tarefas dentro da família, a mulher é a responsável por esse espaço, onde plantam também ervas medicinais e flores. Quase todas tem uma hortinha. Algumas têm hortas maiores e vendem alguns produtos. O mais comum é a venda de ovos e galinhas caipiras na porta, para alguns fregueses dos condomínios que surgiram após a barragem. Todas criam galinhas soltas, com raras exceções e só por um tempo determinado (por exemplo, quando as galinhas estão entrando na horta), elas são presas. Isso porque, segundo dizem, as galinhas criadas soltas são mais sadias e melhoram a terra. Além disso, elas comem escorpiões e aranhas e dão sinal de cobra.

Para ilustrar o que disse entrevistei Dona Rosa Rodrigues de Souza, moradora do sítio Cabeceira da Mata do Açude, da família nuclear dos herdeiros de Maria Pereira Braga e Oséias Pereira Braga, sobre o que tinha plantado no “*terrero*” da sua casa. Ela nomeou primeiramente as árvores frutíferas e arbustos plantados e as do Cerrado (“*pé de fruta*”). Conteí um total de 27 plantas diferentes, sem incluir as variedades, como as variedades de manga, de banana. Os “*pé de fruta*” são: jaca, jurubeba, laranja, banana, carambola, tamarino, jaboticaba, manga, acerola, mangaba, limão, abacate, jamelão, ingá, gueroba, macaúba, mamão, maracujá, maracugina, café, caju de qualidade, caju do cerrado, pequi, romã, baru, goiaba, indaiá e o urucum.

Não foi mencionada a mandioca, que atualmente também é plantada no “*terrero*”. Dona Rosa sempre plantou açafraão, de onde ela prepara o pó para usar na alimentação, pilando no pilão as raízes secas do açafraão. É dessa mesma forma que ela prepara *colorau*, o pó de urucum usado como tempero de alimentos, a partir das sementes piladas. Os produtos do “*terrero*” são consumidos pela família nuclear dela. O restante é repartido com parentes estando novamente subentendido aí uma manifestação do princípio da “*troca-dádiva*” já mencionada, pois D. Rosa também ganha o que eles produzem nos seus “*terreros*”.

Dona Rosa tem também uma horta que de vez em quando muda de lugar dentro do espaço do “*terrero*”. Ela conta que desde que era menina gostava de plantar e pedia à mãe, Dona Davínia Pereira Braga, para reservar dois canteiros na sua horta para ela plantar cebola: “*a cebola de cabeça branca e a roxa, eu nunca perdi a raça, planto até hoje na Sexta Feira da paixão prá colhê em junho*”. Planta também cheiro verde, alface, couve. D. Rosa conserva a horta o ano inteiro, só o alface é que não gosta de chuva. O jiló também planta na horta, porque as galinhas gostam de comer. Já o quiabo



pode ser em qualquer lugar, geralmente na roça, quando em grande quantidade, porque as galinhas não mexem.

Além no mostrado acima, em um canto mais perto da porta da casa Dona Rosa planta ainda as ervas medicinais. Tem sempre manjericão, estalanzão, estalazim, erva doce, funcho. As que ela não tem, pode pegar na casa das irmãs: duas são casadas com Pereira Braga filhos de D. Maria e Seu Oséas e uma terceira, a mais nova, casada com gente de fora, também mora mesmo sítio (D. Valdeci, ver abaixo), em terreno cedido pela irmã mais velha, Dona Firmina e seu marido (falecido) Naim Pereira Braga (ver imagem do sítio croqui nº 1) e as outras duas moram n' "Os Braga" (imagem croqui nº 2). A propósito das ervas medicinais, fica aqui também caracterizado o sistema de "trocas" entre as mulheres da família Pereira Braga como um todo. Como os terrenos às vezes não favorecem uma ou outra erva, elas estão sempre cedendo as que têm para quem precisa e recebendo, quando precisam, as que não têm. Nisso estão incluídas as mulheres que já não moram mais na Pontezinha. Presenciei recentemente uma dessas "trocas": eu ia de carro para Santo Antônio do Descoberto e Dona Rosa ia comigo para visitar sua cunhada que estava doente. Logo que embarcou ela foi logo dizendo: "*vamos dar uma paradinha lá na Biga (irmã dela, D. Abigail, que mora n' 'Os Braga')* para pegar *losna* para a Nenzinha, eu não tenho aqui, mas eu sei que ela tem".

Também próximo da casa e na varanda Dona Rosa planta os "*pé de flô*": são tantas as variedades, das quais muitas ela nem sabe o nome, que não dá para listar aqui. Uma das fotos mostra alguns dos vasos de flor em baixo da mangueira (p. 65) e a outra o "*pau das orquídeas*" (p.70).



**Foto das folhagens embaixo da mangueira no “terrero” de Dona Rosa, em junho de 2016**

A água, antes abundante em cada um dos sítios, com muitas nascentes, está começando a causar problemas. Muitas nascentes secaram por causa da construção do lago Corumbá IV. Mas, tem ainda o efeito da abertura desordenada de poços artesianos nos muitos condomínios da beira do lago, além da barragem sem planejamento da água que servia a todo o grupo para criação de peixes em locais inapropriados<sup>49</sup>, afora o efeito do aquecimento global que atua sobre os oceanos e muda a distribuição e o volume das chuvas.

## **2.5 Os que permanecem na Pontezinha**

Dentre os Pereira Braga que permaneceram morando na Pontezinha trago dois exemplos: o do núcleo familiar constituído pelos filhos de Dona Maria e Seu Oséas (ambos falecidos), que tem o nome de sítio Cabeceira do Mato do Açude, já mencionado anteriormente e o do núcleo da comunidade da Pontezinha como um todo, denominado “Os Braga”, onde os fundadores construíram as suas primeiras “*casas de capim*”. Nestes sítios encontramos alguns dos que permanecem na Pontezinha, na maioria os pais de jovens que se casaram e foram morar noutros lugares. Com isso

---

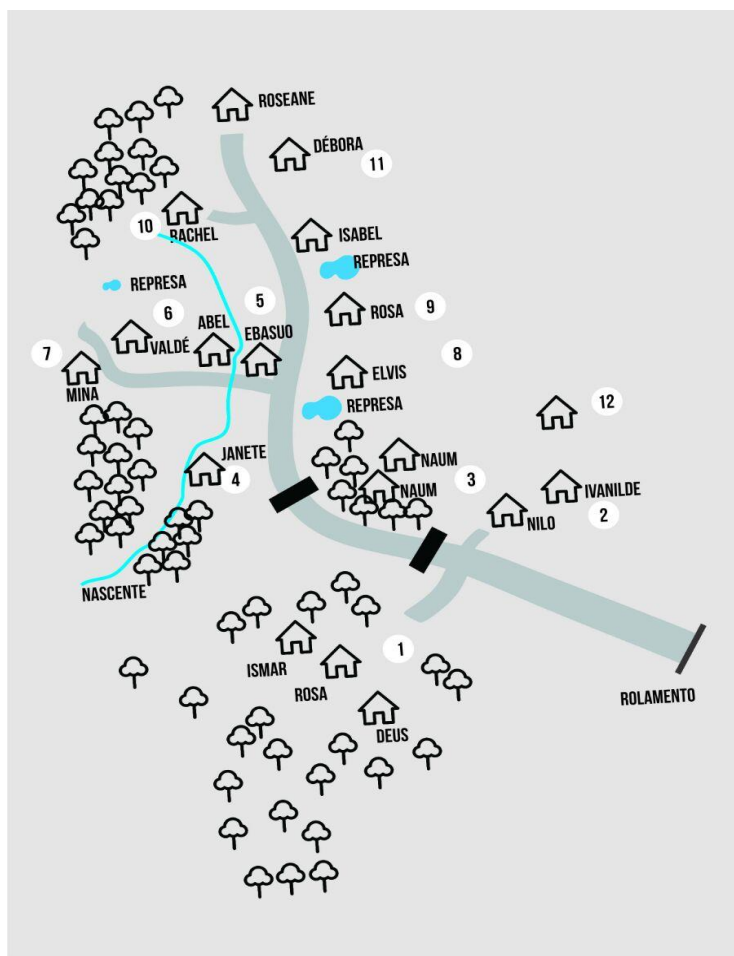
<sup>49</sup> A criação de peixes em reservatórios é considerada uma atividade não poluente para quem vive nas margens dos lagos que fornecem água para a geração de energia hidroelétrica. As próprias empreiteiras “donas” das concessões, trazem especialistas para dar cursos para os moradores e incentivam a construção dos reservatórios. No entanto, eles não são alertados para os problemas que surgem ao longo do tempo decorrentes dessa atividade.

quero mostrar como se organizam no espaço que lhes coube numa partilha de herança do sítio original, resolvida entre eles, depois de muitas reuniões da família.

**Tabela 1: Famílias nucleares**

<b>Família nuclear</b>	<b>Tabela nº1</b>
1 - D. Rosa e Seu Eliseu.	Casa Rosa do Eliseu <b>Dona Rosa e Seu Eliseu (pais e avós), 3 filhos</b>  Casa Ismar <b>Ismar e Daniela (filho e nora): Raissa e Caio (netos)</b>  Casa Deus ( <b>desocupada</b> ) <b>Deusimar (filho)</b>
2 - D. Vanuza e Seu Nilo	Casa Nilo <b>Dona Vanuza e Seu Nilo (pais e avós), 2 filhos Joel (sobrinho, filho de Erasmo)</b>  Casa Ivanilde( <b>em construção</b> ) <b>Ivanilde (filha)</b>
3 - D. Djalмира e Prof. Naum	Casa Naum 1 <b>Prof. Naum e D. Djalмира (pais e avós), 3 filhos</b>  Casa Naum 2( <b>desocupada</b> ) <b>Antiga moradia do casal</b>
4 - D. Janete e Seu Diones	Casa Janete <b>Dona Janete e Seu Diones (pais), 1 filho Adriel (filho)</b>
5 - D. Lucivânia e Seu Erasmo	Casa Erasmo <b>Dona Lucivânia e Seu Erasmo, 1 filho</b>
6 - D. Valdeci e Seu Alencar	Casa Valdeci <b>Professora Valdeci e Seu Alencar , 3 filhos Professora Lucienne (filha)<sup>50</sup></b>
7 - D. Firmina e Seu Naim (falecido)	Casa Mina <b>Dona Firmina (viúva) sem filhos</b>
8 - Seu Elvis	Casa Elvis( <b>em construção</b> )
9 - D. Rosa e Seu Wilson (falecido)	Casa Rosa do finado Wilson <b>Dona Rosa (viúva) Eduardo (neto)</b>
10 - D. Rachel e Seu José Pedro	Casa Rachel <b>D. Rachel e Seu José Pedro (pais e avós), 4 filhos</b>  Casa Abel ( <b>em construção</b> ) <b>Abel (filho)</b>  Casa Izabel <b>Dona Izabel e Seu Leumar (filha e genro) 2 filhas Marislaine (neta)</b>
11 - D. Débora e Seu Ernesto	Casa Débora <b>Dona Débora e Seu Ernesto (pais e avós) 3 filhos Casa Roseane Roseane e Jonathan (filha e genro) Ruan Pablo (neto)</b>
12 – D. Rosa e Seu Odair	Casa Rosa do Odair <b>Dona Rosa e Seu Odair (pais), 2 filhos</b>

<sup>50</sup> As Professoras D. Valdeci e sua filha Professora Lucienne são ambas licenciadas em Pedagogia.



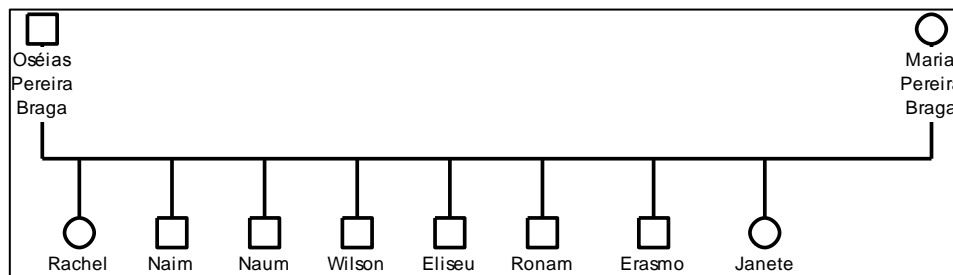
**Imagem nº 1: Sítio Cabeceira da Mata do Açude – Croqui I (designer gráfico Pedro Lacerda)**

Acompanhando a imagem acima, o que se nota é que os sítios não têm área nem formato padronizado. Na verdade, na medida em que as terras disponíveis para os novos casais encontrarem um “*lugar bom de água*” para construir suas moradas foram sendo cercadas por alguém que se dizia proprietário, os Pereira Braga foram permanecendo no terreno dos seus pais, que também trataram de cercar o que lhes sobrou<sup>51</sup>.

No caso dos descendentes de Dona Maria e Seu Oséas, cada um dos filhos já tinha a sua casa no terreno quando Dona Maria morreu em 2006 (o Seu Oséas já era falecido). Fizeram então a divisão entre eles. O critério foi o da qualidade da terra: quem estava em terreno de cultura, ou seja, terra boa para plantar, pegou menos de um (1) alqueire (4 hectares). Como o sítio tem ao todo 8 (oito) alqueires, se a partilha

<sup>51</sup> O acesso à terra dentro de cada sítio nuclear é regulado por critérios próprios da família. Voltarei a tratar especificamente desse tema no capítulo III.

tivesse sido por divisão matemática, cada um dos 8 (oito) filhos teria ficado com 1 (um) alqueire.



**Genealogia de Dona Maria e Seu Oséias**

Na imagem nº1 podemos observar que o terreno ainda possui bastante cobertura vegetal, incluindo os “*terreiros*” com suas árvores frutíferas. No momento não possui nenhum pasto, mas quase todos têm uma roça: D. Firmina e D. Rosa do finado Wilson não plantam roças porque os maridos faleceram; O marido de D. Izabel é caminhoneiro e também não tem roça; Seu Alencar, marido da Professora Valdeci planta em terreno arrendado localizado no município de Alexânia, Goiás.

A nascente, que serve ao sítio em questão e mais os moradores d’Os Braga fica no pasto de um vizinho que não é da família<sup>52</sup>. Batizada com o nome de Antônio Pereira Braga, a nascente foi reflorestada por eles e cercada recentemente por mutirão promovido pela Associação. Mas, como já foi dito, a água, que abastece as famílias do sítio e também a caixa d’água que fica n’ Os Braga (dentro dos muros da Associação) e que serve as famílias de lá, tem diminuído de ano a ano. A imagem mostra onde estão construídas as represas e a nascente.

Não está indicado no croqui, mas a entrada para o sítio dos herdeiros de Dona Maria é pela “Rodagem”, por um portão de ferro já na Chapada<sup>53</sup>. O sítio “Cabeceira da Mata do Açude” está, portanto, ligado a “Os Braga”, numa descida acentuada, de pouco mais que 1 quilômetro, para quem vai em direção ao Posto de Saúde da comunidade. Existe também uma passagem que eles chamam de “*por dentro*”, que vai dar diretamente n’ “Os Braga”. Hoje em dia quase não é usada, porque, dizem, está muito suja e porque todos agora têm carro. Do portão de entrada na “Rodagem”, passando por dois mata-burros, até à última casa, a “**Casa Roseane**”, são aproximadamente 1 quilômetro, sempre em declive.

<sup>52</sup> Segundo os herdeiros de D. Maria e Seu Oséias, a área onde fica a nascente, anteriormente, pertencia aos pais deles, mas foi cercada por outros.

<sup>53</sup> A Chapada é como todos chamam a parte mais alta da região da Pontezinha, que é também a mais plana e onde a terra é vermelha. São mil e cem metros de altura (1100 m).

Exceto a “**Casa Rosa do Eliseu**” e a “**Casa Mina**”, que ainda possuem paredes de adobe, as demais já foram feitas com tijolos. Dona Rachel e Seu José Pedro ainda conservam a tapera da velha casa de adobe e chão batido. Em todas as casas existe energia elétrica da CELG (Centrais Elétricas de Goiás). Em cada um dos núcleos familiares numerados, existe um fogão a lenha, exceto no de **Casa Nilo**, **Casa Débora**. Mas todas as casas têm fogão, a gás, geladeira, televisão, tanquinho e algumas têm máquina de lavar e micro-ondas. Todos os moradores, homens e mulheres, individualmente, têm telefone celular.

Dos casamentos, como já disse anteriormente, três foram com 3 três irmãs: Dona Firmina, Dona Débora e Dona Rosa, Pereira Braga por parte de mãe, da Santa Marta (outro sítio, o mais distante d’Os Braga, já incrustado na Fazenda Juiz de Fora, na margem do Corumbá) com três irmãos do núcleo familiar, o Seu Naim (falecido), o Seu Ernesto e o Seu Eliseu. O Seu Nilo e o Professor Naum casaram com moças de fora da família, respectivamente Dona Vanuza e Dona Djalмира.

Dos moradores, o da “**Casa Elvis**” não é do mesmo núcleo familiar que os filhos de Dona Maria e Seu Oséas, mas também é Pereira Braga. Na “**Casa Valdeci**” a dona do “chão de morada”, Professora Valdeci, é Pereira Braga por parte de sua mãe, D. Davínia, e, portanto irmã de D. Firmina, viúva do finado Seu Naim Pereira Braga, que lhe cedeu o terreno para construir sua casa, e de D. Débora e D. Rosa do Eliseu. A viúva de Seu Wilson Pereira Braga, que não é da família, mora no sítio com o seu neto Eduardo, que também não é da família. E a casa 12, que não nomeamos, pertence a outro casal de fora da família, Dona Rosa e Seu Odair.

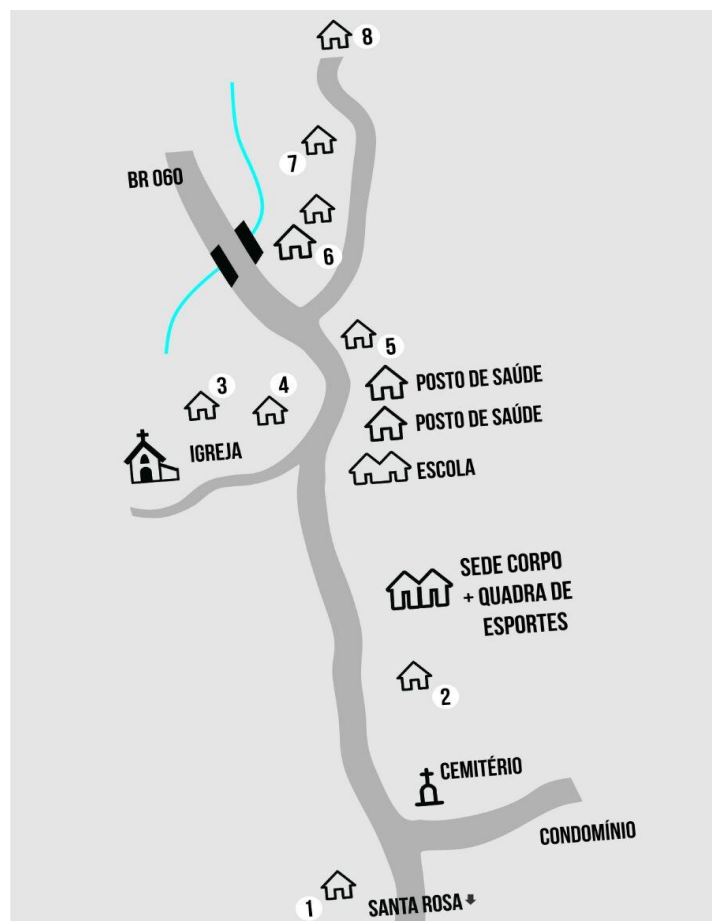


Foto da horta de D. Rachel Pereira Braga no seu “chão de morada”. Em junho de 2016



**Foto do “Pau de orquídeas” no “terreno” de D. Rosa em junho de 2016**

Na descrição do sítio Cabeceira da Mata da Açude bem como no próximo, o sítio d’Os Braga, podemos observar a recorrência dos usos dos espaços dentro dos sítios, além da distribuição do trabalho em cada sítio nuclear: o “chão de morada” fica a cargo da mulher e a roça, o pasto e a mata, quando ainda existe, é da responsabilidade do homem. Estas constatações mostram que a organização social da comunidade leva à reprodução dessas práticas dentro de cada uma das famílias.

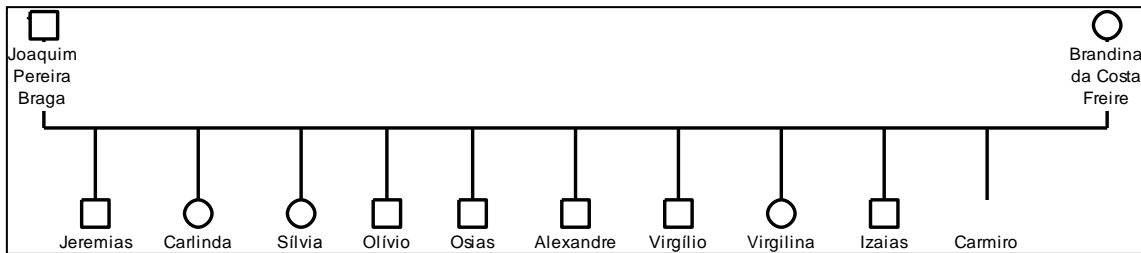


**Imagem nº 2 – sítio “Os Braga”- Croqui II (designer gráfico Pedro Lacerda)**

O croqui II representa o sítio que tanto os Pereira Braga quanto os de fora denominam “Os Braga”, onde se instalaram inicialmente os primeiros casais fundadores da família. Pode ser denominado também de “Pontezinha”. Nos dois casos, enquanto os descendentes não constituíram suas próprias famílias e se dispersaram por outros sítios, os nomes se referem ao Sítio com “S” maiúsculo da Pontezinha propriamente dita.

Quem mora atualmente n’Os Braga são 4 (quatro) famílias que pertencem a uma mesma família nuclear, a dos descendentes do casal da 1ª geração Dona Brandina da Costa Freire e Seu Joaquim Pereira Braga (Joaquim Primo), ele filho dos fundadores D. Antônia Rodrigues de Farias e Seu Romualdo Pereira Braga. São Dona Carlinda, Seu Virgílio, Seu Izaias e Seu Olívio.





### Genealogia Dona Brandina da Costa Freire e Seu Joaquim Pereira Braga (Primo)

O Seu Jeremias é casado com Dona Esteva Pereira Braga, sua prima, filha de Seu Antônio Pereira Braga, o *vêi Tõe* e de Dona Cimiana Gomes Aranha, e construíram a sua morada mais próxima do lugar onde moram os seus sobrinhos filhos de D. Maria e Seu Oséas (Croqui I). Dona Virgilina tem o seu sítio com o seu marido Seu Sebastião e as moradas de seus filhos casados que já residem na área, do outro lado do córrego d’Os Braga (o córrego da Pontezinha), mas em terreno também herdado de D. Brandina e Seu Joaquim Primo. Da irmandade já são falecidos Dona Sílvia, Seu Alexandre, Seu Osias e Seu Carmiro.

O croqui II representa a distribuição os sítios de cada uma das famílias nucleares dos herdeiros de D. Brandina e Seu Joaquim Primo, os espaços comunitários que aí se localizam desde os tempos mais antigos que são a Igreja, a Escola (agora fechada), o Posto de Saúde, a sede da Associação e o Cemitério. São 5 (cinco) os sítios de “*gente de fora*” que também residem n’ Os Braga. Esse é o caso da Casa 1, que pertence ao Seu Nardelli e Dona Vilma, à Esquerda de quem desce para o Posto de Saúde d’Os Braga. A Casa 2, à Direita, na mesma direção, após o Cemitério é do Seu Lauro, de Brasília. A Casa 3, de Dona Liliam e a Casa 5, já do lado do Posto de Saúde, do Seu Antônio, são também de moradores que não são da família Pereira Braga.

A dona do “chão de morada” da casa 4 (quatro) é Dona Carlinda Pereira Braga, 77 anos, viúva de seu primo Gabriel Rosa, seu primo em 2º grau. Ela tem “*terrero*” plantado e cria galinhas. Atualmente tem quatro cabeças de gado e está falando em vender. Quem cuida é o seu irmão Seu Virgílio, morador da casa 5. Tem pasto, mas não tem roça plantada. A sua filha Dona Helena e o marido Seu Osmar Pereira Braga, residem na mesma casa com ela. Durante a semana a família toda fica na casa em Samambaia e vem para o sítio nos feriados e fins de semana.

A casa 6, com duas moradas, é da família nuclear de Seu Virgílio Pereira Braga e de sua esposa Dona Abigail Rodrigues de Souza Braga (ela irmã de Dona Rosa, Dona Débora, Dona Valdeci e Dona Firmina, do sítio Cabeceira descrito anteriormente).

A casa tem o “chão de morada” com “*terrero*” com plantas nativas e cultivadas, galinhas criadas soltas, 2 (duas) vacas com um pequeno curral, utilizam o pasto de sua irmã D. Carlinda. O Seu Virgílio sempre planta uma roça na beira do córrego. O casal tem 3 filhos que moram na cidade. Ao lado da casa dos pais está a casa da filha Dona Ana Lucia de Souza Braga Dourado, casada com o Seu Francisco Dourado da Silva (ele é filho de Seu Antônio, o morador de fora da família da casa 5), onde moram com os 4 (quatro) filhos menores. Seu Francisco é vaqueiro em Fazenda vizinha e Dona Ana Lúcia é diarista na casa de Dona Vilma, sua vizinha da casa 1.

Em seguida vem a casa 7 de Dona Otavina Rodrigues de Souza Braga (irmã de Dona Abigail), casada com Seu Izaias Pereira Braga (irmão de Seu Virgílio). A casa de morada tem um “*terrero*” com muitas jaboticabeiras. Também criam galinhas e 2 cabeças de gado. O Seu Izaias planta roça na beira do córrego e utiliza como o Seu Virgílio o pasto da sua irmã D. Carlinda. Ele tem um carro e trabalha fazendo transporte das pessoas para a cidade. Trabalha também como pedreiro. Dona Otavina é auxiliar de serviços na “Creche Educandário Casa de Meu Pai”, onde funciona também a Escola do Ensino Fundamental e Médio da região<sup>54</sup>. O casal tem três filhos que moram na cidade.

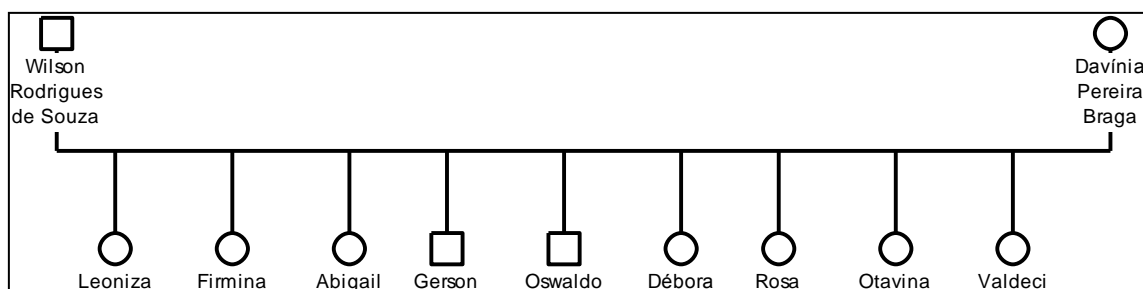
Na casa 8 moram Dona Eleuza Pereira Braga, 46 anos, seu marido Seu Lindomar Rodrigues da Silva, 50 anos e a filha mais nova do casal, Roberta, de 16 anos. O filho mais velho, Diego, mora na cidade. O Seu Lindomar é pedreiro, e trabalha para o Seu Lauro, vizinho da casa 2 e Dona Eleuza, além de cuidar do “chão de morada”, onde cultiva frutíferas variadas, planta sempre uma horta, cria galinhas e trabalha como auxiliar de serviços gerais no Posto de Saúde. Seu Lindomar não planta roça e no sítio nuclear não existe pasto nem mata. Na verdade o sítio onde moram pertence aos pais de Dona Eleuza, Dona Nely Pereira Braga, casada com seu primo Seu Olívio Pereira Braga, irmão de Seu Virgílio e Seu Izaias. D. Nely mora em Santo Antônio com o seu marido, por motivo de doença do Seu Olívio.

Terminada essa descrição de dois dos 6 (seis) sítios da Pontezinha, ficam faltando além dos outros 4 (quatro) sítios da Pontezinha, os da Quarta Feira, que não foram pesquisados, 1 sítio no Cafundó, 1 sítio com muitas famílias nucleares em Santa Rosa e 3 sítios em Santa Marta. Exceto os da Quarta Feira, estive em todos os outros e mesmo prescindindo de uma descrição detalhada, posso dizer que as divisões internas

---

<sup>54</sup> Na sede da antiga “Creche Educandário Casa de Meu Pai” estão concentradas desde a inauguração da UHE Corumbá IV todas as escolinhas de ensino fundamental e a do ensino médio da região. A “Creche” funciona como tal albergando crianças encaminhadas pelo Conselho Tutelar e também crianças cumprindo medidas sócio-educativas do município de Santo Antônio do Descoberto, GO.

do chão de morada e as externas dos sítios, com roça, pasto e mato, seguem o mesmo padrão das descritas n' "Os Braga" e no "Cabeceira do Mato do Açude". Mas apenas um deles, o sítio Santa Marta, do finado Seu Wilson Rodrigues de Souza e sua mulher, também falecida, Dona Davínia Pereira Braga, tem todas as divisões e está em plena atividade. Cuida deste sítio o filho do casal Gerson Rodrigues de Souza, celibatário, que mesmo aposentado, planta roça, cria 20 cabeças de gado e ainda cuida do chão de morada.



**Genealogia Seu Wilson Rodrigues de Souza e Davínia Pereira Braga**

A genealogia acima é a do casal Seu Wilson (Visón) e Dona Davínia e seus nove filhos nascidos e criado "na Santa Marta", dos quais Dona Leoniza é falecida. Das filhas, (4) quatro delas saíram para morar com os seus maridos no sítio Cabeceira do Mato do Açude e (2) duas no sítio d' "Os Braga". O filho Seu Oswaldo se casou com sua prima, vizinha de sítio, Dona Leovina Pereira Braga e foi morar em Santo Antônio. O filho Seu Gerson, celibatário, continua morando em Santa Marta.

As fotos que seguem mostram as filhas de D. Davínia e Seu Wilson que se casaram e foram morar respectivamente no sítio Cabeceira do Mato do Açude (D. Firmina e D. Valdeci) e no sítio d'Os Braga (D. Abigail e D. Otavina). As mulheres da família Braga de modo geral fazem biscoitos no seu "chão de morada", em fornos a gás ou mesmo elétricos, mas de vez em quando se reúnem em sistema de "troca"-dádiva tipo mutirão para fazer grandes quantidades. Todas participam trazendo os ingredientes do biscoito que querem fazer, mas o produto final é comum e no final do dia todas levam a parte que toca para cada uma para as suas respectivas famílias. Desta forma reproduzem o que aprenderam com as suas mães (inclusive utilizando algumas receitas antigas delas), quando viviam nos sítios onde nasceram e foram criadas, nos seus atuais sítios nucleares. No caso da "fazeção" dos biscoitos em sistema de mutirão, o forno a lenha é peça fundamental do processo.



**Dona Firmina, Dona Abigail, Dona Vivaldina, Dona Otavina e Dona Valdeci reunidas na casa de D. Abigail para fazer biscoitos no forno a lenha. D Vivaldina é filha de D. Jovina. As outras 4 são filhas de D. Davínia e Seu Wilson, da Santa Marta. Foto de 2015**



**Dona Abigail e o forno a lenha do seu “chão de morada”. D. Abigail é casada com Seu Virgílio Pereira Braga e mora no sítio Os Braga. Foto de 2015**

Dessa forma encerro o capítulo II, que é o que mostra efetivamente o modo de vida camponês da família Pereira Braga. Com estas informações passamos para o capítulo III, onde reflito, para melhor entendê-los, a partir da literatura concernente ao campesinato brasileiro, sobre o processo específico da territorialização dos Pereira Braga da Pontezinha neste “território” do mesmo nome.

### CAPÍTULO III

#### A “territorialidade específica” dos Pereira Braga da Pontezinha

No capítulo II, quando tratamos do cultivo do café e da sua comercialização entre os que estamos chamando de “1ª geração dos Pereira Braga”, tomamos conhecimento dos caminhos que eram usados para chegar aos arraiais e vilarejos onde eles vendiam o café e de onde traziam para a Pontezinha o sal, o querosene, as celas. Estas memórias nos esclarecem de que eram várias as possibilidades de entrada e de saída das terras situadas entre a margem direita do Descoberto e a esquerda do rio Areias, não só para o transporte de cargas como para o trânsito de pessoas.

No entanto, a etnografia também nos mostrou que os “*primeiro que chegaram aqui*” adentraram e permaneceram no local, primeiramente mais concentrados na Pontezinha, na beira do córrego do mesmo nome (ver detalhe do mapa de Santo Antônio à p.56 e o mapa completo no Anexo I), no núcleo comunitário que passou a ser conhecido desde então como “Os Braga”. Somente na medida em que os seus descendentes davam continuidade ao “projeto camponês” iniciado por eles e foram se casando é que começaram a se espalhar, em busca de um “*lugar bom de água*” para construir suas novas moradas. Isto se deu em todas as direções, tendo como limites ao Norte, o que agora é a BR 060; ao Sul, o que se tornou o Lago Corumbá IV já na Fazenda Juiz de Fora, sobre o leito onde corria anteriormente o Rio Corumbá; e como referimos acima, a Leste o limite era a margem direita do Descoberto e a Oeste, a margem esquerda do rio Areias.

O mencionado acima foi no tempo das *largas*, que era o território comum onde se podiam formar, pelo trabalho, novos sítios. Devido a este processo de ocupação dos espaços, hoje em dia encontramos os descendentes das 4ª e 5ª gerações dos Pereira Braga, começando pelo ponto mais próximo à BR 060 e indo na direção Sul, primeiro na Quarta Feira<sup>55</sup>, depois na Fazenda Cafundó (1.8), e assim por diante: na Fazenda

---

<sup>55</sup> Na Quarta-feira o limite a Leste foi ultrapassado, e em vista disso, encontramos descendentes dos Pereira Braga também na margem esquerda do rio Descoberto, na altura do córrego Pinguela. A ocupação foi posterior à instalação dos fundadores n’ Os Braga, e ocorreu por iniciativa de Seu Delfino Pereira Braga, pai de Dona Jovina Pereira Braga, 85 anos, que nos informou o fato com detalhes: “*Pai era nascido n’Os Braga. Eu já nasci na Quarta-feira*”.

Pontezinha propriamente dita (0.2), em Santa Rosa (0.3) e em Santa Marta (3.0). O mapa com os nomes e números se encontra na página 56.

Como foi visto também no capítulo anterior, a formação da comunidade negra rural dos Pereira Braga se deu com a transformação das terras cujos limites detalhamos acima em “território deles”, melhor dizendo, passando a constituir o que Almeida (2008) chama de uma “*territorialidade específica*”. Sobre a dinâmica dessa territorialidade o autor acrescenta ainda, para maior precisão, e dessa forma nos ajudando a analisar o caso dos Pereira Braga, que ela “*funciona como fator de identificação, defesa e força [...] sobre uma base física comum, essencial e inalienável, não obstante disposições sucessórias como os direitos de herança*” sendo, portanto, mais apropriado chamá-la se “*processo de territorialização*” (Almeida, 2008: 29). Seria dessa forma que surgiriam as “*territorialidades específicas*” espalhadas pelo território brasileiro, como é o caso da dos Pereira Braga da Pontezinha.

Pois bem, no que segue, prosseguimos acompanhando esse “*processo de territorialização*” nos dias atuais, mostrando as consequências de mudanças no território dos Pereira Braga, como a invasão por terceiros e a venda das posses e dos direitos de herança. Estas mudanças territoriais decorreram da implantação de projetos de desenvolvimento econômico que tiveram início por volta de 1956 - 1957. Primeiramente foram as obras para a abertura da BR 060. Em seguida e ao mesmo tempo, veio a construção de Brasília, a nova capital do Brasil, no Planalto Central. E desde então continuam, sendo a mais recente, a inundação das terras dos Pereira Braga que ficavam nas margens dos rios Descoberto, Areias e Corumbá pelas águas represadas do lago Corumbá IV. Comenta-se, para o futuro, a construção de uma ferrovia para trens de alta velocidade, ligando Brasília a Goiânia.

As consequências das mudanças geográficas no que estamos chamando de “território” da Pontezinha e adjacências decorrentes destes projetos tem sido fonte de apreensão e de insegurança na família. De fato, o que antes era uma área indivisa de sítios nucleares e de *largas* de 968 hectares<sup>56</sup> vem se transformando numa “colcha de retalhos”, onde os que permanecem nela estão confinados a espaços cada vez menores e pouco adequados à continuidade de um projeto camponês nos moldes do modelo antigo, como foi apresentado no capítulo anterior. As informações que seguem são importantes para um melhor entendimento das consequências dessas mudanças territoriais na vida

---

<sup>56</sup> Esta é a área que consta no Registro Paroquial de 1857 em nome de Manoel de Souza Lima, que será discutido mais adiante.

da família dos Pereira Braga, tanto na vida dos que permanecem na Pontezinha e adjacências quanto na dos que foram construir novas moradas em Brasília e cidades do seu entorno.

### **3.1 - O cadastramento do “território” dos Pereira Braga e a categorização do grupo**

São dois os órgãos do governo que cadastram terras rurais: o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que procura saber quantos *estabelecimentos* desse tipo existem no país para estudo da variação quantitativa delas ao longo do tempo e o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), que cadastra o *imóvel rural* com o objetivo de cobrar tributos.

Em 1985 o Incra encontrou situações que não correspondiam às definidas como “imóvel rural”, pois não pertenciam a um mesmo dono e as formas de apropriação dos recursos naturais eram comuns. Foi então criada a categoria “ocupações especiais” para designar, entre outras, as “terras de uso comum”, que são terras onde o controle dos recursos básicos não é exercido de forma individual e livre. As decisões sobre o uso desses recursos são fundadas em normas específicas do grupo e acatadas por ele de maneira consensual. São, no entanto, várias as situações de “terras de uso comum”, que resultam em “especificidades” diferentes. Almeida (2008) descreve bem esse cenário como sendo

*[...] uma constelação de situações de apropriação dos recursos naturais (solos, hídricos e florestais), utilizados segundo uma diversidade de formas e com inúmeras combinações diferenciadas entre uso e propriedade e entre o caráter privado e comum, perpassadas por fatores étnicos, de parentesco e sucessão, por fatores históricos, por elementos identitários peculiares e por critérios político –organizativos e econômicos, consoante práticas e representações próprias (Almeida, 1998: 45, em Almeida, 2008)*

Estas evidências foram também registradas pelos técnicos do Incra e isto os levou a idealizar um Cadastro de Glebas que incluiria todas as situações referidas. O projeto, entretanto, não foi levado adiante, tendo em vista os interesses divergentes dos ruralistas proprietários de fazendas.

Mas a discussão voltou à pauta durante a Constituinte de 1988, abrindo novamente espaço para o reconhecimento de “terras de uso comum”, levando em conta



as “tradicionalidades específicas” tal que Almeida descreve acima, exceto que o termo que foi instituído no texto da Constituição de 1988 foi o de “terras tradicionalmente ocupadas” e é assim que estas situações vêm sendo reafirmadas nas constituições estaduais, legislações municipais como é o caso do Plano Diretor do Município de Santo Antônio que reconhece os Pereira Braga como “comunidade tradicional” porque ocupa terras daquela categoria, e mesmo em convênio internacionais.

No que se refere especificamente às comunidades rurais negras a lei constitucional que reconhece o seu direito às terras que ocupam é a que consta do artigo 68 da ADCT, que estipula: *Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos* (Leite, 2000: 341).

No entanto, como ressalta Almeida (1998), diante das observações etnográficas que mostram que “*a situação de quilombo existe onde há autonomia, onde há produção autônoma que não passa pelo grande proprietário ou pelo senhor de escravos como mediador efetivo [...]*” (p.59-60), os termos “remanescentes” e “quilombos” se tornam imprecisos, necessitando ser resignificados. Foi uma situação semelhante às que levaram o autor a afirmar o transcrito acima que encontrei ao observar o cotidiano camponês dos Pereira Braga, como mostrado nos capítulos anteriores.

Depois de muitas discussões o Decreto 4887, de 2003, que regulamenta o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) nº68/1988 trouxe a revisão proposta dos termos mencionados. É esta precisão agora incluída na lei que nos permite, lembrando sempre que os Pereira Braga possuem formas próprias de organização que garantem a reprodução social de suas práticas, entre outras, a de uso comum dos recursos naturais e que, além disso, possuem um histórico de descendência de escravos, que considero que eles também podem, caso queiram, reivindicar a sua inclusão na categoria de comunidade rural negra quilombola e como tal pleitear, como as demais<sup>57</sup>, os benefícios das leis mencionadas acima, entre outros, o da regularização de suas terras.

A seguir apresento os depoimentos de Dona Jovina Souza e Silva, Seu Amaro Pereira Braga e Seu Ernesto Pereira Braga para mostrar como o assunto “terras”

---

<sup>57</sup> Almeida (2008) apresenta um quadro demonstrativo das populações tradicionais existentes no Brasil, onde se lê na categoria Quilombola, uma população de referência de 2 milhões de pessoas e 30 milhões de hectares de área a serem regularizadas.

se transformou para eles num “problema”, a tal ponto que evitam falar do mesmo com os de fora por motivo de desconfiança, o que a meu ver, é mais do que justificado.

### 3.1.1 - As “terras de uso comum”

Em uma de minhas entrevistas com Dona Jovina perguntei sobre as divisões de terras e a moradia de cada família descendente dos Pereira Braga. Com a sua sagacidade ela se negou a responder dizendo: *“Agora isso aí não dá prá explicar não. Num sei nem contá direito”*. Ora, se não havia divisão, como é que ela ia explicar? Refiz então a pergunta, com uma afirmativa: *“Porque não tinha divisão, não é?”* Só aí ela ficou à vontade para contar a história do seu jeito: *“Naquele tempo era tudo comum. Isso aqui era tudo comum. Criação, todo mundo criava a sua criação era junto, misturado. Aqui mesmo foi assim”*.

Em seguida Dona Jovina mostrou que sabia até onde ia o que era deles, ou seja, dos Pereira Braga. Tomando como referência a margem direita do Rio Descoberto, onde estávamos, perguntei se o “comum” ia até o rio Areias (margem esquerda do rio Areias, ver mapa<sup>58</sup>) ou se passava do rio Areias para lá e ela explicou: *“Não. Num passava porque a Fazenda Areias já era outra, né? Então, a divisão da Fazenda Areia prá cá é que é a Fazenda Cafundó. Lá é que é a vertente Areia, né? E aqui é a Pontezinha. Êias é duas Fazenda, tem a Cafundó e tem a Pontezinha”*.

Exatamente, dessa “banda de cá do rio” são duas as Fazendas onde encontrei descendentes dos Pereira Braga: na Fazenda Cafundó ainda vivem hoje os netos, bisnetos e tataranetos de Seu Isidoro Pereira Braga. Na Fazenda Pontezinha estão a maior parte dos demais descendentes, netos, bisnetos e tataranetos de Seu Joaquim, Seu Antônio e Seu Romualdo, além de alguns descendentes fora do casamento de Seu Isidoro. Já os descendentes de Dona Ana e Dona Maria estão na Fazenda Quarta Feira, margem esquerda do Descoberto, “banda de lá do Rio” e os de Dona Ângela estão em Santa Rosa, mais próximos à barra do rio Descoberto com o rio Corumbá, mas ainda na “banda de cá”. Acima de Santa Rosa, mas do lado da vertente Areias, tem ainda descendentes de Dona Ana e de Dona Maria na Fazenda Santa Marta. E como vimos

---

<sup>58</sup> A região onde viveram e vivem os Pereira Braga, como já foi explicado, fica circunscrita à margem esquerda do rio Areias e não chega até à barra deste rio com o rio Corumbá. Já junto ao rio Descoberto, existem Pereira Braga na Quarta Feira, margem esquerda deste rio, na região mais próxima à atual BR-060. Lembramos que a referida BR corta este rio no quilômetro 5 direção Noroeste.

anteriormente, ao que tudo indica Dona Antônia não deixou descendentes conhecidos na região onde se encontram os descendentes dos seus irmãos.

Interessante ressaltar, nesta observação de Dona Jovina, que a divisa das terras dos Pereira Braga é a “*vertente do Areia*”. Na minha avaliação esta é mais uma indicação de que eles devem ter adentrado o território pegando uma trilha em um ponto da Estrada do Nascente (direção Leste - Oeste) que ligava Luziânia (a Leste) a Vila Boa (a Oeste)<sup>59</sup>. Deste ponto, que bem pode ter sido a Fazenda Jacobina ou a Fazenda Mesquita<sup>60</sup>, pois ambos se localizam depois do arraial de Santa Luzia, mas antes da chegada à Capela (ou Santo Antônio dos Montes Claros, atual Santo Antônio do Descoberto, onde não foram encontrados descendentes dos Pereira Braga), tomaram a direção Sudeste até chegar ao rio Descoberto, que cruzaram. Mas pelo que indica Dona Jovina, durante as quase duas décadas de ocupação do território, não ultrapassaram o Rio Areias, que circunscreve a região em questão, nos dias atuais, e pelo visto desde a chegada dos fundadores, a Oeste.

Perguntei então a Dona Jovina se ela conhecia o documento da terra sem especificar qual o documento. Ela afirma que tem o Registro Paroquial “*disso*”, só que não estava com ela. Eu já tinha conhecimento deste Registro de 1857, que se refere aos limites da área (Anexo III), e perguntei: “Os donos dessa terra mesmo eram os Pereira Braga, num é?” Ela confirmou: “*Era os pai d’êis, avô*”.

Numa entrevista posterior com Seu Amaro Pereira Braga eu perguntei novamente pelos documentos da terra, pois queria esclarecer melhor esta história dos documentos antigos e as questões relativas à “herança de terra”. Será que eles tinham efetivamente conhecimento do Registro Paroquial e de registros de partilha de herança no Cartório de Luziânia? E se conheciam, por que até hoje nenhum deles tem o registro definitivo dela? Seu Amaro foi categórico, mesmo começando a afirmativa com um “não” arrastado:

---

<sup>59</sup> No capítulo I desse texto me refiro resumidamente à marcha para o Oeste e a ultrapassagem do marco do Tratado de Tordesilhas pelos portugueses. Como vimos, o objetivo de Portugal era este mesmo, ou seja, o de ampliar o seu território em relação ao da Espanha na América do Sul.

<sup>60</sup> A Fazenda Mesquita é onde vivem quilombolas da família Pereira Braga, que ao que tudo indica, têm origem comum com a dos Pereira Braga da Pontezinha. Pelas informações que obtive ambas procedem da antiga fazenda de escravos do município de Luziânia, a Fazenda Jacobina. A Fazenda Mesquita fica na Cidade Ocidental, no entorno do atual Distrito Federal, também ao Sul do quadrilátero, mais para o Leste, a uma distância que poderia ser percorrida a pé, da Fazenda Pontezinha, se ainda fosse possível usar as trilhas dos carros de bois.

*Nãõ, a gente sabe que tem, né, por exemplo, ó (...) aqui [se referindo ao lugar onde ele mora e sempre morou, que fica no Mato Fundo, da “banda de lá” do córrego da Pontezinha, mas que ainda é Pontezinha] vem é é é (...) só que o trem é rolo, né? Que os mais veio vão morrendo e aí ninguém faz o inventário e aí vai tocando o bonde.*

Em seguida Seu Amaro explica como é que acontecia o “rolo”, dando um exemplo: Supondo que o lugar onde nós estávamos era mato, se eu quisesse fazer uma roça, diz ele, era só escolher o lugar, derrubar o mato, fazer a cerca e plantar. Fazia a roça, plantava 2, 3 anos e largava. Aí “a Sra. largava e os mais espertos”, que por informações do próprio Seu Amaro eram pessoas da família mesmo, “vinha e vendia para o “povo Brasília””, recém-inaugurada. Seu Amaro conclui do jeito dele: “É. E aí começou a alastrá o negócio e complicó”.

Seu Amaro continua contando que ele próprio “*tinha formado partilha de herança*”, pois a sua mãe Dona Carolina da Costa Freire, Dona Caiola, como era conhecida, a segunda esposa de Seu Mitõe (Seu Antônio Pereira Braga, o primo, filho dos fundadores, o casal Seu Romualdo Pereira Braga e Dona Antônia Rodrigues de Faria), inventariou as terras do marido, quando ficou viúva. Só que, pelo que foi ficando claro no decorrer das entrevistas, “*deu rolo*” mesmo: “*tavam com uma divisão falsa aí*”, lembra Amaro, e o projeto foi cancelado.

Quem conta também essa mesma história é Seu Ernesto Pereira Braga, morador do sítio Cabeceira da Mata do Açude (ver descrição pp.67-71). Seu Ernesto lembra que “*teve uns cabras querendo invadi aqui*”. Um tal Dr. Elvio queria dividir a Fazenda Pontezinha. “*E com medo que ia tudo prá ele e ele ia deixá só a glebazineira prá cada morador*”, continua Seu Ernesto, “*eles conseguiram embargar a decisão, né?*”. Não posso explicar o né do Seu Ernesto, mas ao que tudo indica boa parte das terras passaram mesmo para outros donos, pois o que lhes sobrou dos 965 hectares iniciais divididos entre os tataranetos de Manoel de Souza Lima, juntando todos os sítios das famílias nucleares, incluindo as terras que foram inundadas pelas águas do Lago Corumbá IV, não chega a 1/5 do total.

O que sobrou “*continua como estava*”, conforme afirma Seu Ernesto abaixo, tendo como referência o documento original, pois não foi feito o formal de partilha da herança com mapas da terra como é exigido pelo cartório hoje em dia. No Cartório de Registro de imóveis eles dizem que é impossível encontrar, por exemplo, numa Fazenda

de 965 hectares, os 2,8 hectares que tocaram para a herdeira Dona Calvina Pereira Braga, cuja cópia do documento está no anexo II. Eles teriam que fazer um levantamento histórico de tudo o que foi vendido, quanto foi vendido, onde, para quem, com os respectivos mapas. Para efeito do Cartório a terra original continua indivisa.

Seu Ernesto prossegue, contando que depois disso apareceu um outro, que se dizia “*oficial de justiça*”: “*veio perguntá umas coisas e eu explicando prá ele*”. Na época Seu Ernesto era ainda um mulecote de doze anos, e escutou dele: “*Rapaz, ali onde é a Cidade do Gama, aquela terra lá é suas. Se você quisé tem um advogado pegando essa causa aí porque o governo construiu, fez a cidade e não indenizou ninguém*”. Mas Seu Ernesto desconfiou: “*ele pega essa porcentagem aí e vai vai num dá conta de nada*”. Para ele, esses direitos “*vai muito longe, tá tudo perdido, melhor deixá quieto*”. E repete: “*Já tá tudo perdido mesmo*”.

Voltando à entrevista com Seu Amaro, para ele o problema maior foi que a própria família quis vender. O “*povo de Brasília*” vem e insiste para comprar: “*Essa semana mesmo passada [janeiro de 2016] que esse ôme veio aqui, ele me insultô eu...*”. O *insulto* no dizer de Seu Amaro é que os compradores de terra ficam contando as vantagens de se desfazer dos seus sítios.

Seu Ernesto também sabe das histórias de gente que comprou “*um pedacim*” e invadiu o resto: “*E por aí vai rolando esse rolo. É por causa disso aí ó...*”. Quando eu quis saber como é que ficavam os documentos dessas terras que foram fechadas ele explica que fica como está até hoje: “*Quem pode vai lá e faz o documento (registra a terra), quem num pode fica sem o documento. Paga o INCRA e tudo, mas não tem o documento*”.

Ora, isso mostra que Seu Ernesto sabe que o Incra não é o registro da terra, que esse é feito no Cartório de Registro de Imóveis. Mas será que todos sabem ou sabiam disso? Seu Amaro, na entrevista anterior à do Seu Ernesto me deu a impressão de que não sabia, pois comentou que “*Eu até tenho o Incra que eu fiz por conta de que a terra é inventariada. Quem num tem...*”<sup>61</sup>. E quando foi que chegou o Incra cadastrando a posse individual de terras numa região onde regime fundiário tradicional era o de propriedade comum?

---

<sup>61</sup> O mesmo está acontecendo atualmente em relação ao CAR, o Cadastro Ambiental Rural, do MMA (Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável). Muitos pensam que o CAR lhes assegura que são os proprietários da terra.

### 3.1.2 - A história *documental* do “território” dos Braga: “Terras de herdeiros”

Na busca de uma melhor compreensão desta história de terra de herança podemos voltar à afirmação de Seu Amaro citada acima de que “*Eu até tenho o Incra que eu fiz por conta de que a terra é inventariada. Quem num tem...*”. Que documentos de inventário seriam esses?

Pois bem, o histórico da herança segundo consta em um dos registros ao qual eu tive acesso, conta que um Pereira Braga, o Seu José Pereira Braga, do qual nenhum dos entrevistados tem notícia, se casou, por volta de 1850, com Dona Maria Francisca Afonso do Rego<sup>62</sup> e tiveram 8 filhos (ver genealogia abaixo), que vêm a ser os que eu estou chamando nesse texto de “os fundadores”. Essa Senhora era neta do proprietário da Fazenda, o Seu Manoel da Silva Lima e sua mulher Cecília Camilo do Sacramento.

Ora, os Pereira Braga sempre se identificaram como “*donos dessas terras aqui*” e como sendo “*todos parentes*”, como reitera Seu Amaro na entrevista, e a leitura do documento de partilha de herança comprova que o que dizem tem mesmo fundamento (ver cópia de um destes documentos no anexo II). O pagamento nº 75 registrado no cartório certifica como herdeira Dona Calvina Pereira Braga, uma das filhas de Seu Joaquim Pereira Braga, um dos filhos de D. Maria Francisca e Seu José e de Dona Silvina Souza e Silva. Sendo, portanto, esse Seu Joaquim, neto de Dona Constância e bisneto do casal Seu Manoel e Dona Cecília.

Pois bem, o Seu Joaquim Pereira Braga é um dos 8 irmãos que venho chamando no decorrer desta monografia de “fundadores”, e, portanto, Dona Calvina, da 1ª geração, é apenas uma dos cinquenta e um (51) netos de Seu José e de Dona Maria Francisca<sup>63</sup>, bisneta de Dona Constância, tataraneta de Seu Manoel e Dona Cecília.

Outro é um registro paroquial de 1857 em nome de Seu Manuel da Silva Lima que certifica a aquisição legal das terras da Pontezinha por esse Senhor. Ora, a existência comprovada desses papéis deixa supor que nos autos do mesmo inventário

---

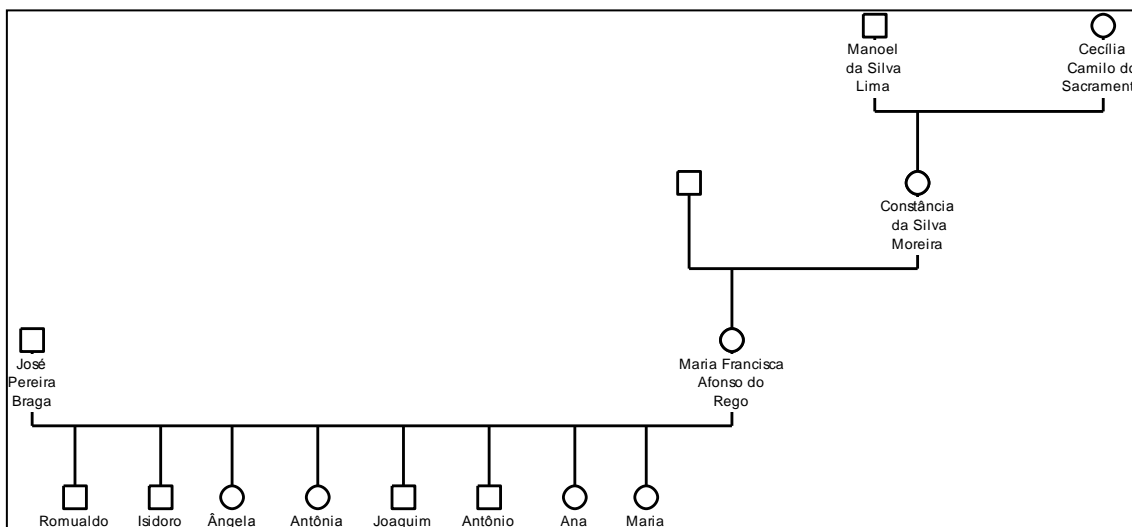
<sup>62</sup> Uma irmã de D. Francisca, D. Joana Afonso do Rego, veio a se casar com um dos fundadores, e, portanto, seu sobrinho, o Seu Isidoro Pereira Braga. Fui informada por Seu José Pedro (75 anos), casado com Dona Rachel Pereira Braga, que a conheceu e indicou o local onde o casal D. Joana e Seu Isidoro viveu, que fica na Fazenda Cafundó, na parte atingida pela BR 060, que D. Joana Afonso “não era negra”. Perguntei se era branca e a resposta foi de que “não era branca”. A minha hipótese é que esta parte da Fazenda Cafundó onde o casal residiu, pertencia a essa outra herdeira, D. Joana, que deveria ser a filha mais nova de Dona Constância e seu companheiro, portanto também neta de Seu Manoel e Dona Cecília.

<sup>63</sup> Eu fiz o levantamento de todos os casamentos dos fundadores e do número de filhos que cada casal teve. Estes descendentes são justamente os que designo de 1ª geração dos Pereira Braga.

feito por ocasião da morte de Seu Manoel e de sua esposa Dona Cecília, deve constar igualmente os documentos referentes à herança dos demais netos e tataranetos do casal. E isso pressupondo que Seu Manoel e Dona Cecília tiveram uma única filha, Dona Constância, que como consta do documento citado, não teve casamento registrado, mas que teve pelo menos duas filhas: Dona Maria Francisca Afonso do Rego e Dona Joana Afonso do Rego.

Mas deve constar igualmente no mesmo livro dos autos, o que herdaram os filhos de cada um dos sete (7) irmãos de Seu Joaquim Pereira Braga, sendo três (3) homens, a saber, Antônio, Romualdo e Isidoro e 4 mulheres, Maria, Ana, Antônia e Ângela, ou seja, os demais da irmandade que estou chamando de “fundadores”.

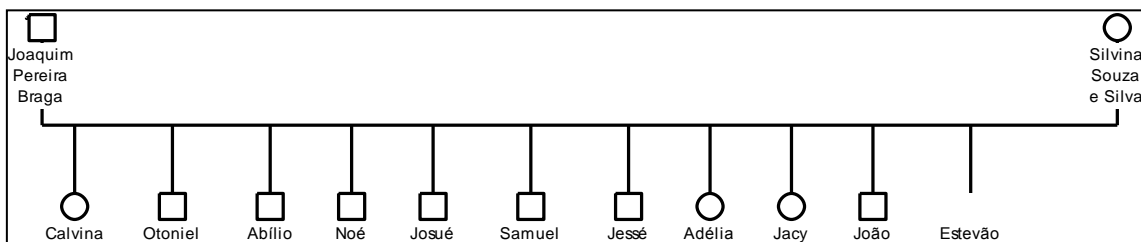
Não me aprofundi em nenhuma pesquisa cartorial e consultei apenas os documentos que eu tinha em mãos<sup>64</sup>, mas a partir deles pude elaborar a genealogia abaixo, que mostra os descendentes de Seu Manoel e D. Cecília e seus casamentos até a 2ª geração.



**Genealogia Seu Manoel de Souza Lima e D. Cecília Camilo do Sacramento**

Dona Calvinha Pereira Braga, da 1ª geração dos Pereira Braga na Pontezinha, como já foi dito acima, é a filha mais velha de Seu Joaquim Pereira Braga, o quinto filho (pela ordem do nascimento calculada a partir da memória dos meus interlocutores) de D. Maria Francisca e Seu José.

<sup>64</sup> Como expliquei na Introdução desse texto, eu adquiri o Sítio onde moro, do Professor Samuel Gomes e de Dona Calvinha Pereira Braga, a herdeira referida no registro. Os documentos me foram passados pelo primeiro comprador da gleba, o Senhor Gledson Martins.



**Genealogia de D. Silvina Souza e Silva e Seu Joaquim Pereira Braga**

A genealogia acima mostra o casamento de Seu Joaquim e Dona Silvina e os seus onze filhos, sendo três mulheres e oito homens. Se Dona Calvinina tivesse sido nomeada a única herdeira isso constaria dos autos, e ela teria ficado com toda a gleba de terra e não com os 2,8 hectares que lhe couberam. Daí a minha suposição de que no Cartório de Luziânia desse constar o registro do que coube a cada um dos seus irmãos.

A cópia do registro paroquial de número de nº 52 datado de 28 de novembro de 1857 (Anexo IV) mostra que o Seu Manoel de Souza Lima se declara possuidor de umas terras no município de Santa Luzia de um Sítio denominado Mato Grande, compradas de seu filho Pyo da Silva Moreira<sup>65</sup> em 30 de maio de 1855. A localização do Sítio também leva a crer que se trata da mesma área da partilha, pois faz referência ao limite Oeste (poente), o espigão das Areas (Areias) e ao Norte a estrada real (estrada do Nascente, que ligava Santa Luzia a Pirenópolis e a Vila Boa). A extensão de nascente a poente também coincide, sendo de  $\frac{3}{4}$  de légua, ou cerca de  $4\frac{1}{2}$  (quatro quilômetros e meio), e de norte a sul légua e meia ou 9 (nove) quilômetros. Estes são os limites que ainda constam do inventário feito em 1974.

Seria então esta a “*base física, considerada comum, essencial e inalienável, não obstante disposições sucessórias como os direitos de herança*” (p. 29) a que se refere Almeida no seu estudo? O projeto camponês que os Pereira Braga desenvolveram no seu “território”, como mostra a presente observação etnográfica, no entanto, não dependeu de nenhum registro cartorial no nome de cada um deles: durante mais de um século, eles não se preocuparam com a sua documentação cartorial.

Alguns autores discutem essa questão levando em conta os valores camponeses envolvidos. Como ressaltam Ellen Woortmann e Klaas Woortmann (1997), ao se referirem ao campesinato sergipano e aos conflitos que começaram com a perda

<sup>65</sup> O sobrenome Silva Moreira do filho de Seu Manoel, o Pyo da Silva Moreira, comprova que Dona Constança da Silva Moreira não era filha única de Seu Manoel e Dona Cecília.



das *soltas*, terras de uso comum que no Brasil Central são conhecidas como *larga* “Para os *sitiantes*, os direitos sobre a terra não passavam pelo cartório, mas derivavam do trabalho. Era a terra do trabalho, expressão que encerra um conjunto de significados morais” (idem: 19).

Mas com os Pereira Braga foi diferente, a sua preocupação com a legalização das terras do seu “território” começou quando eles se sentiram pressionados pelos que se transferiram de outros Estados para Brasília dando início ao processo de expropriação e de limitação do acesso às *largas* fazendo cercas. E pelo que posso deduzir da situação atual de retalhamento das terras, estes grileiros “fizeram cercas” também no Cartório de Luziânia, chegando lá primeiro do que eles e se apossando das referências das partilhas da herança: terras começaram a ser vendidas sem que o herdeiro se apercebesse do que estava acontecendo. Portanto, a situação exige estudos especializados de equipes técnicas, no sentido de poder encaminhar uma solução legal para o problema das terras dos Pereira Braga da Pontezinha, seja através da ADCT nº68/88 ou pelo requerimento de USUCAPIÃO. Mas como mostro no que segue, a desconfiança gerada pela atuação dos grileiros impede a sua mobilização como comunidade de direitos, por isso estão optando pela legalização de cada família individualmente.

### 3.1.3 - Direitos quilombola? Usucapião<sup>66</sup>?

Para esclarecer dúvidas sobre legalização de terras através do ADCT nº 68 da constituição de 1988 e da sua regulamentação pelo decreto nº 4.887/2003, sendo eu uma das associadas da Associação dos Trabalhadores Rurais da Pontezinha<sup>67</sup>, propus ao Presidente Seu Virgílio Pereira Braga que convidássemos alguém que entendia do assunto para uma palestra. Ele concordou e eu convidei o Professor Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos, que se dispôs a fazer isso.

---

<sup>66</sup> “Usucapião é um modo de aquisição da propriedade o ou de qualquer direito real que se dá pela posse prolongada da coisa, de acordo com requisitos legais, sendo também denominada de prescrição aquisitiva” ([www.direitonet.com.br](http://www.direitonet.com.br)). Vale ressaltar que esse caso não depende de comprovação de direitos de herança, mas de direitos de *posse*: O interessado só precisa comprovar que mora no lugar a um tempo estipulado pela lei.

<sup>67</sup> Ver nota sobre a Associação dos Trabalhadores Rurais da Pontezinha, a CORPO, na nota 48, p.63.

Avisei a todos e no mês de abril de 2015, um Sábado, às 10 horas da manhã, sala de reuniões cheia (umas quinze pessoas), sendo eu a única mulher presente<sup>68</sup>, pois vieram somente os homens, houve a palestra, que foi um sucesso: a reunião durou duas horas e foram muitas perguntas no final. O palestrante ainda estava lá fora respondendo a mais perguntas e um grupo já passou para a mesa da cozinha para ver como seria dado prosseguimento às sugestões do Professor Carlos, sendo a primeira a de chamar um técnico do Inkra de Goiás para avaliar a situação deles e tirar dúvidas.

Na reunião mensal da Associação no mês seguinte, em maio de 2015, três pessoas se manifestaram, uma a favor do encaminhamento de uma carta ao Inkra convidando alguém para vir dar uma palestra, duas foram contra. Deste modo, o consenso entre os associados levou-os a rejeitar a proposta, com a alegação de que os familiares que já residem em outros lugares tinham o interesse em vender as suas glebas.

Pois bem, um ano depois (maio de 2016), “*os que podem*”<sup>69</sup> pagaram agrimensor, advogado e entraram com processo de reconhecimento de direito de USUCAPIÃO das terras, cada núcleo familiar individualmente e estão aguardando decisão da justiça.

Os que “*não podem*” ainda estão sem saber o que fazer diante da ameaça real de perderem o seu território, que agora se resume à sua moradia, pois as terras que eram comuns foram cercadas pelos fazendeiros. O “território” atual das famílias nucleares que permanecem na Pontezinha e adjacências, no mais das vezes consiste, como foi mostrado no capítulo II, de uma casa, um “*terrero*” (o “chão de morada” a cargo da mulher), uma roça que agora é fixa e que fica na dependência do trator e de adubos para melhorar o solo, um pasto pequeno, quando existe (como vimos no capítulo II a maioria dos sítios não tem mais pasto), e o mato fica restrito a umas poucas árvores do cerrado que surgiram depois que o pasto foi abandonado.

As tarefas da mulher aumentaram, pois agora tudo se concentra no “chão de morada”, e os homens, na falta de uma atribuição na produção familiar buscam serviço fora dos seus sítios como diaristas para todos os serviços, sendo que alguns, de tempos

---

<sup>68</sup>As mulheres participam das reuniões da Associação e mesmo da diretoria. Mas nesse dia especial só vieram os homens, carregados de papéis que deviam ser o que eles têm de documentação das terras.

<sup>69</sup> Estou fazendo uso aqui, como já fiz em outras partes do texto, de uma categoria dos Pereira Braga, que distinguem “*os que podem*” dos que “*não podem*”, referindo aos que têm, respectivamente, “maior” ou “menor” poder econômico. Na minha análise dos termos, considero que eles são sempre usados em contextos de discussão de poder econômico e, portanto, não têm a abrangência do “forte” e do “fraco”, tal que descritos por Woortmann, E. e Woortmann K. (1997).

em tempos, ainda se empregam como caseiros, ficando fora do seu sítio durante toda a semana. Em consequência disso, a produção familiar vem se tornando insuficiente para a manutenção da família nuclear. Os casais com filhos em idade escolar se beneficiam dos serviços sociais como bolsa escola, bolsa família. Os mais velhos vivem com a aposentadoria rural da Previdência Social.

Little (2002) reitera, assim como Almeida (2008), que a territorialidade é uma força latente em qualquer grupo, mas que é preciso lembrar que ela depende de contingências históricas. Ora, no caso do território dos Pereira Braga, os processos históricos em que surgiu deram lugar à fixação deles na Pontezinha. O contexto de hoje os leva a colocar em risco, ou em xeque, a sua forma específica de organização social camponesa. No próximo item mostramos as alternativas que a família d'Os Braga encontrou para dar um sentido próprio à migração que lhes foi imposta pelas circunstâncias da modernidade.

### **3.2 - Estratégias da “territorialidade específica” para a sobrevivência**

Entre os empreendimentos que impactaram as terras dos Pereira Braga relacionamos os mais próximos no tempo e também os mais evidentes, que foram: a construção da rodovia federal BR 060, que trouxe o eixo do desenvolvimento goiano para o seu horizonte; a mudança da capital para o coração do Cerrado; e a barragem do Rio Corumbá para a instalação da UHE Corumbá IV. Além de alterar a estrutura física do terreno, estas ações trouxeram a especulação imobiliária e os grileiros e fazendeiros que mudaram, entre outros, o sistema de uso comum dos recursos naturais e o critério de inalienabilidade das terras herdadas<sup>70</sup>. Depois disto, uma vez disseminada a prática da venda de parcelas de terra, teve início a migração.

Ao mesmo tempo, a regularização da titulação da terra, que estava difícil, passou a ser praticamente impossível, pois as parcelas eram vendidas sem a divisão concomitante da área original, fez com que a descrição dos 962 hectares da Pontezinha permanecesse como consta do registro paroquial nº 52, já mencionado. Quer dizer, para fazer um inventário da herança deixada por Seu Manoel e Dona Cecília seria necessário

---

<sup>70</sup> A inalienabilidade relativa a terra recebida por herança tem o significado de continuidade, por parte dos herdeiros, da propriedade ou bem recebido do dono original. Nesse sentido fica preservada e garantida a função principal da terra de gerar e de alimentar as pessoas do núcleo familiar. Isto quer dizer que a comercialização dos produtos da terra, quando ocorre, é simplesmente um meio para a realização da função principal do sítio, que é de produzir pessoas para a reprodução e manutenção social da família.

fazer o levantamento histórico de tudo o que foi vendido, quanto e quando, quem foram os compradores, com os mapas das áreas em questão, o que se torna operacionalmente impossível<sup>71</sup>. Daí que o requerimento da regularização da terra por direito de Usucapião tem se tornado comum entre os “de fora” e presentemente (2016) pelos da família Pereira Braga.

Mas o impacto maior dos empreendimentos mencionados acima sobre o “território” dos Pereira Braga, de acordo com a minha avaliação, é a proximidade de Brasília, pois isso torna o seu controle objeto do desejo dos poderes políticos e econômicos do Planalto. Um exemplo disso são as ingerências no cotidiano da comunidade pela Corumbá Concessões S/A, através do seu PACUERA UHE – CORUMBÁ IV<sup>72</sup>. Vejamos o que consta neste documento, no segundo parágrafo da Introdução, à página 5, onde se lê:

*A alteração na paisagem também mudou a vida das pessoas e, por isso, buscamos uma nova harmonia entre a conservação dos recursos naturais do Cerrado e o desenvolvimento econômico das comunidades. Para reduzir os possíveis impactos causados pelo desenvolvimento de atividade humanas (agropecuária, lazer, comércio etc.), foi elaborado o Plano de Conservação e Uso de Reservatório Artificial – UHE Corumbá IV.*

Deixando claro que o objetivo não é o de adequar o Plano às pessoas, mas as pessoas ao Plano, “para assegurar a preservação ambiental e o desenvolvimento econômico” (p. 09). Mas que pessoas são essas? Será que essas pessoas não tinham outros planos, outros projetos? E assegurar a preservação ambiental e o desenvolvimento econômico para quem?

Na Zona de Preservação da Cultura Tradicional (ZP – CT)<sup>73</sup> que segundo a Corumbá Concessões S/A tem o objetivo de assegurar as atividades das comunidades rurais e, assim, preservar as tradições, ao lado de uma foto de homens numa plantação de bananas (monocultura, que não existe como prática das famílias nucleares) está outra de crianças fantasiadas de caipiras dançando catira na festa de São João da Escola (Os Pereira Braga são Evangélicos, não festejam os santos da Igreja Católica). E falam

<sup>71</sup> Tal operação teria igualmente que partir de um acordo de todos os moradores para realizá-la, o que não ocorreria, devido aos inúmeros conflitos.

<sup>72</sup> PACUERA é o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatórios Artificiais.

<sup>73</sup> No documento os autores afirmam que nas reuniões para identificação desta Zona apenas o município de Santo Antônio do Descoberto se manifestou pedindo para incluir parte do seu território como “comunidade tradicional” (p. 16).

claramente que o objetivo é “*permitir a estruturação destas populações junto à nova dinâmica socioeconômica do entorno do reservatório*” (p. 16). Quer dizer, eles partem do pressuposto de que a população tradicional em questão não tem nem nunca teve, nenhuma especificidade, de onde se pode concluir que para eles “populações tradicionais” só é um nome, que possivelmente tem a ver com folclore. No final das contas eles estão tratando as comunidades tradicionais como todas as outras que estão chegando agora, atraídas pelo Lago e tudo o que ele proporciona de lazer. E deixam evidentes que a preservação ambiental e o desenvolvimento econômico visado são os da própria concessionária, a Corumbá Concessões S/A.

Mas voltando para o registro etnográfico, este aponta uma especificidade do processo migratório dos Pereira Braga para Brasília e cidades do entorno, que merece a nossa atenção.

Pois bem, o Cemitério dos Pereira Braga, ainda é “n’Os Braga”, e nele são enterrados tanto os que permanecem na Pontezinha quanto os que estão morando fora. O parente falecido é velado na Igreja “d’Os Braga”, e todos os que migraram e os moradores comparecem. Em toda a região o trabalho e as aulas são suspensas. Dependendo da hora do enterro é oferecido almoço, jantar e lanche para todos. Para passar a noite são acesas fogueiras, onde os homens se juntam em roda de conversa.

O mesmo acontece na celebração dos casamentos, comemoração dos aniversários e chás de fraldas: algumas são festas enormes, para 500 pessoas ou mais, pois todos os parentes são convidados, sendo que atualmente existe o grupo da família no whatsapp, que transmite os convites. A própria Associação dos Trabalhadores Rurais da Pontezinha, a CORPO, nas suas reuniões mensais, festeja os aniversariantes do mês, com troca de presentes entre amigos ocultos sorteados no início de cada ano.

Ora, como foi observado por Woortmann (1990) e por nós, nesse trabalho, nos tempos atuais ainda encontramos um sistema de “troca-dádiva”, da “obrigação de dar, receber, retribuir” como princípio de organização social em comunidades rurais brasileiras. No caso dos Pereira Braga, como já foi dito anteriormente, eles tem pleno conhecimento de quanto vale o seu dia de trabalho. Mas o princípio que os faz participarem dos mutirões, dos enterros e das festas é outro, é um princípio moral.

É esse mesmo princípio da solidariedade e da reciprocidade, juntamente com o sentimento de pertencimento ao grupo que os faz parar tudo que estão fazendo para ir ao velório e enterro do parente e se sentirem orgulhosos por terem segurado a alça do caixão. E mais ainda, por terem ajudado a abrir a cova no cemitério para enterrar

o corpo do falecido ou falecida. Na cidade estas são tarefas pagas, na comunidade dos Pereira Braga não, eles se envolvem pessoalmente, pois sabem que quando chegar a sua vez, a comunidade que contribuem para manter viva fará por eles a mesma coisa.

O comparecimento aos eventos mencionados dos que migraram pode ser interpretado como a maneira que os Pereira Braga construíram para defender e “permanecer” na Pontezinha. Esta resposta à migração não interrompe a dinâmica do “processo de territorialização” específico deles. Pelo contrário, ela o alimenta, ela o mantém vivo, como se as pessoas permanecessem no território. Os da família que migraram continuam fazendo parte do grupo com o qual compartilham os mesmos antecedentes históricos de origem e de projeto, um “projeto camponês”, com tudo que isso implica relativamente aos seus “contratos morais”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao terminar esse texto estou segura de que faltam muitas informações para completar toda a rede de relações que os Pereira Braga estabelecem tanto com eles mesmos, quanto com os de fora. No centro destas relações está o “território” propriamente dito, a base física “*estruturada e estruturante*”, expressão que Bourdieu usa para explicar o funcionamento do *habitus* na sua dinâmica circular, e que cabe aqui para ajudar a entender a dinâmica do “território” inserida no processo contínuo de territorialização específico dos Pereira Braga. Sobre este “território” discorreremos bastante, mas ainda não o suficiente.

Mas eles também interagem com as instituições sociais próprias e as do contexto mais amplo do Município, do Estado e do país, como as educacionais, as da saúde. Nada disso foi apresentado. Sem falar da Religião, assunto que também não foi, em nenhum momento, abordado nessa monografia.

Apesar disso ficamos conhecendo bastante da organização social da comunidade que se mostrou a nós com toda a sua sabedoria na situação presente da sua passagem “forçada” para a modernidade. O que observamos tem tudo a ver com as reflexões que traz Sahlins (1997) a propósito da pesquisa de Lederman (1987, em Sahlins, 1997) sobre os Mendi da Nova Guiné. Aqui também parece que as mudanças no seu território foram absorvidas pela dinâmica circular de um “processo de territorialização” (2008) e não surtiu nenhum efeito sobre a “campesinidade” (Woorkmann, 1990) dos Pereira Braga da Pontezinha. Seria isso alguma forma de determinismo? Para Sahlins (1997) não cabe aqui essa explicação.

Não podemos negar que houve uma transformação: para os que ficaram, o território não é mais o mesmo; para os que venderam as suas glebas o território nem existe mais. No entanto a sua organização levou-os, a partir destas novas estruturas, a reinventar formas de convívio e de trocas. O que ocorre com comunidades como a dos Mendi da Nova Guiné e, nós podemos acrescentar a dos Pereira Braga da Pontezinha, segundo Sahlins, é que “*A tradição consiste [...] nos modos distintos como se dá a transformação: a transformação é necessariamente adaptada ao esquema cultural existente*” (p. 62), ou em outras palavras, que as transformações culturais respondem a uma dinâmica própria a cada grupo étnico estudado. Ou ainda, que “*a cultura não é um “objeto” em via de extinção*” (p. 41).

O que foi uma sorte, caso contrário os Pereira Braga estariam destruídos. Mas a barragem, por exemplo, encontrou uma comunidade organizada para lidar com mudanças. Além disso, no caso específico deles, como foi mostrado, eles contam ainda com a moral camponesa de suas “disposições internalizadas”, eles contam com o *habitus* (Bourdieu, 2010), com a “campesinidade” (Woortmann, 1990), que garantiram a continuidade do seu “processo de territorialização” (Almeida, 2008), mesmo que para alguns, agora, sem território propriamente dito. Assim, nutridos por estes sentimentos e pelos princípios da solidariedade, da reciprocidade e estruturados pelo parentesco, eles se reorganizam e permanecem.



### Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Alfredo W.B. de. 2008. Terras de quilombos, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: TERRAS TRADICIONALMENTE OCUPADAS. 2ª Ed. PGSCA – UFAM.
- ÁLVARES, Joseph de Mello. 1979. História de Santa Luzia. Gráfica e Editora Independência. Brasília.
- ANJOS, Suelen G. dos. 2006. “Cultura e Tradições negras no Mesquita: Um estudo da matrifocalidade numa comunidade remanescente de quilombo”. FACIS, vol. 1, nº1/06. UniCEUB. Brasília.
- BARTH, Fredrik. 2000. “Os grupos étnicos e suas fronteiras”. In: O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Fredrik Barth (Org. Tomke LASK). Contra Capa Livraria, pp.25-67. Rio de Janeiro.
- BERTRAN, Paulo. 2000. História da Terra e do Homem no Planalto Central – Eco-história do Distrito Federal do indígena ao Colonizador. Verano Editora e Comunicação Ltda. Brasília.
- BOAVENTURA, Deusa Maria R. 2007. Urbanização em Goiás no Século XVIII. Tese de Doutorado. FAU – USP.
- BOURDIEU, Pierre. 2010. O senso prático. Editora Vozes. Petrópolis.
- FURTADO, Celso. 2010. Formação Econômica do Brasil. Companhia das Letras. São Paulo.
- LEITE, Ilka Boaventura. 1990. “Território Negro em Área Rural e Urbana – algumas questões”. Encontro do CERU – São Paulo, 23 e 24 de outubro de 1990. USP. pp. 39-51.
- LEITE, Ilka Boaventura. 2000. “Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas”. Etnográfica, vol. IV (2): 333-354.
- LITTLE, Paul Eliot. 2002. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade. Série Antropologia nº322.
- MAUSS, M. 1974. “Ensaio sobre a dádiva – Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas”. In: Sociologia e Antropologia. Cosac & Naify. pp: 183-210, 232-264, 294-314. São Paulo.
- PEIRANO, Mariza. 2008. Etnografia, ou a teoria vivida. Revista do núcleo de Antropologia da USP.
- PLÍNIO DOS SANTOS, Carlos Alexandre B. 2012. “Negros do Tapuio”: Memórias de quilombolas do sertão piauiense. Ed. Appris. Curitiba.

PLÍNIO DOS SANTOS, Carlos Alexandre B. 2013. “Tia Eva: trajetória de vida de uma ex-escrava doceira”. *Habitus*, vol.11 (1): 37-52. Goiânia.

SAHLINS, Marshall. 1997. “O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um ‘objeto’ em via de extinção”. (Parte I). *Mana* 3(1): 43-73.

SALLES, Gilka V.F. de. 1992. *Economia e Escravidão na Capitania de Goiás*. Centro Editorial e Gráfico da UFG. Col. Doc. Goianos nº24. Goiânia.

SEGALL, Lynn. 1986. *Le Rêve de La Réalité*. Éd. Du Seuil. Paris.

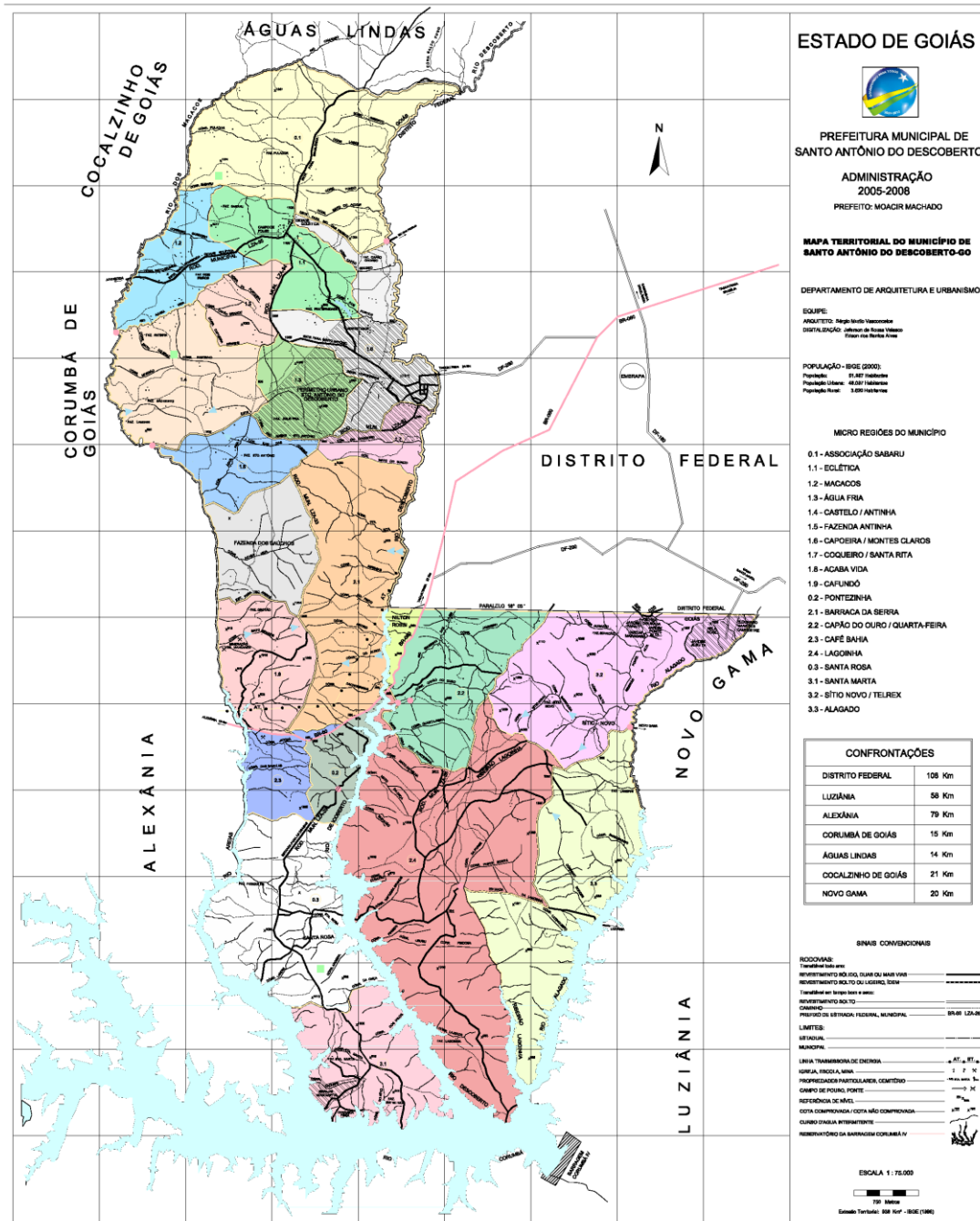
WALM Engenharia e Tecnologia Ambiental. 2012 (1ªed.). PACUERA UHE – CORUMBÁ IV. Livreto.

WOORTMANN, Ellen F. 1983. “O Sítio Camponês”. In: *Anuário Antropológico* 81: 164-203. UFC/Tempo Brasileiro. Fortaleza/Rio de Janeiro.

WOORTMANN, Ellen F. & WOORTMANN, Klaas. 1997. *O Trabalho da Terra: A lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Editora UnB. Brasília.

WOORTMANN, Klaas. 1990. “Com Parente Não se Neguceia. O Camponês Como Ordem Moral”. *Anuário Antropológico*/87: 11-73. Editora Universidade de Brasília/Tempo Brasileiro. Brasília.

## Anexo I – Mapa Município de Santo Antônio do Descoberto



## ANEXO II – CÓPIA DO REGISTRO PAROQUIAL Nº52



ESTADO DE GOIÁS  
 PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
 PROCURADORIA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DO MEIO AMBIENTE

CERTIDÃO Nº 004 /2010 - 1ª Via

Freguesia da Villa de Santa Luzia - Província de Goiás

Em cumprimento ao Despacho de fls.03vº da Exma Srª. Drª. Beatriz de Melo Martins Vieira, Procuradora do Estado, Chefe da Procuradoria de Defesa do Patrimônio Público e do Meio Ambiente, exarado no processo nº 201000003002422/10, em que Emilianne El Aro Pimenta, brasileira, solteira, professora, portadora do CPF nº 505.535.501-87, RG nº 105.6278, residente na Av. Afonso Pena nº T3-1001 Qd. A Lt. 1 a 13, Vila Bela, Goiânia - Goiás, CEP 74.000, fone: 62-3278-0442 - 8153-4224; requer expedição da certidão do registro paroquial de número 52 denominado Mato Grande do Município de Luziânia Goiás. CERTIFICAMOS que revendo os livros de registros paroquiais, em nosso poder encontramos o livro findo de lançamentos dos registros de terras possuídas referente a Freguesia de Santa Luzia, aberto conforme Regulamento de 30 de janeiro de 1.854, arquivado sob o nº 20 e nele às folhas 19 verso, o **Registro Paroquial de nº 52 denominado Matto Grande**, como segue: "Nº 52 - Declaração que faz Manoel da Silva Lima, de humas terras que possui no Município desta Villa de Santa Luzia, para ser registrada conforme determina o Regulamento de 30 de Janeiro de 1.854. O abaixo assignado possui um Citio no lugar denominado o Matto grande, distante desta Villa oito legoas, contendo o dito Citio terras de cultura e Campos de criar, cujo ohouve por Compra que fez a seu filho Pyo da Silva Moreira, desde 30 de Maio de 1855; de cuja compra tem titulos Sizados competentemente, sendo as divisoes as seguintes pela parte do nascente divisa-se com terras de Antonio Joaquim, pelo poente ate o espigão das arêas com terras de Maria daConceiyção, pelo Norte te a estrada real com terras de Joaquim Pereira de Sousa, pelo Sul com Gabriel detal, e Manoel Teixeira; tendo de extenção de nascente apoente tres quartos de legoa, e de Norte aSul legoas e meia. Villa de Santa Luzia 28 de Novembro del.857 = Arogo de Manoel da Silva Lima João Lopes Zedes. Eu Padre Simeão Estylita Lopes Zedes escreví dos Registros que escrevi nesta Villa deSanta Luzia aos 2 de Dezembro de 1857. O Vigº Delfino Machado de Far.ª". Nada mais à certificar dos aludidos assentamentos nos reportamos em vista do que foi requerido, Eu Wisner que copiei, dato e subscrevo a presente CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR, expedida pelo Serviço de Agrimensura/PPMA, que vai ao final assinada pelo Exmo. Sr. Procurador-Geral do Estado e pela Procuradora Chefe da Procuradoria de Defesa do Patrimônio Público e do Meio Ambiente, em Goiânia-GO, 31 de março de 2010 (31/03/2010).

  
 Wisner Divino de Sá  
 Agrimensor - Crea 1446-TD-GO

  
 Beatriz de Melo Martins Vieira  
 Procuradora - Chefe

  
 Anderson Máximo de Holanda  
 PROCURADOR GERAL DO ESTADO

ANEXO III - Documento da partilha página 1

40,00  
 REGISTRO DE IMOVEIS  
 Luziania-Goiás  
 Protocolo 1-1 pag. 120 N.º 42.487  
 Apresentado em 11 de Novembro de 1975  
 11 horas Oficial

Cartorio do Registro de Imóveis  
 Transcrito nesta data no Livro 8  
 fl. 172 sob o número do ordem 36.7466  
 Luziania, 21 de Setembro de 1975  
 O Oficial

CARTÓRIO DE FAMÍLIA,  
 ORFÃOS E SUCESSÕES  
 RAMIRO AGUIAR  
 Escritor Vitalício  
 LUZIANIA - GOIÁS

Ramiro Aguiar, Escrivão do  
 Família, Orfãos e Sucessões  
 do termo de Luziania,  
 Estado de Goiás, na forma  
 da lei, etc.,

CARTÓRIO DO 1.º OFÍCIO  
 TABELIAO VITALICIO  
 Joaquim Gilberto  
 Luziania - Goiás

certifico, a pedido, que no  
 autos de Inventário e Partilha dos bens fi-  
 cados por morte de Manoel da Silva Lima  
 e sua mulher Cecília Cavaleiro do Sacramento  
 existe o seguinte: "Pagamento n.º 75 a  
 herdeiro Samuel Gomes das Chagas e  
 Colônia Pereira Braga, filhos de Joaquim Pe-  
 reira Braga e/ e Silveira de Sousa e Silva,  
 neto de Maria Francisca Afonso do Rego e/ e  
 José Pereira Braga, bisneto de Constança  
 da Silva Aguiar e Catarina de Manoel  
 da Silva Lima e Cecília Cavaleiro do Sacramento,  
 que importa em R\$ 75,00 (setenta e cinco ce-  
 zers) que são R\$ 75,00. Haverá para paga-  
 mento deste herdeiro, parte uma parte de terreno  
 da fazenda Mato Grande ou Pontezinha da  
 Boa Vista, sede municipal com a área de  
 968,00,00 Hectares (novecentos e sessenta e oito mil e  
 oitocentos), adquirida por inventariados no  
 conforme Registro Público de 28/11/1957,  
 ementa de transmissão judicial, por ser  
 anterior ao evento do Código Civil Brasileiro,

RECEBIMOS  
 O SENHOR  
 RAMIRO AGUIAR  
 ESCRIVÃO VITALÍCIO  
 DO CARTÓRIO DE FAMÍLIA,  
 ORFÃOS E SUCESSÕES  
 DO TERMO DE LUZIANIA,  
 ESTADO DE GOIÁS,  
 POR R\$ 75,00 (setenta e cinco  
 reais) em pagamento de  
 herdeiro Samuel Gomes das  
 Chagas e Colônia Pereira  
 Braga, filhos de Joaquim  
 Pereira Braga e/ e Silveira  
 de Sousa e Silva, neto de  
 Maria Francisca Afonso do  
 Rego e/ e José Pereira  
 Braga, bisneto de  
 Constança da Silva  
 Aguiar e Catarina de  
 Manoel da Silva Lima e  
 Cecília Cavaleiro do  
 Sacramento, que importa  
 em R\$ 75,00 (setenta e  
 cinco reais).  
 Luziania, 21 de Setembro  
 de 1975.  
 O Oficial

Esau - Enge das Lojas

